

**MANUEL PETRIK**

**O DUELO VERBAL: UM ESTUDO SOBRE O POLEMISTA NO JORNALISMO**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul  
Faculdade de Comunicação Social  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Social  
Práticas Sociopolíticas nas Mídias e  
Comunicação nas Organizações

Orientador: Dr. Jacques A. Wainberg

Porto Alegre

2006

**Agradeço**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES, cujo auxílio foi fundamental par a elaboração deste projeto.

Ao professor Jacques Wainberg, parceiro de outras jornadas.

A todos os colegas de trabalho que, direta ou indiretamente, contribuíram.

Aos meus pais, Rose e Augusto.

A minha avó, Irene, que me apresentou o livro.

A Mariana, motivo e inspiração.

A todos aqueles que acreditam na subversão em alguns espaços da mídia.

## RESUMO

O cronista que pauta sua atuação pela criação de polêmicas é uma figura já cativa no jornalismo. É inegável o fascínio exercido por esse personagem, expresso no agendamento de temas por ele sustentados, que reaparecem nas correspondências do público leitor. Este trabalho busca analisar a articulação da polêmica por cronistas, partindo de pressupostos teóricos da lingüística e da comunicação. São também aprofundados temas específicos do jornalismo para a observação da atuação de dois polemistas brasileiros, Paulo Francis e Diogo Mainardi.

Palavras-chave: Polemistas, polêmica, Paulo Francis, Diogo Mainardi, Jornalismo.

## **ABSTRAC**

The columnist that created polemic as a primordial aim is a common journalism's character. It is unquestionable the impact of polemic over the public, and this can be expressed by the observation of the correlation between the topics in focus in the column and readers' letters. The main objective of this study is analyze the polemic articulation by columnist, with the linguistic and communication theoretical presuppositions. Further than that, topics specifics of journalism are discussed through the practice of two brazilian polemist, Paulo Francis and Diogo Mainardi.

Key words: Polemist, polemic, Paulo Francis, Diogo Mainardi, Journalism.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	6
1 ESTRUTURANDO A POLÊMICA.....	12
1.1 A enunciação .....	14
1.2 Polifonia e polêmica.....	18
1.3 Personagem de si mesmo, o ethos .....	21
1.4 A ironia .....	25
2 A IDENTIDADE NOS CONTRASTES.....	31
2.1 O gregarismo .....	33
2.2 A retórica .....	35
2.3 Efeitos.....	39
2.4 Metapontos de vista e rupturas.....	42
3 PAULO FRANCIS; O NASCIMENTO DO POLEMISTA.....	46
3.1 A primeira polêmica.....	55
3.2 Um onbudsman no caminho.....	58
3.3 A <i>Petrossauro</i> e o fim.....	71
4 DIOGO MAINARDI: O POLEMISTA DO VÍNCULO .....	85
4.1 O fim da cultura .....	89
4.2 Um alvo consagrado .....	95
4.3 Polemista x colunistas .....	102
4.4 Entre cartinhas e fiadores .....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	114
REFERÊNCIAS .....	119

## Introdução

O polemista é um personagem consumado e, sem dúvida, contumaz do jornalismo. Popularizou-se como figura cativa entre leitores, portador de idéias, ódio e veneração do público. O nível de impacto do cronista polêmico no cotidiano do receptor, ainda que impossível de ser mensurado, é evidente. Esse tipo de comunicador não só agenda sobre o que as pessoas irão falar, mas de quem irão tecer comentários, no caso, ele próprio e quem figurar no seu espaço reservado de um jornal ou de uma revista. Mais do isso, estipula, inclusive, de que maneira as pessoas irão falar a seu respeito e das posições que exprime, invariavelmente, a favor ou contra.

Ainda que extremamente populares nos veículos de comunicação, até hoje, não receberam uma atenção proporcional por parte do meio acadêmico. Trata-se, como notam Wainberg, Campos e Behs (2002), do personagem esquecido do jornalismo, mesmo sendo objeto de veneração e ódio por parte do grande público. O polemista é um personagem esquecido porque é marginal. Na verdade, que se auto-marginaliza. E, sem essa condição, não teria visibilidade. Daí a contradição de ter impacto junto ao público enquanto fica relegado ao esquecimento pelos teóricos.

Diversos autores se ocuparam de diferentes polemistas, dedicando teses inteiras, muitas vezes, a determinadas facetas da atividade jornalística de por exemplo, um cronista

como Paulo Francis, talvez a mais emblemática encarnação do polemista no Brasil recente, até a emersão no cenário de seu sucedâneo, Diogo Mainardi. Nenhuma, à exceção do artigo citado acima, ocupou-se da natureza e da essência do polêmico na atuação de um cronista que se regozija em subverter a lógica estabelecida e colecionar detratores.

O próprio tema polêmica, muito mais abrangente, aparece esparsamente, desde a Grécia Antiga. Para a filosofia, sociologia e lingüística, a polêmica é uma incógnita quase tão instigante quanto a forma em que se consuma. Neste trabalho, a polêmica só é abordada enquanto definição do modo de atuação de um determinado tipo de colunista. Não se dispensa atenção à polêmica intrínseca a determinados assuntos, questões que envolvem sempre um dilema. O objeto é outro e mais afeto à área da comunicação. A polêmica aqui em pauta é a construída e articulada por esse agente subversivo que é o polemista. Não será enfocada a essência de assuntos que em si são controversos, mas a formação de embates retóricos e seus desdobramentos.

Na verdade, o polemista quase sempre transcende a sua órbita de mero cronista formador de opinião e êmulo dos debates para se tornar um personagem de si mesmo. É nessa condição que se eterniza na mente, inclusive dos seus não-leitores. Nesse estágio, elenca e absorve, como definiu Nelson Rodrigues, ele próprio um dos mais notórios polemistas brasileiros, uma série de “desconhecidos íntimos”. Em muitos casos, pela antologia de frases e personagens que habitam suas crônicas, artigos, colunas, e pelas auto-referências, tornam-se folclóricos.

Os nomes se acumulam e podem ser arrolados quase que em paralelo à história do país. Os motivos para se explorar o polemista são muitos. São populares, causam impacto e surpresa, mudam o curso de alguns acontecimentos relevantes, servem de cimento no vínculo cotidiano entre os leitores. Sobretudo, abalam crenças e estimulam o questionamento interno. Constituem-se um fenômeno, excêntrico, cuja explicação fica longe de ser óbvia.

A crítica cáustica, uma aparente expressão da negatividade, do ceticismo da perda nas esperanças, na verdade se realça como uma aposta no positivo, na solução para o que aflige, mas tende ao imutável por acomodação da sociedade. A polêmica, em si, estimula a reflexão. Por defender pontos de vista de forma inusitada, o polemista desafia as verdades incontestáveis, abala o credo comum, e remete a exegese. São figuras que por isso instigam a leitura de periódicos e favorecem não só o desenvolvimento do raciocínio crítico como as formas de contato entre as pessoas.

O polêmico e o polemista, como objeto de pesquisa, são inexplorados. Para o campo da comunicação, ainda é desconhecida a estrutura da polêmica, seus motivos e tampouco já foi delineado o perfil do polemista. Muito menos as peculiaridades de seu texto, recheado de figuras de linguagem, sarcasmo, expressões pouco usadas no cotidiano, primeira pessoa permeando todas as linhas e a violência verbal fazem com que forma e conteúdo se fundam numa só peça, que desperta tudo em quem lê, menos a indiferença.

Mas, enfim, no que consiste o fenômeno? O que faz com que possamos chamar determinados colunistas de polemistas e qual sua inserção no jornalismo? Quais as razões do fascínio exercido sobre o público? Onde e em que momento podemos identificar a ruptura no discurso desse cronista? Este trabalho procura responder a essas questões, especialmente às duas últimas.

O primeiro capítulo detém-se sobre algumas peculiaridades da polêmica como enunciação. A partir de autores como Émile Benveniste Oswald Ducrot se estabelece uma análise lingüística da forma como a polêmica se estrutura, a partir dos enunciados e da noção de polifonia. Estas duas visões estarão presentes também na fundamentação sugerida para a ironia e na definição de *ethos* – duas instâncias que caracterizam e diferenciam o polemista como personagem do jornalismo.

A análise lingüística propicia a compreensão de que a polêmica, embora provoque a cizânia, pressupõe, sempre, alteridade. Essa característica quase paradoxal, meio de divergência e, ao mesmo tempo, de vínculo interpessoal, é aprofundada no segundo capítulo, dessa vez sob a ótica de autores do campo da comunicação, como Michel Maffesoli e Edgar Morin. Nele também são detalhados os aspectos sociais da atuação do polemista, como intelectual interlocutor do grande público, sem nunca abandonar a condição de marginal ou maldito.

Em seguida, são analisados mais detalhadamente dois polemistas, de épocas distintas, mas quase seqüenciais: Paulo Francis e Diogo Mainardi. O primeiro, desiludido com a modernidade e o segundo, fruto da conjuntura que a seguiu. Como é visto adiante, a polêmica, como forma de discurso ou comunicação, pressupõe, sempre, a alteridade, no caso, o público leitor ou um antagonista que sirva como alvo. Também são retomadas as trajetórias pessoais e profissionais dos dois jornalistas, muito próximas, é de grande importância para o surgimento de ambos nos meios em que criaram seus espaços cativos. Coincidentes no interesse pela literatura como meio de expressão, tornaram-se polemistas através da imprensa, constituindo-se em verdadeiros escritores-escreventes, como na designação de Roland Barthes (1970).

A escolha dos dois polemistas não é meramente uma opção subjetiva, embora nunca deixe de sê-la. Ambos são exemplos clássicos do que se verá como entendimento da atuação de um polemista, usando de todos os artifícios que caracterizam esse tipo de colunista de opinião. Da iconoclastia à ironia, da subversão à classificação como conservadores, do embate à agregação, Francis e Mainardi trilham próximas no grande jornalismo brasileiro. Pode-se dizer, inclusive que, até pelas semelhanças e pelo fato de um ter sucedido o outro, temporalmente, contribuíram para a cristalização desse personagem na imprensa brasileira.

No caso de Paulo Francis, além do seu estilo em diversas frases e colunas, são abordadas três grandes polêmicas. A primeira, de cunho pessoal, com a atriz Tônia Carrero. A segunda, protagonizada com o primeiro ombudsman do jornalismo brasileiro, Caio Túlio Costa, episódio que acarretou sua saída da *Folha de São Paulo* – o ombudsman, por mais acintoso que tente ser, pode ser considerado o anti-polemista e aquela situação bem evidencia isso. Por fim, aborda-se a campanha liderada por ele contra as sucessivas más gestões na Petrobras, empresa alcunhada em suas colunas de Petrossauro. O resultado foi um processo por parte da companhia contra o jornalista, o que para muitas pessoas próximas contribuiria para sua morte, mas, ao mesmo tempo, provocou uma mudança gerencial na empresa, que, a partir de mudanças administrativas, passou a acumular lucros estratosféricos.

Em relação a Mainardi, seus textos são analisados a partir de três grandes grupos. No primeiro, podem ser inseridas colunas contestadoras e iconoclastas, direcionadas mais a instituições do que as figuras públicas, como é o caso daquela em que pedia o fim da execução do Hino Nacional em solenidades; outra seria aquela em que contesta a unanimidade nacional Carlos Drummond de Andrade. O segundo conjunto de textos é o que reúne as crônicas de crítica ao governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores. Por fim, são analisados seus embates com jornalistas e colunistas dos demais meios de comunicação, sempre com atenção sobre as correspondências do público leitor.

Diante de tanta especificidade, escolheu-se a análise de discurso como metodologia mais adequada para atingir os fins delineados. Como observa Rosalind Gill “A análise de discurso não procura identificar processos universais e, na verdade, os analistas de discurso criticam a noção de que tais generalizações são possíveis, argumentando que o discurso é sempre. (2002; p. 264)”.

A representatividade do polemista não está na quantidade, ainda que a insistência e a obsessão amplifiquem sua mensagem, mas sim na forma. Por isso, são analisadas não um

número determinado de colunas publicadas num período qualquer – “representativo” –, mas aquelas em a polêmica se faz mais notoriamente presente e que, portanto, melhor se prestam a descrição avaliadora do fenômeno.

“Em uma análise final, a análise de discurso é uma interpretação, fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo usado” (2002; p. 266). Trata-se de uma minuciosa dissecação de uma estrutura simbólica e para além da frase, apropriada à interpretação de enunciados que superam o contexto em que são ditos.

# 1 Estruturando a polêmica

O fato de alguns assuntos se tornarem públicos, a partir da divulgação amplificada nos meios de comunicação social é, em si, desconcertante e pode ser constatado na história da primeira publicação brasileira, o Correio Braziliense, de Hipólito José da Costa, impedido de ser editado em território nacional, em 1808. Se é da natureza de determinadas notícias ensejarem um caráter em potencial voltado a causar repercussão, já que trazem implicitamente a imposição de um julgamento por parte do indivíduo receptor, essa condição torna-se ainda mais rumorosa se atrás de um determinado assunto, encontra-se um articulador, instigador do debate-embate, perturbador do credo comum, denominado polemista.

O termo polêmica banalizou-se, difundiu-se nas manchetes jornalísticas e extrapolou seu significado original. A ancestralidade do assunto nos remete aos gregos, que têm nos filósofos pré-socráticos os primeiros observadores, ainda que não de forma tão explícita. O termo polêmica origina-se do grego *polemos*, luta, embate, conflito. Carrega, portanto, sempre consigo um dilema, algo a ser respondido. Estabelece-se a partir do momento em que um dos lados pronuncia-se afirmativa e peremptoriamente sobre um assunto. Essas afirmações, no entanto, não são suficientes para explicar e estruturar a atuação do polemista. Como percebem Waimberg, Campos e Behs, nos casos polêmicos, “qualquer tomada de posição vem envolta de certa angústia moral (...) e tal coletânea de tópicos capazes de provocar repercussões de abalo, crise, mal-estar, envolvimento, paixão e ódio, tudo mesclado, é longa e variada” (2002; p.49). Pode se complementar dizendo que independem de uma articulação discursiva para que assumam a condição na qual são classificados. “Controvérsias desse tipo independem de um agente subversor. Este, ao contrário, atuará sempre de forma inesperada, em assuntos de aparência inofensiva” (2002; p.49).

O tema polêmica, por si só, pode interessar ao campo de conhecimento da Comunicação. Como ao da Psicologia, da Filosofia, da Lingüística, da Sociologia, da Antropologia, da História, enfim, de todas as disciplinas humanas e sociais. O ato fundador do polêmico enquanto produto da elaboração jornalística individual deve ser compreendido como fenômeno específico do âmbito da Comunicação, ainda que a abordagem a sua compreensão possa ser multidisciplinar. É do campo da Comunicação, fundamentalmente, pelo fato de o polemista ser um personagem dos meios impressos, como se verá mais adiante e, portanto, só existe nessa esfera.

O presente trabalho pretende analisar e explicar a atuação do polemista enquanto personagem público dos veículos de comunicação, mais especificamente os de meio impresso. Para isso, será delineado um breve perfil da acepção de polêmica, usando-se conceitos da filosofia, da lingüística e da sociologia a fim de delimitar a condição polêmica enquanto articulação conferida a um determinado assunto pelo polemista. Não se pretenderá formular uma teoria geral para a polêmica, com a busca por uma definição ou um aprofundamento conceitual sobre o assunto.

A intenção é delimitar a sua noção enquanto manifestação na comunicação, mais especificamente como fenômeno presente na atuação de determinados colunistas, os polemistas, que marcam seus textos pelo embate e pela virulência no tratamento dos temas, de forma a agregar um público receptor cativo, reunindo opositores e apreciadores em torno do espaço de que dispõem em um veículo de comunicação social. Para isso, optou-se por três visões distintas, mas concêntricas nas suas considerações gerais a respeito da questão, tendo como base teóricos da filosofia, da lingüística e da sociologia, a fim de abordar e tentar explicar a polêmica, na condição de evento suscitado pelo polemista, como um fenômeno, sobretudo, da comunicação. A partir disso, objetiva-se incrementar a discussão sobre o fascínio da polêmica e o sucesso do polemista como comunicador.

A primeira pergunta que se coloca é: em que medida a sedução do polêmico reside na forma retórica adotada no discurso pelo polemista, e em que consiste essa forma? Para responder a indagação, buscou-se em obras de lingüistas, especialmente vinculados ao estruturalismo, as noções de enunciação e polifonia na língua como formas de explicação. Ambas se apresentaram como profícuos e apropriados instrumentos no entendimento do tema. Partiu-se dos conceitos de enunciação e de polifonia para a explicação do polêmico como elaboração jornalística, evento da lingüística e, portanto, da comunicação humana ampliada nos meios de comunicação. Mais adiante, com a releitura de teóricos como Michel Maffesoli e Edgar Morin, pretende-se avaliar os aspectos sociais que cercam o indivíduo em relação ao outro como forma de entender o fascínio provocado pelo polemista, especialmente na atualidade. Em seguida, será abordada, a partir de textos de Aristóteles, aspectos retóricos que acabam provocando emoções em quem lê um texto polêmico.

### **1.1 A enunciação**

A enunciação, como ato individual de expressão da subjetividade, pressupõe a alteridade. Ao se expressar, o enunciador sai de si e entra num ambiente comum, com um ou mais interlocutores. Passa, então, a estar em comunicação (ação de tornar algo comum aqui, segundo a origem da palavra no latim). Se a enunciação tem como premissa a presença do outro, pode-se dizer que é bidirecional, já que o emissor espera produzir algum efeito sobre o ouvinte receptor, mesmo que esse fique em silêncio – resposta indicativa da indisponibilidade ao contato comunicativo. Ou seja, enunciar-se é comunicar, ato social nunca isolado, de repercussões no ambiente, no grupo, e na sociedade.

Pretende-se, nas próximas páginas, articular enunciação e comunicação, nas muitas intersecções possíveis entre os dois campos. A proposta é relacionar ambas com o intuito de desvendar, em parte, o fascínio exercido pela polêmica, a argumentação extremada, também irmã da comunicação ruidosa, mas que ganha grande espaço entre o público receptor. A questão que se impõe é: em que medida a sedução do polêmico reside na forma retórica adotada no discurso pelo polemista, e em que consiste essa forma?

Ao fazer uso da linguagem, o homem dá sentido ao mundo. Mas, a linguagem não é apenas um meio de expressar a subjetividade ou um mero expediente para a representação do real. É um ente próprio, um elemento de constituição e ordenamento da subjetividade. A maior prova disso é que o homem só apreende o real e produz sentido ao que lhe é externo quando percebe-se como *eu*, o que, por sua vez, só é viável depois de feita a distinção do que é o *outro*. Ou, como explica Émile Benveniste, “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser me dirigindo a alguém, que será na minha alocução um *tu*” (1995; p. 286). A polêmica é o contraste levado ao extremo, que exige, indistintamente, a relação eu-tu.

Por introduzir a temporalidade, os índices de ostensão, pronomes pessoais e demonstrativos – “indivíduos lingüísticos” na definição do autor como *eu, aquele e amanhã* – e a relação de diálogo eu-tu, é possível dizer que a enunciação é responsável por classes de signos que só têm significado na rede de indivíduos que ela própria cria. A estreiteza das relações entre comunicação e enunciação pode ser sentida quando pensamos que não existe diálogo sem enunciação. E, como a comunicação, a enunciação é um acontecimento social,

ou, como afirma Michel Maffesoli (1996), é um “cimento-social”, uma forma de fusão no campo da socialidade.<sup>1</sup>

Segundo Benveniste, ao apropriar-se da língua, o indivíduo automaticamente se introduz em sua fala<sup>2</sup>. Mais do que isso, delimita a noção de presente, e conseqüentemente, de tempo e, durante o ato físico da enunciação, o lugar em que se encontra. O indivíduo é, com o auxílio da linguagem, portanto, um artífice de si mesmo e do mundo que o cerca. Mas esta não é uma construção isolada, pois, ao assumir-se como locutor, sempre, pressupõe o outro diante de si, independente da presença física de um receptor.

Se é pressuposto da enunciação haver um *outro*, o *eu*, sempre que fala, cria o *tu* em uma representação mental, idealizada na mente a partir de certas imagens anteriores. O *outro*, num enunciado, não é senão quem o *eu* define como outro. Ao intencionar se pronunciar, o sujeito já estabelece a existência de um receptor, de acordo com características que imagina esse *outro* possuir. Inclui a imagem dessa pessoa no breve período de pensamentos que antecede a fala. Pode-se depreender daí que, se um emissor sempre tem alguma imagem do receptor a que se refere, objetiva algo, a produção de um efeito, ficando sempre subentendido que já estará à espera de uma resposta, mesmo que essa venha sob a forma do silêncio.

Mesmo que a formação da auto-imagem requisite uma relação eu-tu, pode-se dizer que há, antes dessa, uma outra instância, em que o *eu* depara-se consigo próprio. Como menciona Ruth Amossy (2005), “os antigos denominavam de *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (p.10). Ou seja, antes de saber como afetar o outro, e ainda que esta seja a primeira de todas as intenções, o

---

<sup>1</sup> O próprio Maffesoli também se ocupou da relação eu-outro, com considerações semelhantes às de Benveniste, como se verá adiante, assim como Edgar Morin. Ambos, instigados pela frase de Arthur Rimbaud “O eu é um outro”.

<sup>2</sup> A anáfora textual talvez seja a mais corriqueira comprovação dessa constatação, já que o sujeito introduz tópicos de sua própria fala, a fim de retomar o que já havia dito anteriormente sobre algo. As cadeias de textura de que fala Ruqaiya Hasan (1989) também exemplificam essa situação.

auto-conhecimento é a primeira referência para a formulação de um enunciado. Essa percepção será retomada adiante.

Pelo fato do sujeito sempre considerar um outro quando fala, é possível dizer que, sempre que fala, está à espera de uma reação, de uma atitude responsiva ativa, como definiu Mikhail Bakhtin. Não há, então, enunciação sem intenção, ou melhor, a própria enunciação surge de uma necessidade de influenciar/informar (no sentido de dar forma a algo, ou de preencher as formas vazias mencionadas por Benveniste). Trata-se de uma concepção aprimorada do que Aristóteles desenvolveu na Grécia Antiga, nos textos sobre a arte retórica.

É impressionante notar como, já na terceira década do século XX, o autor russo percebia que a linguagem só se constituía como tal devido às interações sociais. Já naquela época, Bakhtin ressaltava que o ouvinte/receptor tinha participação ativa no processo comunicacional, posição contrária à da maioria dos lingüistas da época e à toda orientação dos estudos de Comunicação até a década de 1960, período no qual, como observa Clóvis de Barros Filho “eram, via de regra, excluídos o sujeito emissor e o sujeito receptor” (2003,p.35). Sujeito, então, personagem sempre esquecido da pesquisa e que, redescoberto, fez Armand Mattelart repensar a Teoria da Comunicação, defendendo a idéia do consumidor cidadão como co-artífice das mensagens, noção também bastante polêmica.

Para Bakhtin, a palavra comporta duas faces: uma voltada para quem a emite e, outra, para quem a recebe. “A interação verbal constitui a realidade fundamental da língua” (1995; p.123). Nessa perspectiva, “através da palavra defino-me em relação ao outro, ou, em última análise, em relação à coletividade” (1995; p. 113). Segundo ele, a expressão não pertence a um emissor, mas é fruto da interação de dois ou mais “indivíduos socialmente organizados” (1995; p.112). O interlocutor tem o poder de dar sentido à mensagem proferida pelo locutor, tendo ambos a mesma importância no processo - a palavra constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Mikhail Bakhtin foi além. O locutor possui a

propriedade física da palavra, mas não todo o seu significado, porque “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente a estrutura da enunciação (...). A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação” (1995; p. 113-114).

O locutor postula uma compreensão responsiva ativa: não espera uma compreensão passiva que, por assim dizer, duplicaria seu pensamento no espírito do outro. O que aguarda é uma resposta, uma nova manifestação que represente concordância, adesão, objeção, advertência, etc, e que dê prosseguimento ao contato iniciado e estabelecido por ele.

## ***1.2 Polifonia e polêmica***

Mikhail Bakhtin levou ao extremo a noção de múltiplos elementos intervindo ao pronunciarmos um enunciado. Talvez um dos pontos passíveis de alguma crítica na sua obra seja o exagerado determinismo social em relação às formas de expressão humana. Às vezes, quase deixa a entender que o enunciador é apenas um títere do meio social no qual está inserido, e que, quando se expressa, pouco de si está representado na enunciação. Mas, as considerações nesse sentido propostas por ele são plenamente justificáveis em função da conjuntura na qual escreveu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, um livro, como já foi dito, bem à frente das correntes teóricas de seu tempo, exatamente por relativizar o poder do emissor. Ainda que, em parte, um pouco exagerada, essa posição descortinou o caminho para que seguisse nas pesquisas sobre discurso indireto, elemento fundamental no alicerce da noção de polifonia na linguagem, explorada por ele principalmente no plano literário. Sem dúvida, esse passo deu uma nova dimensão ao estudo da enunciação.

Para se compreender o fenômeno do polemismo, a polifonia serve como um útil instrumento, especialmente os estudos desenvolvidos por Oswald Ducrot. Segundo ele

O autor de um enunciado não se expressa nunca diretamente, mas sim coloca em cena um certo número de personagens. O sentido do enunciado surge da confrontação desses diferentes sujeitos, é resultado das diferentes vozes que ali aparecem. (1988, p.16)

Ou seja, o autor leva ao extremo a percepção de que a enunciação nunca é um ato isolado, embute em si uma série de falantes. Essa afirmação é válida, inclusive, no caso do monólogo, aparentemente de um só locutor, mas em que diversas vozes colocam-se em diálogo. Por isso, pode-se dizer que não há enunciação sem comunicação, sendo impossível contradizer o estatuto de serem indissociáveis.

Ducrot criou três figuras, que, na verdade, podem ser uma só pessoa fisicamente, e várias representadas no plano simbólico: o sujeito empírico (o autor efetivo do enunciado), o locutor (o responsável pela condição física do enunciado) e o enunciador (os diversos pontos de vista contidos no enunciado). Com isso, pretende deixar claro que não há um único falante, outra vez corroborando a impossibilidade do monólogo. “Não somente o locutor pode ser diferente do sujeito falante efetivo, mas pode ser que certas enunciações, tal como são descritas no sentido do enunciado, não apareçam como o produto de uma subjetividade individual (1987; p. 183)”. De acordo com Ducrot, o discurso relatado em estilo direto é a maior prova disso. No exemplo usado por ele “João me disse: eu virei” (1987; p. 185) aparecem duas marcas da primeira pessoa que indicam vozes de dois seres distintos, sem a preponderância de um deles.

Igualmente para comprovar a existência de vários enunciadores em um enunciado, Ducrot aprofundou-se na análise da negação. Ele cita Sigmund Freud para explicar que a negação, pelo instinto humano, remete a um ego, envolvido nas pulsões da libido, e uma

censura, dizendo não, promovida pelo super ego. Com isso, o ser humano viveria a partir de dois estímulos: a tendência a dizer sim, movido pelas pulsões instintivas e alimentando-as, para logo em seguida censurar o sim. O exemplo é ilustrativo

Quando alguém enuncia em uma frase não-P, em seu enunciado expressam-se duas vozes: a da libido que se expressa através do ato P e a do superego, que se expressa através do rechaço ligado ao morfema negativo não. (...) Direi que um enunciado negativo não-P, existem pelo menos dois enunciadores: um primeiro enunciador E1, que expressa o ponto de vista representando por P, e um segundo E2, que representa o rechaço a que esse ponto de vista. Um enunciado negativo é uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõe um a outro. (1988, p. 23)

E, de fato, é fácil concluir que toda negação pressupõe uma afirmação positiva anterior. Ao falar, por exemplo que “Pedro não veio”, fica claro que antes, alguém afirmara que Pedro deveria vir. Não vir é o oposto de vir. A frase parece óbvia, mas também mostra, por contraste, como há enunciações que nascem opostas, enquanto outras assumem essa condição a partir da ação do enunciador. Ducrot expõe como exemplo desse segundo caso esta sentença: “Pedro não veio, pelo contrário, ficou em casa”. “Pedro não veio” é claramente um rechaço à afirmação de que ele viria. Já “Pedro não veio” e “ficou em casa”, não são, necessariamente, contrárias. A oposição está no momento em que o E2 introduz o “pelo contrário”, já que assim, reforça a oposição ao E1. Ou, em outras palavras, a afirmação posta como exemplo pelo autor, poderia ficar assim: Você disse que Pedro viria. Pedro não só não veio, como acabou ficando em casa.

Essa concepção de negação, bastante simples, estabelecida a partir da perspectiva da polifonia, é de fundamental importância para compreendermos o fascínio exercido pela polemista nos meios de comunicação social. Tem se aqui um exemplo claro da dinâmica de atuação do polemista como enunciador. É como se ele sempre fosse um E2 a introduzir abalos em enunciados de outros E1. Dentro dessa estrutura polifônica, o polemista é o personagem

que provoca um curto-circuito que, em vez de abortar o processo, tonifica-o, já que remete e estimula sempre alguma reação do E1, “a uma atitude responsiva ativa”, nunca à indiferença.

No entanto, a contribuição que podemos tirar da teoria polifônica não termina aí. Oswald Ducrot refere uma outra definição, para explicar a argumentação no discurso, que chama de autoridade polifônica. Ele a define, sucintamente, da seguinte forma: um locutor L refere um outro enunciador (M) que tem uma posição P. A partir daí, apoiado nessa asserção P, L formula uma segunda proposição, Q. Ele poderia utilizar apenas Q, mas refere P, formulada anteriormente por outra pessoa e que se assemelha, em sentido, para corroborar a sua posição.

É geralmente isso que fazem os leitores de determinadas colunas de opinião, nas rodas de conversa, ou nas seções de cartas de leitores, quando elogiam um cronista de sua preferência e, ao mesmo tempo, manifestam-se sobre o assunto abordado na crônica. É a opinião do outro reificada que dá suporte ao que está sendo dito naquela circunstância. Trata-se de uma espécie de agendamento com um carimbo que autentica, pois o que foi dito por quem vê o mundo de uma forma inusitada, não-trivial, inédita, torna-se mais legítimo na visão dos leitores-admiradores.

### **1.3 Personagem de si mesmo, o *ethos***

Muito da atração causada pelo polemista é explicada pela forma como ele cria o personagem de si mesmo. Foi constatado que antes da interação eu-tu ou de formular a mensagem que irá emitir, o enunciador traça sua auto-imagem. No caso do polemista, esse processo é fundamental para se entender a formulação de seu discurso. O *ethos* pode ser definido, a partir de uma noção de Aristóteles, como a forma que o *eu* encontra para se inserir

no seu próprio discurso, em situações em que fica excluída a auto-referência explícita. Ou seja, mesmo sem reverenciar a si próprio, por uma série de mecanismos, o *eu* do enunciador se auto-representa, indistintamente presente. Amossy (2005) nota que, na lingüística, o termo só é retomado por Ducrot, na diferenciação já referida entre locutor e enunciador. “Analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala” (p.15)

Na perspectiva aristotélica, o *ethos* seria a forma encontrada pelo enunciador para apresentar-se, criando a imagem do seu *eu* para um auditório, de forma que se constitua num elemento a mais na sua astúcia pelo convencimento. O *eu* representaria o caráter de quem fala, e ao se apresentar sem se referenciar, o enunciador busca criar uma imagem autêntica e de credibilidade de si para quem dirige suas orações.

Dominique Maingueneau (2005) pondera que há dois *ethos*: o discursivo e o pré-discursivo ou prévio, este último segundo terminologia adotada por Amossy. O primeiro é o identificado nos parágrafos anteriores; o segundo apresenta-se antes da enunciação. “Mesmo que o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*” (MAINGUENEAU, 2005; p.71). É assim que o polemista pauta seu público quanto ao seu *ethos*: quando se chega ao espaço onde é publicado seu texto, já se sabe o que esperar, uma ruptura, um ponto-de-vista imprevisível. É esse personagem que ele se encarrega de alimentar, fonte de seu sucesso. Maingueneau chama a esse mecanismo de fiador, que garante ao receptor certas características do texto que permitem a identificação

O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à

figura desse fiador que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado. (2005; p. 73)

Para Maingueneau, a situação deixa claro que o discurso não é simplesmente uma estratégia, mas uma configuração sócio-histórica e “não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva” (2005; p.74). Com isso, o autor pretende ressaltar o caráter pré-discursivo que influi na enunciação e aponta a existência de uma cena de enunciação, por sua vez integrada por outras três cenas. A cena englobante estabelece o estatuto do discurso: religioso, literário, filosófico, etc. A cena genérica é a associada um gênero, a uma instituição discursiva, como o editorial ou o sermão. A cenografia, propriamente, constitui-se pelas condições e as características impingidas a um discurso, servindo de exemplo o sermão que pode ser disciplinador, professoral ou profético.

Maingueneau ressalta que há discursos que exigem uma cenografia, e o polemismo com certeza se inscreve aí. “A cenografia, como o *ethos* que dela participa, implica num processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma certa cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação.” (2005; p.77). Dessa forma, “são os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem validar a própria cena e o próprio *ethos*, pelos quais esses conteúdos surgem” (2005; p. 78). Ou seja, pode se depreender daí que o polemista, enquanto *eu* articulador da polêmica, invariavelmente, repete a mesma cena. Encontra-se, enfim, a fusão perfeita entre forma e conteúdo. Um *ethos* que legitima o conteúdo de seu discurso pela própria forma como se constitui enquanto *ethos*. O polemista só pode ser assim classificado por sustentar um discurso polêmico que, efetivamente, só se realiza através de um componente pré-discursivo: a condição de ser um enunciado elaborado por um polemista notório e contumaz.

Mainueneau (2005) sustenta que “a cenografia não se desenvolve plenamente a não ser se puder controlar seu próprio desenvolvimento, manter uma distância em relação a um co-enunciador, que não pode agir imediatamente sobre o discurso” (2005; p.77).

Tal esquema enunciativo, em que um *ethos*, como um fiador, configura-se para um público em um enunciado, formando uma cena, não apenas capta o co-enunciador, o receptor, como também o incorpora. “O co-enunciador captado pelo *ethos*, envolvente e invisível, de um discurso, faz mais do que decifrar seus conteúdos. Ele é implicado em sua cenografia, participa de uma esfera na qual pode reencontrar um enunciador que, pela vocalidade de sua fala, é construído como fiador do mundo representado” (2005; p.90). Mais uma vez, o *eu* se identifica como *eu*, pelo outro, num modelo gregário.

Mesmo como personagem excêntrico, contestatório e exacerbadamente crítico, o polemista, de alguma forma, busca a comunhão. Ruth Amossy, ao tratar do estereótipo na formação imaginário do *ethos* conclui que

De fato, a idéia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas. É preciso que sejam assumidas em uma *doxa*, isto é, que indexem em emoções partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios (2005; p. 125).

Ou seja, mesmo se tratando de um *ethos* produtor de um discurso rebelde, o polemista só se constitui a partir dos outros.

## **1.4 A ironia**

A polifonia também pode ser usada na compreensão de um outro elemento, característico e comumente sempre presente no texto polêmico: a ironia. Observando-se que toda a negação é polifônica, e que a ironia é uma espécie de negação sarcástica, jocosa, não se terá dúvida de que o enunciado irônico sempre envolve a evidente participação de mais de um enunciador. Dominique Maingueneau (2001), tomando como base a noção de subversão na imitação de um discurso, a paródia, reafirma a condição da ironia como polifônica. Segundo o autor, há duas formas de imitação de um texto. Na captação, o sucedâneo ratifica o objeto original. O exemplo citado pelo autor são os *slogans* publicitários que se apropriam de provérbios populares na tentativa de gerar identificação com os produtos expostos. Trata-se de uma cópia que qualifica o original, apropriando-o. Em relação à subversão, “o enunciador imita um texto para desqualificá-lo” (2001;p.174). No entanto, observa o autor, a subversão independe da imitação de um texto preexistente, já que o enunciador pode subverter sua própria enunciação, o caso mais evidente da ironia. Mesmo na auto-referência, a polifonia persiste, pois remete a um outro enunciado anterior.

Na ironia, o enunciado subverte a si próprio no exato instante em que é proferido, ao zombar de si mesmo, sem deixar claro se o que afirma é real ou se está construindo uma paródia. Trata-se de uma enunciação em que o significado não é o que está estritamente denotado. Por isso, a ironia pode tornar-se dúbia e incompreensível e, por essa razão, serve ao polemista, que ao usá-la, refina sua crítica, conferindo a ela a sofisticação da ambigüidade na sua interpretação. Não há dúvida que, como meio para propagar a mensagem polêmica, a ironia é mais eficiente do que a contestação pura e simples, despida de qualquer atrativo. E, pelo fato de ser ambígua, torna-se mais sedutora ou ofensiva para quem lê. “A ironia é por

essência ambígua, pois se mantém na fronteira do que é assumido e do que é rejeitado. É próprio da natureza da ironia ser muitas vezes insolúvel” (MAINGUENEAU; 2001, p. 175).

Como bem verifica Eni Orlandi (1996) “o lúdico não joga necessariamente com a oposição verdadeiro ou falso, pois há nele um outro espaço possível: o de fingir ou enganar, na relação de interação que ele estabelece” (p. 172). Entretanto, a autora faz uma diferenciação bastante significativa entre o discurso lúdico e o polêmico. O primeiro caracteriza-se, segundo ela, por ser mais polissêmico, pois sua interpretação depende da circunstância e do sentido dado por quem a acompanha e interage na formação do sentido: seu referente está “exposto à presença dos interlocutores” (p. 29). Enquanto no segundo, a polissemia é restrita, porque cada interlocutor procura direcionar o discurso à sua maneira, objetivando induzir a formação da opinião do receptor a quem se dirige. O polemista, no entanto, como agente subversivo da linguagem, transita entre os dois discursos, como se verá nos exemplos a serem analisados.

José Luiz Fiorin segue a mesma linha. Para ele, quando há concordância entre enunciado e enunciação, o que se expressa são verdades e falsidades, discursos dicotômicos, na qual a relação entre o que se diz e o que se busca dizer é linear, sem provocar a astúcia interpretativa do receptor. “Quando o narrador instaura um conflito entre essas duas instâncias (enunciado e enunciação), manipula o segredo e a mentira: o que parece dizer não diz; o que não parece dizer diz” (1989; p. 62). O abalo se dá quando o narrador polêmico introduz outros elementos, como a simulação e a dissimulação, na relação das duas instâncias, colocando-as em desacordo ou, ao menos, longe do acordo previsível. Subverte-se o óbvio, pois “o desacordo constitui o terreno da imprevisibilidade, da incerteza, da anormalidade, da labilidade, da contraditoriedade” (1989; p. 62). E é, por certo, no inesperado que reside, em parte e também, o fascínio da polêmica.

Segundo Fiorin, as formas de se estabelecer a discordância entre enunciado e enunciação são “as figuras de pensamento”, entre as quais, a atífrase ou ironia. Ao entender a enunciação como uma projeção do enunciado, ele vê na ironia uma forma em que a primeira nega o segundo. Ocorre quando os termos do enunciado querem dizer o contrário do que dizem. “O que parece não é, assim como o que se diz não é o que se diz” (1989; p. 57).

Para Northrop Frye, o inverso também é válido, ou seja, a principal característica do irônico está no fato de que “capta a vida exatamente como ela é”, revelando-se uma espécie de *mimesis*, que ao tomar o sentido literal e estrito, torna-se absurda. Dessa forma, o escritor irônico escreve objetivamente, sem juízos de moral, “depreciando a si mesmo e, como Sócrates, fingindo não saber nada além do fato de ser irônico” (1957; p. 40 – 41). A obra de Sócrates também serviu de inspiração para Kierkegaard escrever sobre o tema. Segundo o filósofo, toda ironia caracteriza-se por “uma certa superioridade derivada da sua impossibilidade de ser entendida imediatamente, mesmo que se queira entendê-la” (1992; p. 248). Mais adiante, Kierkegaard afirma que o “cômico tem o polêmico como um elemento necessário” (1989; p. 442), já que o humor do irônico seria o oposto ao enunciado insípido e preconcebido, na sua visão.

Mueck faz uma cronologia dos conceitos de ironia, iniciando na Grécia e transformando-se através dos séculos. Para ele, o sentido preponderante no passado era o da ironia como uma figura de linguagem na qual se “‘diz uma coisa mas significa outra’ como uma forma de ‘elogiar a fim de censurar e de censurar a fim de elogiar, como um modo de ‘zombar e escarnecer’ ” (1995; 23). A partir dessa noção “qualquer justaposição acidental ou não intencional de contrários era considerada ironia” (1995; p.37). Contudo, com o tempo, o conceito transfigurou-se: “a velha noção de ironia – dizer uma coisa e dar a entender o contrário – é substituída; a ironia é uma forma de dizer alguma coisa de uma forma que ative não uma, mas uma série infundável de interpretações subversivas” (1995; p. 48).

Para Maingueneau, o enunciado irônico é sempre uma forma de comunicação, nunca apenas uma sentença frívola e lúdica. Enseja, portanto, uma mensagem a um destinatário. Segundo o autor, trata-se de uma forma capaz de abarcar uma função ofensiva e defensiva.

Analisando-se as contribuições de Ducrot ao assunto, pode-se perceber que a astúcia do irônico está na possibilidade da rejeição sem a presença explícita de um enunciador. Isso seria possível pelo fato de o locutor, num enunciado irônico, colocar em cena mais de um enunciador, sem nunca assumir deliberadamente o ponto de vista de qualquer um deles. A quebra discursiva acontece quando o locutor finge assumir a posição absurda e inadmissível de um enunciador colocado em cena por ele próprio. Mas, na verdade, por considerar um ponto de vista absurdo, ele não o assume realmente, provocando aí a sátira. É eis o paradoxo.

Henri-Pierre Jeudy (2001), ao focar as diferenças entre humor e ironia assinala que “o espírito humorístico está livre no que concerne às regras de linguagem”, enquanto a “ironia parece bastante determinada pelas regras da retórica”. Nessa perspectiva, o humor representaria o *nonsense*, enquanto a ironia é impregnada de sentido. Para Jeudy, diante do bombardeio realístico da mídia total atual, a retórica e a formação de sentido ficaram confinadas a poucos espaços. Onde tudo é midiaticamente mimético, ironia é argumentação. Enquanto tudo torna-se espelho, o irônico “busca toda sua força na própria colisão dos contrários. E toda a sua soberania lhe vem do desafio inexorável que lança ao poder do sentido” (2001; p.12).

Como comunicador, o polemista utiliza a ironia como meio e mensagem, vetor do iconoclasmo e do ceticismo. A contestação não é evidente. Ela se torna mais cáustica assumindo-se como ironia. “Quando é sistemática, a ironia irrita. Nada parece lhe resistir pois nada mais é levado a sério” (2001; p.73), status já alcançado pelo polemista Diogo Mainardi, como se observará adiante. Eis mais um ponto a se considerar sobre o sucesso do cronista polêmico – a detração, por parte de um grupo de leitores, é um componente essencial do seu

êxito. Ao parodiar a realidade, mostrando o seu significado não-aparente, o polemista causa a rejeição. Mas é por se apropriar de uma forma de comunicação tão limítrofe e suscetível a interpretações que o polemista é único.

A ironia se configura num meio de expressão válido para qualquer texto de opinião. Como figura de retórica, remete o leitor-interlocutor à interpretação, sem fornecer uma dica clara de seu sentido. “As figuras de estilo se combinam como vários meios de se jogar com o sentido” (JEUDY, 2001; p.74). A perturbação, portanto, é o efeito pretendido. Como num duelo, o ataque é desestabilizador por deixar o opositor sem saber exatamente sua real dimensão, ou até mesmo se é um ataque, já que pode ser interpretado, até, como humor. Deixa o antagonista prostrado, inerte, o que realça o desejo de manter a comunicação, como único meio de manifestar um contra-ataque. Como nota Jeudy

Essas figuras de estilo têm um ponto comum: pressupõem um adversário, um jogo de contradições, regras de manipulações de sentido. A ironia se exprime *à priori* em um espaço agonístico. Não se trata mais de compreender o outro ou seguir um diálogo, mas de vencer o adversário pelo rigor estilístico da polêmica. (2001; p.94)

No entanto, a ofensiva do irônico polêmico não divide, mais uma vez, congrega. “Este seria o paradoxo: Quanto mais a ironia manifesta a singularidade de um sujeito, mais chama a convivência e contém a forma comunitária de sua expressão” (JEUDY, 2001; p.77). Pode-se dizer, então, que o polemista usa a ironia como suporte e vínculo para manter uma comunidade de leitores. O que faz com que um leitor sinta-se apegado a um colunista polêmico, pelo que expõe Jeudy, seria o fato de ambos concordarem com a subversão como forma de expressão, enfim, da manifestação de uma posição pessoal deliberada. “Essa cumplicidade criada pela ironia se torna uma partilha comum do arbitrário” (2001; p.111)

Pode-se objetar, igualmente, que o polemista é um cínico, como o faz Carlos Augusto Bissón (2003). Apesar do caráter pejorativo que o termo assumiu, o cinismo pode ser

encarado como uma forma de dissimulação. O autor pondera que, irônica e paradoxalmente, jornalistas como Paulo Francis e o austríaco Karl Kraus, ambos polemistas, oscilaram suas trajetória entre um cinismo descrente e uma utopia romântica, estabelecendo a partir de díade a particularidade de seus textos. Cínicos, por assumirem-se dissimulados e irônicos, numa acepção menos depreciativa do sentido mais atual e corriqueiro da palavra. Românticos, por imbuírem-se de um espírito capaz de transformar a realidade, em busca do inefável, ou ao menos, de perseguir uma situação idealizada por utopias ou crenças pessoais.

## 2 A Identidade nos contrastes

À primeira vista, poderíamos dizer que o polemista é, sobretudo, um individualista, arrogante, egocêntrico, intolerante à posição do outro. Se, como afirma a Teoria da Polifonia, a negação pressupõe sempre um outro anterior, vemos que, mesmo ao negar alguma coisa, o polemista considera a posição de seu opositor, já que inclusive, a contesta, permitindo que a alteridade faça parte de seu discurso. Um exemplo ilustrativo é o caso de P e não-P, onde P está presente nas duas asserções. Ducrot tem uma frase emblemática que bem se aplica à tentativa de tentarmos explicitar o elemento sedutor no polemismo. “O enunciado negativo é uma espécie de pequena obra de teatro com dois, a quem chamo de enunciadore (1988; p.25)”. O polemista persegue, permanentemente, afirmações estruturadas e difundidas a fim de negá-las e abalá-las.

De fato, já é difundida, inclusive com bastante força na literatura, a noção de que o *eu* habita e identifica-se a partir dos contrastes, daí o que cativa no ato da comunicação, ainda acentuada na polêmica, como forma de interação ruidosa e onde os contrastes são o meio de vínculo entre dois emissores.

A questão das contradições que se igualam é antiga, mas pouco reconhecida. Tende-se sempre a pensar contrastes como oposições, não como iguais. O contrário é o catalisador da efervescência que preenche e estimula o humano à ação e à mudança. Talvez o primeiro pensador documentado a se ocupar do tema seja Heráclito de Efeso. Ele viveu no século VI a.C.. Misanthropo, tornou-se folclórico e marginalizado ao refugiar-se nas montanhas e por uma série de afirmações consideradas dúbias e metafóricas. Pela personalidade excêntrica, recebeu o epíteto de “o obscuro”, conforme relatam Kirk, Raven e Schofield (1994). Para ele, se no mundo existia um equilíbrio, este só era explicável pela existência dos extremos. A ele é

atribuída a autoria da obra *Sobre a Natureza*. O seu pensamento estava centrado no seguinte ponto: “há harmonia nas coisas porque há acordo dos contrários”. A partir disso, observou, de forma inovadora, o caráter gregário do que é discrepante: “Todas as coisas nascem por oposição. Todas as coisas são mutuamente contrárias, mas o contrário congrega, pois dele nasce a mais pura harmonia” (SPINELLI, 1998; p. 189).

De uma forma grosseira, seu pensamento poderia ser resumido a partir da concepção de que a vida em sociedade só é possível e se move devido às diferenças. Segundo Spinelli, para Heráclito, a unidade não está nos semelhantes, mas sim nos contrários. A unidade de todas as coisas reside em um equilíbrio inquieto de forças que se harmonizam enquanto se opõem. “O conflito é o pai e o rei de todas as coisas Sem oposição ou diferenças, o viver humano seria insustentável, pois desativaria todo o móvel de seu quer e agir” (1998; p.196).

Heráclito formulou sua explicação da existência a partir dos antagonismos, vida-morte, mortal-imortal, fogo-água, ar-terra. Percebeu que o fogo não existe isoladamente, mas em relação “se há fogo, há algo que queima” (1998; p. 200). A partir dessas relações estabeleceu que são elas que movem a existência. O pensamento pode parecer linear, mas não o é. Por diversos filósofos, é considerado o precursor da dialética, caracterizando-se por um modo dualista de pensar, motivado pela ambivalência e pelo relativismo.

Se a união é o que garante o equilíbrio, para Heráclito de Efeso, não poderia haver domínio que se imponha na natureza como permanente e definitivo. Ao observar os extremos, contrários, percebe-se o que é mudança e que o conjunto de contrários produz o todo. Não há nunca uma divisão absoluta entre contrários. “E como uma mesma coisa, existem em nós a vida e a morte, a vigília e o sono, a juventude e a velhice: pois estas coisas, quando mudam, são aquelas, e aquelas, quando mudam, são estas. (...) Há uma conexão de tensões opostas, como no caso do arco e da lira” (KIRK, RAVEN e SCHOFIELD, 1994; p.195; p. 199). É possível dizer, pelo analisado que, se a ironia é a evidência dos contrastes, o

seu efeito catártico decorre daí, do equilíbrio que estabelece harmoniosa e, às vezes, agressivamente entre os opostos.

Por ser imprevisível, a ligação dos contrários seria mais forte do que conexões mais evidentes e visivelmente estabelecidas. “Cada par de contrários forma, não apenas uma unidade, como uma pluralidade” (1994; p. 196), defendia. Essa visão aproxima-se da noção de “centralidade subterrânea” apresentada por Michel Maffesoli, que será aprofundada a seguir.

## **2.1 O gregarismo**

Do plano filosófico, chega-se ao sociológico, portanto ao das relações mundanas. Retomará-se a relação eu-tu, do contraste eu-outro, sem abandonar a noção dos contrários que se atraem. Essa noção é bem aprofundada na obra de Maffesoli, que vê nessa interação a primeira instância do relacionismo predominante, do tribalismo pós-moderno, do *nós* comunitário ancestral e que, a despeito de qualquer racionalismo, caracteriza o humano.

Também para Maffesoli, como para Benveniste, é nas diferenças estabelecidas a partir do confronto com a alteridade que a identidade se determina. E, a partir do momento em que o *eu* é definido pelo outro e vice-versa, fica estabelecido o laço social

Sempre é questão de fusão com o Outro e, portanto, de premência do todo sobre as partes. Essa tendência à *adesividade*, cujas conseqüências sociológicas são imediatamente visíveis, enraíza-se profundamente na natureza humana; talvez fosse melhor dizer natureza animal ou, simplesmente, domínio “mundano”. (...) O eu não é inicialmente ele mesmo, mas o é através dos outros. (2005-a, p.162)

Na verdade, para Maffesoli, o indivíduo, como ser isolado e capaz de se auto-gerir a partir de um modelo pré-engendrado, é produto da modernidade, títere do dever-ser e resultado da lógica *à priori*. O autor refere a existência de uma *era pré-individual*, que como num ciclo, volta agora neste momento de corrosão do pensamento orientador do moderno. Defende também a inexistência do indivíduo se não em relação. A Lingüística, a Filosofia e a Sociologia são diferentes na terminologia, mas, nesse caso, redundantes nas considerações. E como tônica da época, espírito do tempo, a relação eu-outro torna-se explicação da ligação comunicacional e da era da identificação emocional, que rege a organização social, em detrimento à racionalização:

Participando de uma linguagem comum, sou obrigado, mal ou bem, a adaptar-me ao outro (...). Nada importa além da relação, do relacionismo, o tropismo que me empurra para o outro e faz com que, reconhecendo-o (mesmo como meu inimigo), eu me reconheça (2005-a, p. 186-187).<sup>3</sup>

A culminância desse processo identitário analisado por Maffesoli é alcançada quando o autor conclui que o “indivíduo é uma realidade relativa” (2005-a; p. 165), tendo em vista que é manipulado por uma realidade imposta por um nós arcaico e comunitário, pré-individual e que determina a vida em sociedade. Nessa visão, o indivíduo só existe quando em confronto com o coletivo, sempre presente nos acontecimentos do cotidiano, nos planos cultural, político e econômico<sup>4</sup>. “O conjunto formando esse ‘divino social’ (Durkheim) faz-me ser o que sou, pensa e age através de mim e constitui-me quanto ao que sou” (2005-a; 177).<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Essa noção será aprofundada no capítulo referente ao polemista Diogo Mainardi, polemista da época da ética da estética, que Maffesoli entende pelo “fato de manifestar emoções, sentimentos, paixões comuns, nos mais diversos domínios da vida social”. (2005-a; p.188)

<sup>4</sup> Impressionante notar como dois autores de períodos tão diferentes como Bakhtin e Maffesoli convergem nesse ponto. É bom lembrar que, para o primeiro, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo” delimitam o que o indivíduo irá enunciar, enquanto para o segundo, o *nós* fala através do *eu*.

<sup>5</sup> A consideração à alteridade se manifesta permanentemente na obra de Maffesoli, que adota a compreensão como método, contemplando a realidade e demonstrando o que é diverso.

Sem dúvida, o *eu* é uma incógnita instigante e está no cerne da explicação do polêmico. Impossível não notar algo de semelhante nas conclusões de Edgar Morin sobre o tema, bem próximas às de Benveniste e de Maffesoli. Seguindo a base de seu pensamento, o *eu* não é uno, tampouco apenas complexo, mas sim uma composição ambígua dessas duas condições e de outras variáveis, como a presença do outro e a circunstância. “No eu individual não existe a unidade pura, a unidade complexa constituída por componentes múltiplos; existe, também, de modo espantoso, a alteridade, a cisão” (MORIN, 2002; p.301). Ou seja, novamente a comprovação de que o *eu* só se funda enquanto refletido em um outro. “Existe sempre, na identidade-una do indivíduo-sujeito, a presença de um *alter ego* ou uma estrutura outrem” (2002; p.300).

Fica claro, mais uma vez, que o fator de vínculo que funde o eu com seu outro é a comunicação e o que nela influi além dos elementos emissor (eu) e receptor (outro). Como se numa síntese, pudesse ser dito que o eu é formado pelo si, o outro e o elo de ligação.

Podemos ver, portanto que, sendo auto-referente, egocêntrico, autotranscendente, o indivíduo sujeito escapa ao solipsismo. Escapa ao solipisismo na necessária abertura comunicadora com o mundo exterior e com o *ego alter* no mesmo movimento em que a sua identidade escapa à tautologia, uma vez que contém o ambiente, os outros e a sua sociedade. (MORIN, 2002; p.306)

E, da tríade eu - comunicação- outro forma-se a vida em sociedade.

## **2.2 A retórica**

O gregarismo comunitário e as características que permeiam o tempo de predomínio do *relacional*, aprofundadas por Maffesoli, são tema constante em suas demais obras. Mas,

particularmente, em *O Mistério da Conjunção*, é abordada a retórica como recurso de proximidade e taticidade social, vetor do *estar-junto*. Como uma forma de compreender a comunicação, a retórica serve de cimento social, elemento de *relição* entre o indivíduo e o outro, espaço simbólico da co-habitação, modalidade lúdica como forma de exercício da socialidade. “Um dos elementos dessa socialidade de base própria da vida concreta é o que se pode chamar de retórica popular (...) a arte da oratória” (2005 - b; p. 55). O fascínio da retórica popular reside, segundo Maffesoli, no fato de se tratar de uma troca simbólica e, que, portanto, deve estruturar o social. Ou seja não é apenas um jogo, mas um jogo de palavras que, como signos, prestam-se a representar outros signos, alcançando, assim, uma narrativa poética, metafórica, e portanto, transcendental.

A retórica em questão é a oral, veículo dos ditados, provérbios, lendas e outras formas ritualísticas que funcionam como meio de agregação comunitária. O vínculo, independente de qualquer conteúdo, prioriza colocar em contato os interlocutores. Apesar de os exemplos citados por Maffesoli remeterem ao passado oral, é possível dizer que na retórica escrita a dinâmica e as motivações não são diferentes. Se pensarmos que o esquema imaginado por Aristóteles quando se propôs a dissecar a retórica é emissor-mensagem-receptor, vemos que ela é válida para ambos os meios, gráfico e falado, em qualquer situação em que um enunciador pretenda exercer algum tipo de influência sobre um interlocutor. Por isso, é possível dizer que as características levantadas por Michel Maffesoli repetem-se quando se trata da retórica escrita.

A polêmica nutrida por um cronista preserva as características da retórica arcaica e ancestral, entre os quais a teatralidade. Ainda que na escrita se perca o vigor do ato, como na fala, em detrimento do raciocínio e da interpretação, uma coluna em um veículo impresso pode manter seu caráter pictórico, de maneira mais acentuada, no texto do cronista polêmico, em si caricatural e teatral. O polemista usa artifícios como a ironia e figuras de linguagem que

imprimem ao seu texto estilo próprio e que supera a significação textual. Na verdade assume um novo status como forma de comunicação excêntrica dentro do mar de notícias que buscam a objetividade. O melhor exemplo disso talvez seja Paulo Francis. De polêmico formador de opinião, colunista de texto cáustico, quase sem conjunções e recheado de expressões como *waal* e *pfuu*, para denotar paciência e desagrado. Com tantas particularidades no jornal, não poderia deixar de ser surpreendente na televisão. Converteu-se em folclórico, sem abandonar o polemismo, quando assumiu um comentário, no qual, de Nova York, comentava os assuntos em pauta no noticiário internacional e da política brasileira parecendo ébrio, com óculos de lentes fundas e voz arrastada. Com esse estilo, reforçou o mito em torno do personagem de si mesmo criado por ele próprio, ou seja, de seu *ethos*.

Aristóteles definiu a retórica como “a faculdade de ver, teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão (...) sua tarefa não consiste em persuadir, mas definir os meios de persuadir a propósito de cada questão” (1981; p. 34). Ao se propor estudar a retórica, Aristóteles procurou, entre outras coisas, estabelecer os meios concretos mais convincentes para serem usados na arte de influenciar o interlocutor num juízo. Como filósofo, deduziu que a finalidade da retórica residia em aduzir provas já que

a prova é uma demonstração – pois que nossa confiança é tanto mais firme quanto mais convencidos estivermos de ter obtido uma demonstração-; atendendo a que a demonstração da retórica é o entinema, que este fornece, em resumo, a convicção mais decisiva (...) que é uma espécie de silogismo (1981; p.31)

Diante da explicação tão lógica e estruturada, torna-se perceptível que, para o filósofo grego, o orador bem-sucedido é o que melhor domina “as premissas e a marcha do silogismo” (1981; p.32). Fica claro, nesse trecho da obra, a idealização de Aristóteles por um modelo persuasivo calcado na razão, na argumentação clara, analítica, e bem fundamentada, objetivando não deixar espaço para contestações, refutações, críticas, identificação de falácias

ou sofismas. Trata-se, enfim, da elaboração de uma fórmula ideal e idealizada de obter sucesso num embate retórico-argumentativo, já que “a retórica é útil porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, melhores que seus contrários” (1981; p.32). Essa noção também se evidencia quando o autor arrola condições para o uso do estilo com correção e ritmo (“a forma do estilo não deve ser nem métrica nem desprovida de estilo” – 1981; p. 225). Em suma e grosseiramente, poderia ser resumida em uma técnica capaz de habilitar a “reduzir por nós mesmos ao nada a argumentação de um outro, sempre que este em seu discurso não respeite a justiça” (1981; p. 32-33).

Chaim Perelman, no seu tratado sobre a argumentação, aprofunda as noções aristotélicas. Para ele, “o objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar a adesão de todos os espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar a intensidade de adesão” (2005; p. 50). O polemista posiciona-se no sentido contrário: argumenta não pela adesão, mas pela repercussão, angariando adeptos e detratores. Ou seja, nessa definição, a retórica parece uma técnica que não se aplica inteiramente à explicação da estratégia de floreio verbal do polemista que resumidamente, poderia ser definida, justamente, como estruturada na intenção de subverter a lógica considerada justa e ideal, com atitude e estilos transgressores e marcados – na maioria das vezes, deliberadamente – pela excentricidade. “Certamente, parece bastante intuitivo assumir-se o discurso polêmico mais como fala enquanto ato, do que fala enquanto texto. (...) A polêmica parece nascer menos do uso argumentativo do que da atitude argumentativa” (2002; p.53), como notam Wainberg, Campos e Behs.

Os três autores defendem que “a polêmica se instaura preferencialmente pelo caráter, anterior aos argumentos propriamente, divergente das premissas, sobre as quais não há consenso, porque assumidos como espécie de axiomas, fora de julgamento” (2002; p.53). Assim, a quebra da lógica no polêmico precede a argumentação. Mas também pode-se dizer

que não só dessa forma. É válido, igualmente, afirmar que o estilo do polemista não reside apenas na elaboração de premissas que, naturalmente, corroborem e coincidam com uma conclusão, mas na enunciação de premissas que abalem outras conclusões anteriores. Nessa ordem, as premissas não levam a conclusão pressuposta, mas a uma inesperada. O esquema do argumento do cronista polêmico e a sua sedução residem, então, na proposição de sentenças conclusivas inversas às esperadas diante das premissas anteriormente expostas. É um abalo e, ao mesmo tempo, uma ruptura com a lógica formal. “O marido fiel é fiel até quando trai”, frase do polemista Nelson Rodrigues, entre outras, é um bom exemplo disso.

### **2.3 Efeitos**

Aristóteles também falou nas emoções, especificamente as despertadas e vinculadas à arte retórica, que mesmo concebida como uma formulação racional de influenciar, contempla os sentimentos. Noção tão difundida posteriormente, a mensagem, previu ele, exerce uma série de efeitos sobre o receptor. Como observou Stephen Leighton (1996), ao propor que o objeto da retórica é o julgamento, Aristóteles teve a oportunidade de fazer uma profunda reflexão sobre as emoções, que, enfim, são capazes de alterar qualquer julgamento. Entre as abordadas pelo filósofo, uma das que mais se ajusta às desencadeadas pela polêmica é a cólera, ou simplesmente, a dor. Seguindo-se o que foi referido anteriormente, quem se surpreende com o não interposto pelo polemista a um sim estruturado, toma a posição contestatória quase que como uma ofensa, encoleriza-se, sente repulsa. No entanto, para Aristóteles, a reação daquele que se sente atacado é acompanhada por um ganho secundário.

Admitamos ser a cólera uma tendência acompanhada de pena que nos incita a tomar vingança manifesta por um desdém manifesto, e injustificável, de que tenhamos sido vítimas (...) A cólera é seguida de um certo prazer proveniente da esperança que se tem de se vir a vingar. (...) é seguida de um certo prazer, pela razão

acima apontada e também porque o homem passa o tempo a vingar-se em pensamento. A imaginação, entrando em ação, causa-nos prazer, como o faz nos sonhos”. (1981; p.117)

Para Aristóteles, a dor e o prazer acompanham todas as emoções, nem sempre juntos, como nessa situação de dor e vingança. Mais uma vez, o fascínio da polêmica está na manutenção das conexões com outro, na idéia de perpetuação da comunicação, quase que eternamente – ainda que, sob essa perspectiva, de forma não só contestatória ou englobando pontos de vista diversos, mas ainda mais acirrada. Agora, reside no paradoxo da ofensa tendo como resposta resultante o prazer sublime e onírico de imaginar a possibilidade de vingança, de uma resposta que cause o mesmo tipo de efeito colérico no autor do primeiro ultraje. Ao mesmo tempo e por outro lado, o polemista parece regozijar-se por provocar esse tipo de sentimento em quem o lê, ou ao menos em parte do seu público, numa retro-alimentação constante.

Percebe-se, então, nesta altura, que a polêmica provocada pelo polemista pode ser entendida como uma mensagem que comporta mais de um viés. Como visto anteriormente, à luz da polifonia, pode ser considerada um fator de integração pois quem diz não a um sim anterior, mesmo negando outro, o considera. E, como observado agora, ainda mantendo esse caráter de união com o interlocutor, só que de forma mais conflituosa, a fim de despertar no outro um sentimento que provoque cólera, que resulte em uma resposta semelhante ao primeiro ataque.

Essas duas visões ficam mais nítidas se pensarmos na forma como Morin encara o sujeito, complexa na sua maneira dialógica. Para ele, o ser *é* antes de *existir*, ou seja, o indivíduo só faz sentido a partir do momento em que se torna sujeito e, ao assumir essa condição, passa a se auto-afirmar e definir seu campo como ego. E, assim, “a ocupação de seu *site* egocêntrico comporta um princípio de exclusão e outro de inclusão” (2005; p. 75). Por princípio de exclusão, o autor entende o momento em que o eu torna-se único, indivisível,

particular, que só comporta a visão individual e que leva ao egoísmo. Concomitantemente, esse *eu* interage, e forma o *nós* tão claro na visão de Michel Maffesoli. Assim, inclui-se em uma comunidade, um círculo de pessoas, numa tribo, na qual é indispensável a sua doação e a projeção de si em um outro. “Portanto, o egocentrismo do sujeito favorece não somente o egoísmo, mas também o altruísmo, pois somos capazes de dedicarmos nosso EU a um Nós e a um Tu” (MORIN, 2005; p. 76).

E é do paradoxo ataque/união que parece viver a polêmica, como numa reprodução da constante co-habitação entre o ego e seu alter-ego, como indica Morin. “O indivíduo vive para si e para o outro dialogicamente; o egocentrismo pode constranger o altruísmo, este pode superar o egocentrismo” (2005; p. 77). O autor, contudo, reafirma que o ego, sempre, é inalienável: “pode-se partilhar e viver por empatia a alegria e a dor do outro, mas a alegria e o sofrimento, ainda que partilháveis, são intransferíveis”. Mesmo isso não exclui o sujeito: “a relação com o outro seria secundária em relação a um para si primeiro? Primário é o duplo programa: o outro já se encontra no âmago do sujeito” (2005; p. 77).

Sem dúvida, é na complexidade do *eu* que reside um dos principais atrativos do polemismo. Como propõe Maffesoli “com certeza, *polemos* é a entidade divina que domina o destino da natureza humana, quase nada escapando da sua influência” (2005; p.26). Dentro do jornalismo atual, resultante das profundas transformações pelas quais a imprensa passou ao longo do século XX – que tiveram a padronização dos textos como uma das principais conseqüências –, a primeira pessoa do singular, em um jornal, por si só, é algo excêntrico e raro. Pode ser encontrado tanto na crônica literária, poética ou memorialista, como na polêmica. É inegável que, em termos de repercussão junto ao público, a segunda sagra-se campeã, e, inclusive por isso, é o objeto desta dissertação.

## **2.4 Metapontos de vista e rupturas**

A polêmica, como a retórica, serve, portanto, como meio para colocar em contato dois interlocutores e uni-los, meio de fusão e de comunicação. Como salienta Maffesoli, “o importante é *primum relationis*, ou seja o princípio de relação que me une ao outro” (2004; p. 20). A retórica polêmica, além da função fática, do gregarismo orgânico, acumula o elemento do abalo, que consigo traz a possibilidade do contraditório e da crítica, transcendendo a esfera do emocional para co-habitar com a razão, ainda que esta venha sob o espectro da subversão e do inusitado.

Morin, em o *Método 4* aprofunda a questão, a partir da sociologia do conhecimento. “Que formidável determinismo pesa sobre o conhecimento,” (1998; p. 33) brada ele. O conhecimento construído, normativo, determina, modela, delimita e como numa espiral dispõe e impõe a ação humana, através de paradigmas, doutrinas e estereótipos. A normalização, para Morin, busca a certeza, a evidência do inquestionável. O autor chama a este esquema de *imprinting*, pelo qual o indivíduo internaliza o determinado. No entanto, pela sua própria rigidez intimidatória, dialogicamente, prevê e enseja, paradoxalmente, a transgressão por brechas.

A despeito do poder do conhecimento socialmente constituído e culturalmente transmitido, o indivíduo possui a condição de se manter, sempre, autônomo

“É por isso que o espírito individual pode autonomizar-se em relação a sua determinação biológica (recorrendo a suas fontes e recursos socioculturais) e em relação à sua determinação cultural (...) o espírito individual pode tanto dispor tanto mais de possibilidades de jogo próprio e, assim, de autonomia, quanto na própria cultura há jogo dialógico de pluralismos, multiplicação de brechas e rupturas no interior das determinações culturais, possibilidade de ligar reflexão com o confronto, possibilidade de expressão de uma idéia, mesmo desviante” (1998; p.27).

Ou seja, mesmo a cultura que domina abre-se igualmente ao desvio e o indivíduo, mesmo subjugado, tem poder para se insurgir. Morin constata que quando uma ruptura se torna comum, cristaliza-se e forma uma tendência, que corrói a base do conhecimento estabelecido, colocando em cheque as certezas e radicalizando o pensamento efervescente. Não há, ressalva ele, entretanto, a regra de que toda subversão induza a um avanço.

O polemista pode ser encarado como um tipo particular de indivíduo, com características muito próximas àquelas do intelectual. Para o autor, “os intelectuais desmistificam e remistificam sem trégua, por vezes mesmo remistificando através da própria operação de desmistificação” (1998; p. 82). O polemista, como o intelectual, procura sair do centro em busca de “um metaponto de vista”, alcançando a independência e a vanguarda em relação a idéias e valores dominantes na sociedade. Age, sempre, e quase que metodicamente, onde é inesperado. E nessa situação, alcança a condição que o diferencia como cronista no jornalismo. “Por vezes, como Sócrates e Rousseau, o desviante pode ser ao mesmo tempo difamado e admirado, condenado e glorificado” (1998; p. 85).

Seguindo nesse aspecto, a definição de Roland Barthes sobre o escritor também se encaixa perfeitamente ao colunista polêmico:

O escritor-escrevente é um excluído integrado por sua própria exclusão, um herdeiro longínquo do Maldito: sua função na sociedade global não está muito longe daquela que Claude Lévi-Strauss atribui ao Feiticeiro: função de complementaridade, já que o feiticeiro e o intelectual fixam, de certo modo, uma doença necessária à economia coletiva da saúde. E naturalmente, não é espantoso que tal conflito (tal contrato, se se quiser) se trave no nível da linguagem; pois a linguagem é este paradoxo: a institucionalização da subjetividade. (1970; p. 38-39)

Assim como o conhecimento, a linguagem, enquanto estrutura simbólica, estabelece, concomitantemente, a possibilidade da afirmação e da negação, abrindo-se também ao contraditório. “Embora a regra social sacralize a sua percepção e faça um tabu da sua

interdição, a própria natureza da linguagem introduziu uma possibilidade de negação que o espírito individual recalcitrante ou desviante é virtualmente capaz de aprender” (MORIN, 1998; p. 64). Essa característica da linguagem, fértil na ambivalência entre positivo e negativo, garante dinâmica ao uso da língua, o que dá a ela, como à técnica – embora uma seja inata e outra desenvolvida – vida própria, viés nunca neutro e que, enfim, é responsável por impregnar de sentido a realidade. “A linguagem está em nós e estamos na linguagem. Fazemos a linguagem que nos faz”, na relação exposta por Morin (1998; p.216). O autor ressalva que poucos são os indivíduos que assumem essa condição de espírito e a atribui a inúmeros “acazos, possibilidades, felicidades, infelicidades” que permitem a alguém alcançá-las e “expressar a nova concepção”. (1998; p. 65). Além disso, “um atraso psicológico, uma enfermidade, um traumatismo infantil, constituem igualmente condições favoráveis ao desvio intelectual” (1998; p. 65). Enfim, que características psicológicas sirvam para que um indivíduo sintá-se, permanentemente um estrangeiro na cultura onde está e sempre esteve inserido, causando uma propensão à subversão rumo ao indeterminado.

Se para Jean-François Lyotard a condição pós-moderna no campo cultural e a era pós-industrial se instauram a partir de uma ruptura face o acúmulo epistemológico, para Morin a epistemologia, na contemporaneidade, passa por um momento crítico e, ao mesmo tempo, potencialmente fecundo para o surgimento de um desvio que se estabeleça como tendência, com “novas teorias abertas (...), aptas a se auto-reformarem, ou mesmo a se auto-revolucionarem” (1998; p. 316). Ambos autores convergem em acreditar que desfizeram-se as crenças inabaláveis e eis mais um motivo para sucesso do polemista: onde houver metacrenças, ideológicas ou míticas, há um cronista para abalá-las, ao custo e aos ganhos da popularidade, favorável e contrária por parte dos leitores. “O consenso tornou-se um valor ultrapassado e suspeito” (2002; p.119), proclama Lyotard, ao afirmar que a emancipação se dá através dos jogos de linguagem, meio para a ruptura com os discursos consensuais propostos

pelas narrativas legitimadoras da modernidade. “A contradição incita-nos ao pensamento complexo” (1998; p. 248), afirma Morin. E vaticina: “O risco da contradição permanece e permanecerá: o pensamento que a assume faz uma aposta perigosa” (1998; p. 248) – assumida pelo personagem fronteiro do jornalismo. A contradição, “torna absurdo o pensamento onde se inscreve” (1998; p. 226). Enfim, como a polêmica e a ironia.

### 3 Paulo Francis: o nascimento do polemista

Paulo Francis nasceu em 2 de setembro de 1930, no Rio de Janeiro. Nasceu Franz Paulo Trannin Heilborn. O nome com que ficou massivamente conhecido foi dado por Paschoal Carlos Magno, diretor do Teatro do Estudante, onde ingressou em 1952, por considerar a alcunha de batismo impronunciável para o meio artístico. Francis entrou para o teatro, segundo ele próprio nas suas memórias ensaísticas, *O Afeto que se Encerra* (1980), por rebeldia. Foi ator, dirigiu seis peças, escreveu uma – sobre a Revolução Farroupilha, nunca encenada – e abandonou o palco sem deixar o meio teatral. Iniciou escrevendo crítica de teatro na *Revista da Semana* e, em seguida, no *Diário Carioca*, do qual também seria repórter setorista.

Autodidata, frequentou a Faculdade de Filosofia, sem concluí-la. O orgulho pela ilustração que adquiriu renderia rótulos como pedante, cabotino, plagiário, arrogante, fanfarrão, entre outros mais ofensivos. Segundo ele próprio, dos 14 aos 27 anos, leu tudo o “que conseguia pegar, média de 6 horas por dia, investimento que me rende até hoje” (FRANCIS, 1980; p.14). Mais tarde, diria que

O grande momento da minha vida foi quando percebi as possibilidades da imaginação. Foi como o macaco de *2001* ao descobrir o uso agressivo de uma ossada animal. Escritores me revelaram uma maneira de ver, de entender, de formular questões de comportamento e o próprio ato de pensar (FRANCIS; 1996, p.7-8).

A figura de personagem público culto também foi decisiva na formação da sua imagem de polemista – aliás, característica bastante comum nesse personagem, como se visse na erudição uma garantia legitimadora para o seu perfil excêntrico. Como nota Daniel Piza

(2004), seu amigo e biógrafo, Francis influenciou intelectualmente duas gerações no Brasil, tendo sido, por sua vez, influenciado por duas grandes referências da modernidade: Sigmund Freud e Karl Marx. Nos planos político e econômico abandonaria Marx e Leon Trotsky por Adam Smith e Roberto Campos, a quem chamaria, segundo Piza, de “o maior torturador de nossa história” e, posteriormente, de “o maior estadista moderno do Brasil”, o que bem dá a dimensão da reviravolta idiossincrática e ideológica pela qual passaria, componente contraditório importante na sua trajetória de polemista. A companhia intelectual que indistintamente permaneceu com ele foi George Bernard Shaw, a quem atribui a influência estilística para o seu texto mordaz<sup>6</sup>, entre outros ensaístas, todos polêmicos e *carmundgeons* como George Jean Nathan, Jonathan Swift e Karl Kraus. O que parece fundamental na relação com esses autores seria, precisamente, a noção de *ethos*, aprofundada no primeiro capítulo. O texto é sempre transgressor, mesmo quando conservador, funcionando como um cartão de visitas pré-discursivo, em que o *eu* se evidencia na preponderância dos pontos de vista céticos e irônicos, incomuns e, ao mesmo tempo, marcados por um despojamento no estilo, quase coloquial. A influência é bem percebida por Piza

A maior paixão intelectual de Francis, em toda a vida, foi George Bernard Shaw (1856-1950) (...) Shaw era ao mesmo tempo um socialista (heterodoxo) e um elitista (não esnobe) e, na visão futura de Francis, sabia falar a um público amplo sem abrir mão de seus altos critérios intelectuais. Nesse aspecto, seria a grande influência estilística de Francis, que tentaria o mesmo efeito – como se seu texto fosse um acontecimento, uma performance que deixa marcas no leitor – embora Shaw tivesse uma escrita mais argumentativa. (2004; p.56)

Foi ainda no teatro que a verve de polemista aflorou. Francis assinala o momento em que se reconheceu como tal. Antes de se tornar jornalista, indignou-se com dois colegas e amigos, Francisco Pereira da Silva e João Augusto, respectivamente, do *Diário Carioca* e da

---

<sup>6</sup> Sobre Shaw: “Humor faz parte do bom jornalismo. Pode-se argumentar que Bernard Shaw foi o maior jornalista de todos os tempos. Foi certamente o maior crítico musical que tivemos até hoje e, com alguns lapsos, o maior crítico de teatro”. (FRANCIS, 1996; p.249) “Shaw foi minha maior influência estilística. E Trotski, mas este tenho de ler em tradução”. (1996; p. 106)

*Tribuna da Imprensa*, que como ele, haviam visto e achado “lamentável” a montagem da peça *Volpone*. A diferença é que ambos louvaram a encenação, muito em parte motivados pelas relações que mantinham com duas figuras centrais do espetáculo, promovido pelo Teatro Brasileiro de Comédia (TBC): Walmor Chagas, o protagonista, e o diretor polonês Zbigniew Ziembinski, à época já com o status de ter revolucionado o teatro brasileiro com a montagem de *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues. Francis registrou sua discordância, e ficou surpreso ao ver que, na verdade, os dois amigos concordavam com ele, embora tivessem escrito o contrário, mas se justificavam dizendo “de que adianta baixar o malho na melhor companhia do país” (FRANCIS, 1980; p. 115). Ele próprio narra o nascimento oficial do polemista

A vocação deles não era a crítica. Nem minha. Juro. Resumo da ópera: discutimos à madrugada e fizemos um pacto. Se eu conseguisse um lugar na imprensa e começasse a testar a política de dizer o que pensava, eles me acompanhariam. Paulo Francis polemista nasceu desse incidente, uma discussão entre amigos, num botequim de quinta categoria em Copacabana. (FRANCIS, 1980; p. 115)

Uma breve análise desse trecho dá a impressão de que não apenas o polemista nascia ali, mas talvez o próprio Paulo Francis. Ainda mais controvertido foi o embate com a atriz Tônia Carrero, como se verá adiante. O apadrinhamento vigente no jornalismo cultural, já naquela época, desgostava-o, mas também servia de estímulo. A amizade mútua entre críticos, atores e diretores sobrevivia do elogio estampado no jornal. No entanto, essa contingência foi determinante na carreira do jornalista que, insatisfeito, viu no ambiente de compadrio um motivo a mais para moldar seu *ethos* de forma diferenciada, não apenas pautando seu texto pela posição crítica e de um meta-ângulo, mas vendo nela um meio de expressar-se. “Chico e João prontamente abriram fogo. Animamos outros e a polêmica, esse corpo estranho na alma brasileira, ressuscitou no palco” (FRANCIS, 1980; p.120), rememorou. Para, em seguida, enfatizar que, em São Paulo, Décio de Almeida Prado, Sábato Magaldi e Delmiro Gonçalves

“havia nos precedido em estimular o estabelecimento de valores e em negar os falsos” (1980p.120).

Não há dúvida de que interpretava o fato de ser um jornalista polêmico fonte de status, *ethos* evidentemente diferenciado. “Numa época escrevi que houve três polemistas profissionais no jornalismo brasileiro, (Carlos) Lacerda, Hélio (Fernandes, irmão de Millôr) e eu. Não mudo uma palavra. E profissional é uma definição de temperamento e técnica” (FRANCIS,1980; p.122), orgulhava-se.

Franz Paulo Heilborn fez do teatro o trampolim para, enfim, assumir o protagonismo de si próprio. “Saí do teatro porque tinha a necessidade de um palco maior” (MOURA, 1996; p.40). A frase é paradigmática e só revela o nível de *insight* intrapessoal do autor. A importância do teatro na vida de Francis simboliza perfeitamente a relação do cronista com o seu personagem polêmico. Sob os ganhos nessa criação, diria que “Olhar para si próprio como alguém de fora é uma sensação saborosa; de poder? Em parte sim, mas é também um parzer sensorial, estético e filosófico” (1996; p. 7).

Não há dúvida, pelo que se conhece da sua biografia, que a experiência frustrada como ator e diretor foi um motivo para que perseguisse a notoriedade como um “saltimbanco” do jornalismo. Paulo Francis, certamente, é um exemplo clássico da cenografia do *ethos*, embora Maingueneau (2005), definidor dessa noção, ressalve que o termo por ele adotado não tem o mesmo sentido de seu uso teatral, pois acrescenta a esse sentido a “grafia”, referente à inscrição: “para além da oposição empírica entre oral e o escrito, uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência de interdiscurso” (2005; p.76), como visto na seção 1.3. Mesmo assim, a relação entre o polemista e o teatro não deixa de ser simbólica. “Há em mim um resíduo de saltimbanco. Gosto de uma platéia. Afinal, vivo disso há 40 anos” (1996; p.8).

Paulo Francis fez também de suas memórias uma espécie de peça de teatro da sua biografia. Apesar de dedicar várias páginas da obra a dois personagens seus, dos romances *Cabeça de Negro* e *Cabeça de Papel*, Hesse e Hugo Mann – dois teuto-brasileiros, intelectuais, como ele na época em que os criou – narra seus episódios pessoais referindo-se a si ou como Franz Paul, na fase infantil e na juventude, ou como Paulo Francis após o ingresso no teatro e no meio jornalístico. Personagem de si mesmo, nesse caso, pode até parecer pouco.<sup>7</sup>

Pode-se dizer que o texto polêmico é mais propenso a transformar-se em episódio, bem mais atraente ao leitor do que o noticiário, por mais que esse tente recriar cenários e realidades. O próprio Francis percebeu essa possibilidade e deliberadamente, tornou-se um polemista: “No *Diário (da Corte)*, algum assunto de que escrevo sempre mexe com alguém. Quanto menos convencional se é, mais efeito tem. O que Molière, Wilde e Shaw (*três autores do teatro, citação também sintomática*) demonstraram” (FRANCIS, 1996; p. 7). Como se viu-se, vê e se verá, o fato de fugir ao convencional não garante o estatuto de polemista. Além disso, requer o *ethos* e sua cenografia, que se inserem e se confirmam pré e intra discursivamente. E é nele, por abarcar as instâncias extra e intra-discursivas, que reside o principal abalo emitido pelo polemista. A opinião de Piza corrobora essa visão

Para os leitores, não eram as opiniões de Francis que contavam. Era a maneira como eles as emitia, a personalidade com que as lançava – seu estilo inimitável, mistura modernista de expressões antigas, frases aforismáticas e musicalidade oral. Tal maneira era produzida por um conjunto de fatores: o estilo de Francis não era apenas claro, desprendido, livre de eufemismos e covardias (do que chamava de ‘estilo de vitórias-régias’ da imprensa brasileira); tinha também humor, informação culta e vivência intensa. (PIZA, 2004, p. 109)

---

<sup>7</sup> Os aspectos psicológicos dos polemistas, apesar de diversos, são inegáveis e úteis para a compreensão da estruturação do personagem. No entanto, para que esse foco seja atingido, é necessária uma análise mais criteriosa a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos do campo da psicologia. Nesta dissertação, evitou-se essa incursão por tratar-se de um trabalho focado na figura do polemista como articulação da imprensa. Como são importantes para se entender o personagem, não deixarão, no entanto, de ser citadas algumas características psíquicas.

A crítica teatral garantiu a Francis a inserção nos meios artísticos e intelectuais do Rio de Janeiro do final da década de 1950, um período emblemático para o país. Nascia a Bossa Nova, ensaiava-se o Cinema Novo, alcançava-se o ápice da lógica positivista do progresso com os “cinquenta anos em cinco” de Juscelino Kubitschek e a conquista da primeira Copa do Mundo aparentemente faziam, finalmente, o brasileiro se auto-afirmar.

As transformações no campo jornalístico tiveram ainda maior influência sobre a atuação do polemista. Era o momento de ruptura com o modelo anterior, em que as redações dos veículos passavam por profundas modificações editoriais, que culminariam com as mudanças na linha do *Jornal do Brasil*, modelo para todos os demais jornais brasileiros a partir da década de 1960. Em relação ao que vigia nas redações até àquela época, adotou-se um jornalismo que parecia pasteurizado, onde a isenção e a imparcialidade agiam não como meio, mas como lógica a ser obstinadamente perseguida, a partir da subtração do *eu*. Surgiu o *copydesk*, personagem símbolo dessa época<sup>8</sup>. Essa confluência de fatores técnicos, sem dúvida, fez com Francis recrudescesse na condição de jornalista excêntrico.

Mais tarde, como se verá, seria vítima de um de seus desdobramentos, outra importação da imprensa anglo-saxã, o ombudsman. Diante do marasmo homogêneo, Francis sobressaiu. Viu nas inovações a oportunidade de adequá-las para fundar seu estilo próprio. Nesse período, trabalhava no *Diário de Notícias*, concorrente do *JB*, e colaborava com a revista *Senhor*, que também marcaria época no jornalismo brasileiro. Aprendeu, com Evandro Carlos de Andrade, Pompeu de Souza e Carlos Castello Branco até que ponto as novas normas poderiam lhe servir. Despido de eufemismos e formalidades, tornou seu texto mais incendiário na crítica de teatro. Para Daniel Piza, apesar das inovações de estilo e de expressão do ponto de vista, o “jornalismo de Francis tinha elementos de um tempo antigo em

---

<sup>8</sup> Em uma entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Francis lembrou que, por irreverência e na tentativa de ludibriar o *copydesk*, escrevia “no entretanto”. O erro deliberado nunca passou, o que, para o cronista, só evidenciava a desumanização imposta pelo novo personagem das redações

que os debates de idéias eram marcados por um tom agressivo, desafiador, salpicado por xingamentos e humor irônico” (2004; p. 44), colocando-se, segundo ele, entre os textos de Assis Chateaubriand e Nelson Rodrigues. O biógrafo do jornalista critica-o no que tinha de mais diferenciado: “O maior defeito de Francis, enfim, era o exagero. Suas críticas caíam com frequência no ataque pessoal. Em outros casos, caía no erro de hipervalorizar a corrente contrária apenas para sacanear seu alvo” (2004; p. 107).

Em 1959, transferiu-se para o jornal *Última Hora*, onde começou escrevendo sobre televisão, para depois passar à crônica política. A identificação ideológica com Samuel Wainer lhe garantiu a coluna *Paulo Francis informa e comenta*, na página 3 do diário. Piza pondera que Francis vislumbrara em João Goulart e Leonel Brizola a possibilidade de o Brasil assumir, na vanguarda do mundo, o pós-capitalismo utópico – embora em 1980, quando redigiu as memórias, continuasse a acreditar no pós-capitalismo “trotskista”, mas desertara do brizolismo. Foi na *Última Hora* que assumiu completamente o esquerdismo. Defendeu as reformas de base de Jango. Mais do que isso, naquela experiência – como ele mesmo nota –, foi um salto profissional na sua trajetória de saltimbanco, simpático a um público cativo

Sucesso. Não levei muito tempo para perceber que meus fãs eram como focas amestradas. A certos comandos, faziam sempre as mesmas coisas, batiam umas nas outras as barbatanas. A qualquer gesto espontâneo ficavam perplexos. Em parte, e tinha prazer em satirizar o que no resto da imprensa era tratado com reverência. Um dos prazeres do jornalismo independente é ser tratado como dissonante do barulho infernal que a horda de rinocerontes faz (FRANCIS, 1994; p.74).

Se a maneira de se relacionar com os leitores já havia se estabelecido, a independência completa ainda não, como o próprio cronista percebe. O engajamento lhe custou caro. Após o golpe militar de 1964, escondeu-se na casa de parentes e amigos, refugiou-se em São Paulo, ficou desempregado, respondeu a diversos inquéritos policial-militares e foi preso quatro vezes. “Uma vez perguntaram se tinha sido torturado: ‘Fui. O

carcereiro passava o dia todo com o rádio ligado ouvindo Wanderléa' ” (FRANCIS apud PIZA, 2004, p.20).

O golpe foi uma guilhotina das mais ásperas para o jornalista. A efervescência da conjuntura acompanhada da sua ascensão na carreira foi, subitamente, abalada. Colaborou como editor da editora Civilização Brasileira e, mais tarde, como editorialista do Correio da Manhã, de oposição ao regime. “Morri bastante em 1964. Ou, digamos, parte da minha tessitura ficou afônica, necrosada. Alguma coisa restou. E até minha cabeça me parece mais limpa de ilusões e confusões”, lembraria no segundo livro de memórias, *Trinta anos esta noite (1994)*, sobre o golpe militar. O ambiente hostil e a censura viriam colaborar para que Francis participasse de outra experiência emblemática do jornalismo brasileiro, como cofundador do *Pasquim*, ainda que ali não militasse por muito tempo. Foi lá que encontrou definitivamente seu estilo como cronista. As liberdades propostas pelo periódico fizeram com que coloquialismos, gírias, citações sem compromisso se incluíssem ainda mais no seu texto, enriquecendo-o e agregando status também a sua imagem.

As prisões foram determinantes para que fosse morar em Nova York, em definitivo, a partir de 1971. Lá, de início, trabalhava como *freelancer* para publicações brasileiras como *Realidade*, *Visão* e *Status* e contava com uma bolsa da Fundação Ford. Em 1975, foi convidado por Cláudio Abramo a trabalhar na *Folha de São Paulo*, como correspondente. Assinava uma coluna com o título *Diário*, que a partir de 1977 se chamaria *Diário da Corte*, título dado por Abramo, mas simbólico não só por dar a entender e ressaltar a condição subdesenvolvida brasileira, como também por referir o status pessoal alcançado por Francis. “Na primeira cana me apelidaram de Francis de Orleans e Bragança” (1980, p.34), lembraria nas reminiscências do pós 1964, o que evidencia a percepção em torno de seu caráter erudito-aristocrático. Durante anos, Francis foi o único, entre todos os cronistas e articulistas da *Folha* a contar com uma página inteira, exclusiva, em duas edições por semana, quase sempre, na

contracapa do caderno *Ilustrada*, espaço nobre do jornalismo cultural brasileiro, embora àquela época seus textos, “tijolos” na gíria jornalística, versassem muito também sobre política e economia.

Francis tentou imortalizar-se pela ficção. Além dos já citados romances, escreveu *As filhas do segundo sexo* (1983) e nunca concluiu *Cabeça*. O escasso sucesso como romancista frente ao êxito como um dos mais comentados jornalistas do país o fizeram desistir de continuar como escritor.<sup>9</sup>

Embora não seja esse o objetivo principal, é importante citar alguns traços de personalidade do jornalista, principalmente da época Franz Paulo. Ele próprio cita que pelo nome e biótipo, criaram-se mitos em torno de sua ascendência, sendo considerado austríaco e israelita. Do lado paterno, seu avô, Paul Heilborn, era alemão. Embora com pouco sotaque ao falar português, sempre se manteve um germânico na cultura brasileira, fazendo com que filhos e descendentes nunca viessem a se sentir “merros brasileiros” (FRANCIS, 1980; p.19). A mãe era de origem francesa, de uma família que imigrara para o interior do Rio de Janeiro, com dificuldades semelhantes na aculturação. Nas memórias, Francis dá a entender que, embora sua principal preocupação como jornalista e até ficcionista fosse, de forma patriótica, o desenvolvimento do país, era um estrangeiro nascido no Brasil. Mesmo assim, dizia: “Sou mesmo é um dos remanescentes dessa espécie quase extinta, o carioca” (1980; p.34). Ou seja, mesmo que se considerasse brasileiro, pertencia a um tipo já não existente mais, sem perder a auto-imagem de “estranho no ninho”.

Algumas características pessoais suas, formadas na infância, são ilustrativas:

---

<sup>9</sup> O fato de um grande número de polemistas não encontrar na ficção o sucesso na mesma proporção conhecido nos periódicos é um ponto a ser explorado com mais atenção. À primeira vista, o que sobressai é a questão do meio. O livro, por mais repercussões que venha a ter, não conta com a interação propiciada pela opinião exposta em um veículo periódico. Talvez a força dessa resida na proximidade trazida pela emissão quase que cotidiana, mais próxima das mãos do grande público. Mais uma vez, o que se confirma, é que a polêmica não prescinde da alteridade. É fator de vínculo e de laço, mesmo que em termos de tópico, seja centrada na divergência.

Foi aos oito anos que comecei a perceber a ambivalência, a ambigüidade, a falsidade do que pregavam. Uma cacetada emocional me levou a essa precocidade crítica. Não importa. (...) me fechei em mim mesmo, perplexo, rancoroso, engatinhando sarcasmos. (...) Concluiu-se que Franz era apenas um menino esquisito” (FRANCIS,1980; p. 124).

A excentricidade de Francis se fez presente nos seus ascendentes (“os Heilborn diziam na cara um do outro o que pensavam” – 1980; p.124) e na infância. Ainda que o polemista tenha nascido de uma conversa entre amigos, em uma madrugada, “num botequim de quinta categoria de Copacabana”, as condições estavam dadas anteriormente.

Na verdade, o polemismo em Paulo Francis é sinuoso: ora orgulha-se da condição diferenciada, ora lamenta os estragos feitos pela retórica virulenta. “Me acusavam de brutal, ou na palavra mais precisa de Paulo Autran, ‘ferino’. É verdade, mas não se cutuca o balaio da nega com afagos. O negócio é demolir (1980; p. 124)”, concluiu. Em seguida, na mesma página, lamentava: “De exclusivamente meu não nego o que mais doeu: o temperamento satírico, ‘ferino’. Rejeito, porém, explicações psicológicas imediatistas. Desde criança perdida e ‘alienada’, a ironia, a mordacidade e, quando evoluí, a sátira, me foram armas de defesa contra o que perdi emocionalmente. Essa explicação psicológica aceito, até certo ponto” (1980, p.124).

### **3.1 A primeira polêmica**

A primeira grande polêmica em que Paulo Francis se envolveu foi de cunho pessoal, com Tônia Carrero, segundo ele devido a um mal entendido. Em uma coluna em *O Globo*, do jornalista Antônio Maria, que depois se tornaria amigo de Francis, a atriz se referia a ele como *sexy*. Um amigo seu instigou-o, dizendo que ela estaria sugerindo, na verdade, seu homossexualismo. A resposta veio em um artigo intitulado *Tônia sem peruca*, de 17 de

outubro de 1958, no *Diário de Notícias*. (PIZA, 2004, p.68). Chamava-a, ainda, de “atrizinha” e atribuía seu sucesso à utilização do sexo.

A polêmica se arrastou para fora do meio impresso, numa prova que como forma de comunicação ruidosa, transcende o discurso e estende-se pela cenografia traçada por cada *ethos*. No mesmo dia em que o texto fora publicado, o marido de Tônia, Adolfo Celi, foi até o teatro onde o polemista dirigia uma peça. Segundo Francis, Celi, até então seu amigo, o insultou e os dois trocaram “alguns sopapos”, sendo separados em seguida. Piza relata que correu outra versão, a de que o jornalista não teria esboçado reação após a agressão.

Outro amigo também viria a agredi-lo fisicamente: Paulo Autran. “Na tradição do macho brasileiro, Paulo acha que ele ganhou, eu acho que eu ganhei... Até hoje não nos falamos (FRANCIS; 1980, p.127)”. Mais de 35 anos depois, Autran ainda lembraria o incidente, ainda que sem precisão da seqüência de episódios e do real motivo da polêmica. “Um dia, em uma peça, eu o vi ao lado do Ítalo Rossi. Fiz minha cena, fui ao meio do público, dei uma cusparada nele. Cuspi com prazer, e ele ficou parado”<sup>10</sup>, relatou. “A vaidade de Francis era incomensurável, quase tanto quanto o talento de Guimarães Rosa”<sup>11</sup>

Quando se transferiu para a *Última Hora*, Francis, no princípio, não entendia a aversão a ele demonstrada pelos diretores Paulo Silveira e Moacyr Werneck de Castro, alguns anos após a polêmica. No jornal, que àquela época seguia a linha bastante crítica aos opositores de João Goulart, encontraria a sua forma própria de distinguir-se entre os críticos. O jornal costumava referir-se a Carlos Lacerda como “burro”, “canalha fascista” e “ladrão”. “Meu primeiro artigo começava declarando-o o mais inteligente, culto e articulado dos políticos brasileiros, baixando-lhe, depois, o chanfalho pelas posições” (1980; p. 127). As relações entre Francis e os diretores se distenderam. “Me rendo ao talento”, teria dito Paulo

---

<sup>10</sup>Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u55565.shtml>>

<sup>11</sup>Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u55560.shtml>>

Silveira, após confessar que aspereza com o novo contratado do jornal era ainda devida ao fato de que ambos os diretores continuavam chocados com os ataques a Tônia Carrero.

A polêmica é bastante emblemática, por ser a primeira de grandes proporções na carreira do jornalista. Como se vê na sua entrada na *Última Hora*, serviu como um cartão de visitas de polemista. Apesar de cada experiência jornalística seguinte ter colaborado para o recrudescer a sua verve polêmica, e assim aconteceu na *Última Hora*, no Pasquim e na *Folha de São Paulo*, foi com texto contra Tônia Carrero que Paulo Francis configurou seu *ethos* publicamente. Ao falar, posteriormente, sobre o assunto, relatando as reações e as brigas, o autor parece até lamentar. Diz não arrependê-lo de nenhuma de suas críticas teatrais, sempre “sem eufemismos”, à exceção dessa. Aparentemente, sentiu o peso da polêmica por ele engendrada, de uma certa forma, por um mal entendido

O artigo é sórdido, imperdoável, uma das mais pungentes vergonhas da minha vida, porque pessoal, mesquinho, deliberadamente cruel, sem que houvesse motivo. Na zonzeira em que vivia no Diário, aceitei, inexplicavelmente para mim até hoje, uma explicação suburbana de um colega de uma brincadeira que Tônia Carrero fizera comigo. (...) Ou seja, além de cachorro, me portei como um idiota” (1980; p. 126)

Mesmo que o motivo tenha sido um equívoco, isso só comprova a disposição do autor para o embate, independente do fato e da razão. Antes da razão, em cena entram o *ethos* e seu efeito. Apesar de tantos lamentos, continuava achando, paradoxalmente, que “o artigo é muito bom, lamento dizer, do ponto de vista técnico; enrubesci ao relê-lo dias depois” (1980; p. 125). Lastimou a desavença com amigos como Rubem Braga e Paulo Autran. Décadas mais tarde, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, mostraria-se arrependido pela virulência, coisa bastante rara em sua carreira. Lembrou que, à época, o cronista Rubem Braga, amigo de ambos, teria dito que a coisa mais sensata que um editor poderia ter feito naquela situação

seria guardar o artigo de Francis e, dali alguns dias, ter lhe perguntado se realmente queria publicá-lo naqueles termos. Deu razão a Braga, mas teria perdido a razão de polemista.

De tão traumático, o episódio seria lembrado ainda na morte de Francis, por Tônia Carrero, em fevereiro de 1997. “Ele morreu jovem e ocupando um lugar de destaque, que o Brasil comentava. Era um jornalista competente, mas, com o teatro, ele foi muito frustrado. Nenhuma das iniciativas dele na área deu certo. Nem mesmo a de crítico. Eu sofri muito na mão dele, mas já esqueci”.<sup>12</sup>

### **3.2 Um ombudsman no caminho**

O jornal *Folha de São Paulo*, a partir de 1984, implantou o Projeto Folha, pelo qual a linha editorial a ser seguida dava prioridade ao leitor. Naquele ano, entre outras inovações, o foco central noticioso, por exemplo, foi dado à campanha pelas Diretas Já. Como desdobramento do projeto, em 1986, o jornal decidiu publicar uma coluna semanal redigida por um ombudsman, a partir da experiência bem-sucedida dos jornais *El País* e *The Washington Post*. O artigo e a instituição do cargo só foram implantados três anos depois, em 1989, sob a responsabilidade do ex-correspondente internacional do jornal em Paris e ex-secretário de redação, Caio Túlio Costa. Segundo o jornal,

Ombudsman é uma palavra sueca que significa representante do cidadão. Designa, nos países escandinavos, o ouvidor-geral – função pública criada para canalizar problemas e reclamações da população. Na imprensa, o termo é utilizado para designar o representante dos leitores dentro de um jornal. A função de ombudsman de imprensa foi criada nos Estados Unidos nos anos 60. Chegou ao Brasil num domingo, dia 24 de setembro de 89, quando a *Folha*, numa decisão inédita na história do jornalismo latino-americano, passou a publicar semanalmente a coluna de seu ombudsman. (...) O jornal assumiu o objetivo de ter seu próprio

---

<sup>12</sup> Personalidades destacam a inteligência. **O Globo** – Segundo Caderno. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1997.

ombudsman, um profissional dedicado a receber, investigar e encaminhar as queixas dos leitores; realizar a crítica interna do jornal e, uma vez por semana, aos domingos, produzir uma coluna de comentários críticos sobre os meios de comunicação -na qual a *Folha* deveria ser um dos alvos privilegiados.<sup>13</sup>

Na terminologia de Paulo Francis, o ombudsman virou “bedel de jornal”, “canalha menor”, uma “obscuridade”, “piolho” e “*bundsman*”. A celeuma se instaurou durante o segundo turno das eleições entre Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva. Francis já havia deixado clara sua posição em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). Já atacara Luiza Erundina na campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo, em 1988 e, naquele ano de 1989, em que caíra o Muro de Berlim, via no partido de Lula a representação do que a Europa pretendia sepultar como arcaico e supostamente fracassado nas suas proposições. A segunda metade da década de 1980, Francis abandonara a esperança trotskista pela crença romântica nas potencialidades do liberalismo como alternativa aos problemas brasileiros, após o choque de estatização implantado pela ditadura militar. Vestiu, por completo, a nova camisa justamente no período eleitoral, em que o alvo era Lula, o “Sapo Barbudo”, na definição assimilada de Leonel Brizola. Por isso e por ser publicada num jornal que ganhara credibilidade na busca incessante por noticiar o fato com imparcialidade, a polêmica recrudesciu. Mais ainda, teve como combustível o fato de o veículo pretender, também à época, segundo Costa, desfazer o epíteto de ser um jornal “petista”.

A fama crescera quando, um dia após o primeiro turno, em 16 de novembro de 1989, a contagem dos votos recém iniciara, o jornal noticiava Lula versus Collor, apenas baseado na pesquisa de boca de urna de seu instituto, enquanto outras sondagens ainda não deixavam certa a presença do candidato do PT, dada a escassa margem em relação ao terceiro colocado, Leonel Brizola. Em seguida, mesmo tendo acertado na previsão, e dentro da estratégia de desconstruir a imagem assumida, a *Folha* estampou na capa uma entrevista com Collor na

---

<sup>13</sup>Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/cargo.shtml>

qual defendia ser a proposta do PT radical e previa a conquista do poder com derramamento de sangue. Junto à matéria (Collor “diz que PT prega banho de sangue”), surgia a opinião de Francis, funcionando quase como se fosse a voz do jornal, com a coluna “Lula coloca o país no nível da Nicarágua”.

Caio Túlio Costa havia assumido o posto há dois meses. Como ele próprio explica: “Ignorar o fenômeno Paulo Francis – talvez o jornalista mais agressivo e mais polêmico que o Brasil já teve – seria comprovar a debilidade de quem tinha obrigação de criticar o jornal” (COSTA, 2006; p. 113). Com a sua objetividade, percebeu que para ganhar notoriedade precisava polemizar e, para isso, escolheu seu ícone mais vistoso. Cabe aí ressaltar que o ombudsman há pouco empossado talvez tenha percebido que a razão estruturada no texto jornalístico, por mais inovador que pudesse ser, não conquistaria os leitores. Passou à crítica na mesma forma e estilo de quem criticava, em nome da pureza factual do jornalismo. Não fazer isso implicaria em “perder o respeito dos leitores, da imprensa e de amigos” (COSTA, 2006; p. 113). Não há dúvida que a polêmica por ele instaurada serviu de salvaguarda ao seu *ethos* que, até ali, não dissera exatamente ao que viera<sup>14</sup>. Com o texto “Petismo, Paulo Francis e o mito de Narciso”, criticou o jornal pela capa favorável a Collor precisamente no seu colunista mais sensível que, por ser polêmico, como visto, é extremamente propenso à relação eu-tu comunicacional e, portanto, à resposta

A manchete do banho de sangue é discutível – por que Collor não usou a expressão banho –, mas jornalisticamente correta. O uso do texto de Paulo Francis na capa, no entanto, provocou polêmica, deu o que falar. Provou que, naquele dia, deu certo a estratégia de bater no Partido dos Trabalhadores” (2006; p. 115).

---

<sup>14</sup> É simbólico que no capítulo em que trata da contenda com Paulo Francis tenha intitulado “O salmão e a sardinha”, apropriando-se do título de um artigo em que o crítico Telmo Martino analisava a polêmica entre os dois jornalistas, que continuou mesmo após a saída de Francis para *O Estado de São Paulo*, chamado por Costa de “mausoléu” por tirar, segundo ele, visibilidade de cronistas consagrados.

O elo de ligação e vínculo fora estendido. A começar pelo público, desde ali já dividido. O ombudsman, naqueles dois meses, vinha atendendo a uma média de 30 ligações de segundas a quintas-feiras. Em dois dias, recebeu 69 ligações, das quais 38 eram favoráveis à posição de Costa, muitos simpatizantes do PT, alguns acirrando a crítica a *Folha* e a Francis, pedindo a censura ao colunista por alguns comportamentos supostamente racistas. Com argúcia, Caio Túlio Costa viu que o episódio só comprovava o fato de que, para alcançar a condição de polemista, é necessário que seus textos sejam lidos também pelos detratores. “Para fazer esses pedidos (*como o do cerceamento*) é necessário lê-lo” (COSTA, 2006, p.115).

Pela repercussão, no domingo seguinte o tema não era mais o pretense equívoco editorial *da Folha* em dar espaço a Collor e exibir a opinião de Francis, mas o próprio polemista. O ombudsman pretendia categorizar o polemista dentro dos padrões do jornalismo. Diferenciava os seus textos do primeiro caderno e da *Ilustrada*: “Ali ele tinha uma coluna de página inteira, duas vezes por semana, coisa única na imprensa brasileira em todos os tempos” (2006; p.115).

Avaliava que, no caderno de variedades, seu texto não deveria ser tomado como meramente jornalístico, conclusão para a qual se prescindia de um ombudsman. Na verdade, Caio Túlio Costa priorizou o estilo na esgrima contra o opositor, embora chame de “crítica técnica” dado o estrondo da coluna anterior.

“Ali ( na *Ilustrada*) ele é mais o Francis ficcionista, o cronista dos tempos. Diz besteiras e coisas sábias. Escreve o que muitos pensam e não ousam falar em voz alta. É preconceituoso, vulgar, chuta alguns dados, é o Paulo Francis de sempre – irreverente e destemido. (...) Francis não tem compromisso com ninguém, a não ser com sua cabeça, cuja memória e capacidade de reflexão poucos brasileiros possuem igual” (COSTA, 2006; p.116).

Paulo Francis acusou o ataque e, fora dos argumentos, agrediu a pessoa. A dimensão da ira pode ter sido determinada por vários motivos. Ambos eram amigos e a polêmica se agravou por ter partido de um emissor inesperado, abalo discursivo vindo do próprio veículo onde escrevia. Poderia até parecer falta de ética não fosse essa a função precípua do ombudsman, inicialmente incompreendida por Francis. “Não me incomoda de confessar que acho uma grande vileza, no meu próprio jornal, eu ser atacado de maneira tão fuleira e insolente por um colega e suposto amigo”, escreveu, sob o título de “As patrulhas de Lula”. Certamente, Francis viu na contestação, ainda que tenha se transformado num acontecimento traumático, a possibilidade de se reafirmar como polemista, já que todas as condições haviam sido dadas. “Mais uma vez lustro uma obscuridade respondendo a um ataque, o que havia jurado a mim mesmo não fazer mais há anos” (FRANCIS Apud COSTA, 2006; p.89). Certamente, fazia-o com certo regozijo, peculiar a Francis, por encontrar um interlocutor que merecesse uma negação peremptória, dado que o próprio ombudsman havia percebido que, negando um ícone do jornal, arrebatara maior popularidade, mesma estratégia invariável de qualquer polemista.

Caio Túlio Costa adotou o minimalismo para desestabilizar o cronista, contestando os dados citados na coluna *Diário da Corte*, fonte bastante fértil de imprecisões: o comprometimento do colunista era, em suma, com a polêmica e seu próprio *ethos*, desdenhando o fato. Além do artigo semanal, o ombudsman redigia uma mensagem interna, pela qual fazia saber aos colegas, por exemplo, que Francis havia se enganado ao afirmar que os títulos da dívida externa brasileira estavam valendo 27% do valor de face, patamares historicamente baixos. No entanto, segundo Costa, a notícia era velha, informada havia alguns dias pelo *Jornal do Brasil* e pelo *O Estado de São Paulo*, sendo que o primeiro noticiara em 25% do valor de face, e o segundo, em 28%. Ante a imprecisão, para o ombudsman, o polemista teria feito uma média grosseira das duas fontes e inventado o índice. Noutra,

corrigia o colunista que havia criticado Lula por usar o verbo enricar e não enriquecer, quando, na verdade, enricar já havia sido dicionarizado.

Paulo Francis, após a coluna em que rebatia o primeiro artigo, defendeu-se das críticas do colega, sem prolongar os ataques pessoais, na mesma linguagem usando, pretensamente, critérios jornalísticos. Criticou a cobertura da *Folha de São Paulo* em uma viagem de Collor à URSS, que tinha como manchete “Inauguração do McDonald’s ofusca viagem de Collor a Moscou”. Na opinião dele, não havia como um fato obscurecer o outro já que um era acontecimento “popular” e outro, “de Estado”. “Tivesse esse jornal um crítico interno e é claro que teria chamado às falas o autor da manchete. Algum dia, talvez, a direção resolva instituir o cargo de crítico” (FRANCIS apud COSTA, 2006; p.118) disse, com ironia. O fato é que o trecho em que o polemista assumia o papel do opositor fora censurado, e o ombudsman só tomou conhecimento alertado por um leitor de Goiânia, do jornal *O Popular*, onde a coluna de Francis fora reproduzida na íntegra. Otávio Frias Filho, diretor de redação da *Folha*, explicou que o texto fora subtraído pelo fato de Francis ter externado uma crítica ao veículo e ao ombudsman sem antes submetê-la à diretoria.

Costa sentiu-se atingido por Francis pois também criticara, com outro viés, a cobertura da viagem de Fernando Collor. Avalizado pelo diretor, a quem deveria criticar com independência, voltou à carga contra o polemista. “Talvez daqui a cinquenta anos, cem anos, descubram algum outro valor nesse amontoado de chutes misturados a opiniões quase sempre geniais” (COSTA, 2006; p.119). Relatava que seu índice de leitura caíra de 96 pontos para 36 pontos ao longo do ano de 1989 e perdera a posição de colunista mais lido do jornal para Joelmir Beting. O ombudsman, segundo ele mesmo, somente ali havia se convencido de que o texto de Francis não tinha nenhum compromisso com dados ou fatos jornalísticos. Apenas no mês de dezembro de 1989, a *Folha* recebeu 182 cartas sobre Francis, 153 contrárias e 18 favoráveis. Costa serviu de porta-voz e instigou a torcida contrária, fato notado com

idiosincrasia pelo próprio polemista. “Caio Túlio se propunha a explicar aos leitores petelhos do jornal quem era eu, com as minhas ‘excentricidades’ e que eu não devia ser levado a sério como jornalista. O maior insulto que se pode fazer a um jornalista” (FRANCIS apud COSTA, 2006; p. 121). A constatação foi escrita em reação ao texto “Sobre Paulo Francis – ou o infantilismo tardio”<sup>15</sup>. Nele, Costa reafirmava que Francis deveria ser encarado pelo leitor como ficcionista, não como jornalista, que “se compromete apenas com a sua cabeça”.

Provavelmente já naquela época o cronista tivesse uma visão semelhante em relação a si próprio, exposta em 1996, na introdução de *Waaal*, pela qual se auto-definia como “saltimbanco”. Mas, para ele, a polêmica prescinde da ruptura com a lógica, e emana mais da postura diante do discurso – a própria e a do opositor. Até então, Paulo Francis não recebera de ninguém crítica tão sistemática e talvez só comparável, na dimensão assumida, ao processo de indenização no valor de US\$ 100 milhões movido contra ele pela Petrobras na corte de Nova York alguns anos depois. A virulência redobrou.

Afinal, quem é Caio Túlio? Desponta para o anonimato. (...) Eu estou no ápice da minha carreira. Ele é apenas um bedel de jornal. (...) Fico imaginando aquela cara ferrujosa de lagartixa pré-histórica se encolhendo as minhas pauladas. (...) Caio Túlio me causa asco indescritível. Não posso garantir que se o encontrar não lhe dê uma chicotada na cara, ou, não, palmadas onde guarda seu ‘intelecto’. (FRANCIS apud COSTA, 2006; p.122)

Não há como negar o caráter de polêmica do embate – ainda que ombudsman negue o rótulo, por ter apresentado “argumentos técnicos”. Em nenhum momento a intensidade de comunicação arrefeceu porque, a cada etapa, os dois interlocutores acrescentavam um elemento de ruptura no discurso. No caso, ataques pessoais ou contestação profissional, com o seu ego permanentemente evidente nas sentenças, sempre será interpretado como ofensa

---

<sup>15</sup> Como notam Wainberg et alii (op cit). “A torcida se apega emocionalmente à fala de um tornando-se surda à argumentação do outro” (p.54).

particular. O movimento foi crescendo em proporção, como se a cada crítica de um *eu*, o outro a identificasse como verdadeira e, por isso, merecedora de resposta, perpetuando o vínculo e acentuando a relação com os leitores. Em relação a Caio Túlio Costa, não há dúvida que foi insuflado pelas cartas remetidas à redação, na maior parte contrárias a Francis, num processo de retro-alimentação fundamental ao jornalista, que tinha como função precípua a defesa do público receptor.

A proporção da contenda fez com que a direção da Folha interviesse, com chamada de capa no dia 25 de fevereiro 1990 – “Intervenção termina com polêmica”. Foram publicados os dois últimos textos sobre o assunto, de cada um, lado a lado. O de Paulo Francis lamentava os acontecimentos e, com alguma insegurança, referia que se tratava de opinião pessoal do ombudsman e não institucional do veículo. Já Costa, com o artigo sugestivo “O afeto que se encerra”, assumia todas as características do opositor, abandonando os “argumentos técnicos”, embora sem reconhecer isso posteriormente: “A pusilanimidade mostra algo mais do que insegurança e desequilíbrio mental. Francis reagiu com ódio porque foi espetado no lugar certo. Ainda existia a impressão de que ele pudesse fazer jornalismo. Não há mais” (COSTA, 2006; p.125). Na mesma linha do opositor, bradava

“A rigor, Francis deveria agradecer-me. (...) Não disse que imaginava sua cara gorda de barata descascada se retraindo a cada revelação minha. (...) Não inventei que ele é quadro a soldo do PRN, o partido de Fernando Collor. (...) Nem sugeri que quando toma purgante sua cabeça murcha” (2006; p. 125)

Antes disso, o ombudsman já criara outras polêmicas, mas não recebera nenhuma resposta de um polemista, e sim de editores de jornais e colunistas sociais como Zózimo Barroso do Amaral, Augusto Nunes e Evandro Carlos de Andrade, de modo que esses embates se esvaziavam após a primeira resposta. Mesmo a réplica do ombudsman, chamando os ataques de “covardes por que sequer têm a coragem de dar meu nome” (COSTA, 2006;

p.91) foi capaz de despertar a atenção dos leitores ao novo cargo. No caso dos dois jornalistas citados, a contenda foi travada em função das críticas aos respectivos veículos, encampadas e respondidas por representantes de três órgãos, no caso *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. Nos seus dois primeiros meses de atuação, vinha causando algum desconforto nas redações dos periódicos concorrentes, que mesmo quando respondidas por colunistas de renome, vinham sem a verve do polemista, em toda sua dimensão, especialmente na do *ethos*. Mais uma vez, os episódios só evidenciam a correlação existente entre o fascínio da polêmica e a necessidade de um agente para mantê-la.

A contenda travada entre Costa e Francis, para além das agressões do nível pessoal, representou, sobretudo, um debate sobre o que é jornalismo e o papel do polemista como seu personagem, incompreendida por parte dos leitores e seu defensor, e este, por sua vez, também não entendido pelo polemista. A incompreensão mútua só corrobora a distância existente entre o polemista e o jornalismo *mainstream*, sendo o primeiro fruto do segundo numa relação complexa e dialógica na sua complementaridade. Como notam Wainberg *et alii*, trata-se de um personagem marginal, que se estabelece, por contraste e por considerar a alteridade, em relação ao curso principal do “bom senso”, sempre perseguido pelo jornalismo imparcial. Ao fazer isso, insere o impensado no processo: estimula o antagonismo e rompe com o conhecimento estruturado. “O polemista ao desempenhar o papel marginal trata de pôr em contato mundos entre si, geralmente o conhecido e o que está por vir, vivo somente em sua mente de profeta maldito” (2002; p.58)<sup>16</sup>.

Em questão no embate também estava a vitalidade da polêmica, colocada em contestação pelo ombudsman, que pretendia a objetividade máxima no jornalismo. Paulo

---

<sup>16</sup> Nessa mesma linha, sobre o escritor-escrevente, Barthes menciona que esse desenvolve um modelo “ao mesmo tempo distante e necessário, com o qual a sociedade brinca um pouco de gato e rato: ela reconhece o escritor escrevente comprando (um pouco) suas obras, admitindo seu caráter público; e ao mesmo tempo ela o mantém à distância, obrigando-o a tomar apoio sobre instituições anexas que ela controla (a Universidade, por exemplo, acusando-o constantemente de intelectualismo, isto é, miticamente, de esterilidade.” (1970; p. 38).

Francis surgiu em um momento de profundas transformações nas redações, que no Brasil culminaram com a ascensão do ombudsman (antes de Caio Túlio Costa, Alberto Dines e Cláudio Abramo haviam ocupado cargos semelhantes, sem a mesma designação). O início das mudanças coincide com o apogeu da razão racionalista como produto da modernidade. O homem acabado em si mesmo, indivíduo auto-sustentado e pré-engendrado, não considera nem co-existe pacificamente com a possibilidade da subversão. Sob a pretensa defesa dos leitores, o ombudsman pode ser encarado como produto da lógica acabada em si mesma, onde a crítica à imprensa é feita pela imprensa, e os critérios adotados no questionamento, antes de remeterem ao ponto de vista do leitor, são frutos da técnica gerada no cerne do imaginário jornalístico. Nessa linha de atuação não há espaço para falhas ou desvios, sendo que o jornalismo resume-se ao fato, desdenhando a opinião e o comentário. O ombudsman pauta sua atuação pela crítica à imprensa usando critérios jornalísticos, não pela mera opinião do leitor. Embora rejeite o rótulo de polêmica ao episódio e rebata dizendo que expunha críticas técnicas, Costa atacou, igualmente, no nível pessoal e talvez daí a estrondosa repercussão.

Após o texto mais incisivo de Francis, a polêmica ganhou espaço em outros veículos. Na revista *Veja*, foi enfocada na reportagem “Guerra de Extermínio”. Na revista *Imprensa* de março de 1990, a capa era *Pau no Francis – Paulo Francis, o maior polemista do Brasil, enfrenta uma avalanche de críticas de suas vítimas*. Em reportagem de oito páginas, a revista ouvia mais de duas dezenas de personalidades, jornalistas, favoráveis e contrários, e até psicanalistas, para tentar desvendar o perfil psicológico do cronista. Citava que, das 224 cartas recebidas pela seção *Painel do Leitor*, da *Folha*, entre fevereiro e março daquele ano, 81 tratavam da polêmica, sendo que 71 eram contrárias ao polemista. Costa reafirmava que Paulo Francis não era jornalista por não ter compromisso com as informações, distorcendo citações inclusive de Shakespeare para abalizar opiniões próprias. Francis, por sua vez, abria mão do rótulo de polemista, mais uma posição inesperada, que só reafirma essa sua condição:

“Sempre há certezas no Brasil, eu sou o primeiro que lanço a dúvida. Não sou um polemista, sou um demolidor de certezas (...) Caio Túlio é um palhaço da imprensa. Já é chamado de *bundsmann*”. E atribuía a motivação da crítica do colega ao fato de que “tirei algumas centenas de votos desse senhor (Luiz Inácio Lula da Silva), com meus artigos”<sup>17</sup>.

Liderando a torcida contrária, o então deputado e secretário-geral do PT, José Dirceu, formulava uma teoria sobre Paulo Francis. “Tudo o que ele escreve é superficial e irresponsável. Ele não é um polemista, porque não respeita seus adversários. É essencialmente autoritário, um totalitarista. Ser polêmico é ser democrático”<sup>18</sup>.

Para os psicanalistas ouvidos na reportagem, Francis era intimidatório por se sentir ameaçado, numa atitude paranóide, fizera das suas neuroses um estilo de escrever e, sobretudo, narcisista, talvez estimulado pela popularidade alcançada. “Como o narcisismo se sustenta sempre em função dos outros, me pergunto se ele seria assim se não tivesse uma página inteira de jornal (...) A questão não é propriamente o que ele diz, mas o fato de encontrar eco no jornal e nos leitores”, refletia o psicoterapeuta Oscar Cesarotto. Para concluir: “toda personalidade narcísica esbarra, mais cedo ou mais tarde, nos limites de seu ego”. Ou seja, Paulo Francis seria fruto da popularidade, favorável e contrária, de seu ego em relação ao seu *alter ego*, composto pelas personalidades atacadas e seu público, numa relação eu-outro acentuada. Na verdade, esbarrar no próprio ego, em conflito com um outro, como visto nos primeiros capítulos, é o êmulo do cronista polêmico, pela forma ruidosa e bem-sucedida de comunicação que empreende. Trata-se do desequilíbrio mínimo necessário nas condições de entropia que provoca, para que a polêmica por ele alçada se instaure e repercuta. Enfim, é a questão de um personagem fronteiro, que se coloca à margem, com a convicção opinativa de abalar um padrão, para, ao mesmo tempo, defini-lo e redefini-lo. “Age sempre

---

<sup>17</sup> **Imprensa: Jornalismo e Comunicação.** São Paulo: n.º 31, mar. 1990; p.36.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 33

embalado por causas de aparência nobre, como que disfarçado por um civismo radical” (WAINBERG *et alii*, 2002; p. 59). Tal como a já citada definição, de Edgar Morin para o intelectual, “desmistifica para remitificar e vice-versa” (sub-capítulo 2.4).

No plano da epistemologia do jornalismo, desconsiderar o polemista e incluí-lo fora do seu espectro é reducionista<sup>19</sup>. Parte do pressuposto de que jornalismo é apenas informação, fato, sendo esse seu único comprometimento ou, no máximo, considerando uma opinião estruturada e fundamentada, conceitos de uma lógica *a priori* auto-explicativa, mas limitada. Se o cronista em questão neste capítulo deslizava nos dados, distorcia citações, trata-se de um caso particular que não o exclui do âmbito de polemista, cronista dos tempos, “ficcionalista de jornal”, comprometido com seu *ethos*, que o diferencia dos demais redatores de um veículo, e com a suposta missão de abalar crenças através de múltiplos pontos de vista, muitas vezes permeados de preconceitos, como no caso de Francis. Nesse sentido, a reportagem dava seu veredicto sobre o polemista. “Último polemista de uma imprensa cada vez mais acomodada e avessa ao legítimo debate, ele tem o mérito de soprar tempestades onde reina a calma – e aí reside sua importância. Por isso ele é lido”<sup>20</sup>. O que há de mais humano na polêmica jornalística não é o fato de ela trazer um abalo discursivo ensejado simplesmente pelo seu conteúdo, afronta a alguma crença, mas na articulação discursiva de um jornalista que subverte a realidade, sem abandoná-la.

Na polêmica analisada, o ombudsman levou ao extremo sua função de corregedor do público receptor, dando vazão ao sentimento de ódio despertado por Francis num segmento expressivo de leitores. Com grande habilidade, sustentou a contenda, dando ênfase, sobretudo,

---

<sup>19</sup> Boris Casoy relembra o cumprimento, por Francis, de uma regra fundamental no jornalismo de opinião. Quando o hoje apresentador televisivo era editor-chefe da *Folha de São Paulo*, o embaixador americano no Brasil à época, Robert Sayre, foi até ele pedir que Francis moderasse as críticas ao governo democrata, que estavam deixando o presidente Jimmy Carter absolutamente indignado. “Ouvimos tudo e depois ligamos ao Francis para parabenizá-lo. Foi um incentivo para que ele continuasse a fazer exatamente o que vinha fazendo.” (**Imprensa**, op. cit.; p. 35).

<sup>20</sup>Ibidem idem, p. 30.

ao debate-embate, oferecendo-se como um *tu* imaginário ideal para qualquer *eu* de um cronista que priorize a enunciação polêmica, retomando a definição de Émile Benveniste. Francis já havia encontrado um interlocutor semelhante, em *O Pasquim*, quando também um amigo, Sérgio Augusto, então encarregado da crítica da mídia, definira seu estilo como de “incontinência verbal”. Não teve grande repercussão, talvez porque tenha ido ao encontro da imagem de si mesmo feita pelo polemista, e também pelo tom jocoso, que confere descontração. A expressão foi retomada por Caio Túlio Costa, ao que Francis chamou de “lugar-comum”, mas, ao mesmo tempo, “linguagem de macho” (COSTA, 2006; p.116).

Ao mesmo tempo, abre-se um outro flanco quando à instituição do ombudsman, que enseja ainda um outro debate. Como o próprio Costa admite

o cargo decorre de um desenvolvimento natural da sociedade de mercado. (...) Numa sociedade de mercado, que produz mercadorias tão complexas e sofisticadas como um jornal, a qualidade deste é fator preponderante para sua aceitação. (...) Ao instituir um ombudsman, a empresa, pensa, primeiramente, em melhorar o produto (p. 48) <sup>21</sup>

Assim, embora adote a técnica jornalística como fundamento para a crítica, firmada no interesse público e na defesa do leitor, sua atuação é motivada por questões mercadológicas. Antes dos fatos está o *marketing*, o que abre espaço para outra discussão. Depois de Costa, nove outros jornalistas ocuparam o cargo. A *Folha de São Paulo* continua sendo o único jornal brasileiro a adotar um ombudsman.

---

<sup>21</sup> O ombudsman no Brasil, primeiras impressões. **Intercom - Revista Brasileira de Comunicação**, v.13, n.62/63, p. 47-54. 1990.

### **3.3 A Petrossauro e o fim**

As desavenças com o ombudsman e a incompatibilidade com a direção do jornal foram decisivas para que Francis deixasse *A Folha de São Paulo* em dezembro 1990. A saída rendeu mais uma coluna ao ombudsman, *A primeira morte de Paulo Francis*, na qual vaticinava um futuro sombrio ao colunista em *O Estado de São Paulo*, por perda de visibilidade, o que em sua opinião ocorrera com cronistas com Luís Fernando Veríssimo e Telmo Martino. “Aquele Francis inflado da *Folha* começou a murchar ao decidir se abrigar no redecorado mausoléu em que se transformou o Estado”, escreveu, para destacar que a mudança de veículo ocasionara também uma guinada do polemista ao encontro do “jornalismo”. “Francis nunca mais foi discutido como era”, conclui em seu livro, para em seguida notar que, quando morreu, Paulo Francis estava no auge da carreira, seus textos de página inteira no Estadão eram reproduzidos em dezenas de outros jornais brasileiros e “se transformara na mais atrevida atração do programa semanal de TV paga, *Manhattan Connection*” (COSTA, 2006; p.131).

No vetusto matutino, Paulo Francis não só se adaptou à linha conservadora, manteve polêmicas pessoais, como a com o ex-amigo Antonio Houaiss, e travou seu derradeiro embate. Vinculado ao chamado conservadorismo, não abandonou o tom desafiador de polemista. “Me tornei aquela coisa implausível de que Jürgen Habermas reclama, um conservador cultural e um liberal radical econômico. Não faz sentido” (FRANCIS apud PIZA, 2004; p. 106). Se em 1983, para o polemista, o ex-ministro Roberto Campos era um adversário (“Se você leu um discurso de Campos, você leu todos. Duvido que hoje o convidem para administrar um botequim”), o abandono do compromisso trotskista mudara também a percepção em relação a um dos maiores próceres do liberalismo no Brasil. Em

1992, considerava que “Campos é o maior intelectual do Brasil” (FRANCIS, 1996; p. 42). Ou afirmava que “Roberto é um homem de governo, criador, brilhante, cujo gênio é reduzir o poder público a acessório da iniciativa privada” (Id., p. 42). Na sua conversão ao capitalismo e na descrença com o Estado, o polemista travou uma batalha inflada por um ideal romântico de reforma na vida pública brasileira. Do ex-ministro, apropriou-se da expressão irônica, Petrossauro, e passou a defender a privatização da Petrobras.

Na época, antes dos pregões de privatização das empresas de telecomunicações, da Vale do Rio Doce e dos bancos estaduais, boa parte do déficit do setor público era devida aos aportes do Tesouro Nacional, como controlador, para garantir a manutenção das atividades das empresas, lesando o contribuinte. O polemista, então, elegeu a gigante estatal do petróleo como ícone a ser desestabilizado, fulcro para a defesa de seu ideário em favor do progresso socioeconômico brasileiro. Coberto de patriotismo, dedicou-se, pretensamente, a converter a administração pública do país através do cânone do discurso polêmico, arrebatando um dos símbolos do arcaico como meta a ser expugnada.

A descrença de Francis era anterior. Em 1993, por exemplo, já escrevera:

A Petrobrás é uma excrescência arcaica e nos custa os olhos da cara. A produção das companhias internacionais é por empregado de 130 barris por dia. Nas companhias latino-americanas é de 98 barris por dia. Da Petrobrás, 33 barris por dia. Mas temo que, sem cesarismo, a Petrobrás permaneça saqueando o Brasil até a sua (nossa) ruína. Seu lobby, seus inocentes úteis, a mística que soube criar em torno de si própria (tem um departamento de relações públicas maior do que a General Motors) precisam de um antídoto elefantino. (FRANCIS, 1996; p. 211)

O antídoto foi adotado a partir de 1996 pelo próprio polemista, em um *Manhatan Connection* em que afirma terem os diretores da estatal contas na Suíça com US\$ 50 milhões. Sem provas. Manteve os ataques na coluna impressa e recebeu como resposta uma ação

indenizatória de US\$ 100 milhões, movida na corte de Nova York, estratégia que, como nota Piza, pretendia fazer com que Paulo Francis gastasse muito tempo em preocupações e dinheiro com advogados. Em 05 de dezembro informava aos seus leitores

Diretores da Petrobrás me processam por US\$ 100 milhões. Devem achar que tenho acesso irrestrito ao Tesouro. Como eles. Os US\$ 100 milhões me soam como o décimo terceiro dos diretores da empresa. Devem considerar a Petrobrás, bancada penosamente pelo contribuinte, um baronato seu. É evidente que toquei num nervo da Petrossauro. E querem me intimidar. Waaal... Começam as investigações. Fiquem sintonizados neste espaço.<sup>22</sup>

Daquela data até sua morte, em 04 de fevereiro de 1997, apenas em duas colunas não voltaria ao tema, abordando especificamente a estatal petrolífera, a situação de outras estatais, ou a dimensão do Estado e a lentidão nas reformas administrativas no governo Fernando Henrique Cardoso. Esses assuntos tornaram-se recorrentes, como se o polemista quisesse levar o tema para um patamar superior aos US\$ 100 milhões. Talvez por não ter se configurado numa resposta discursiva, dentro dos padrões aos quais estava acostumado, mas através de ação judicial<sup>23</sup>, a polêmica tenha tomado um curso inesperado. Segundo o amigo Elio Gaspari, além da preocupação com o transtorno do processo, Francis tinha outra, que o deixava abatido mas, ao mesmo tempo, recrudescia o ímpeto à polêmica. Era “o receio de que pudesse parecer intimidado. Quanto mais magoado, mais atacava, como se Rennó tivesse conseguido produzir um mecanismo no qual sua valentia se alimentasse de angústia”<sup>24</sup>. Em 29 de dezembro, voltava ao tema diretamente:

---

<sup>22</sup> **O Estado de São Paulo**, 05 dez. 1996, p. D12.

<sup>23</sup> Paulo Francis já havia sido interpelado judicialmente pelo senador Eduardo Suplicy, a quem chamava de Mogadon, segundo o cronista, pelo estado letárgico de seus pronunciamentos em público e por representar o atraso político. O processo não teve maiores efeitos sobre o colunista. A ação da Petrobras, ao contrário, foi movida na corte de Nova York e exigia um valor muito alto. Pediu ao amigo e então senador José Serra que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso intercedesse em seu favor, o que trouxe um alívio momentâneo poucas semanas antes de morrer, mas sem solução definitiva para o caso.

<sup>24</sup> Originalmente publicado na **Folha de São Paulo** de 05/02/1997. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc050232.htm>

Diretores da Petrobrás me processam por US\$ 110 milhões. Alegam que o programa *Manhatan Connection* é mostrado nos Estados Unidos no canal 10, e isso os difama junto aos americanos. *Manhatan Connection* não é exibido em canal algum dos EUA. O canal 10 é a CNN em Nova York, nunca mostrou nada nosso. Os burocratas, esses são pessoas totalmente desconhecidas nos EUA.<sup>25</sup>

Na nota seguinte, com o título *Liberdade, Liberdade*, prosseguia:

É o maior assalto perpetrado à liberdade de imprensa no Brasil. Se o processo seguir o curso previsto, ficarei arruinado e teria, no mínimo, meus bens tomados pela Justiça. O objetivo do processo é calar minhas críticas à Petrobrás. *Manhatan Connection* é um programa muito visto no Brasil. Por que não sou processado no Brasil? Meus ataques não difamam diretores da Petrobrás junto aos Brasileiros? Por quê? Só há uma hipótese. Os diretores têm consciência de que a maioria das pessoas proteinizadas no Brasil concorda com minhas opiniões, e sentem que seria inútil tentar convencê-las do contrário.<sup>26</sup>

Para além da polêmica discursiva e de efeito, e ainda contrariando as opiniões e a Caio Túlio Costa, apelava ao jornalismo, com na nota *Petrobrás a limpo*

O honesto seria o Congresso Nacional investigar quanto a Petrobrás custa ao Brasil, desde sua inepção em 1953. Quanto rendeu ou quanto perdeu, quanto recolheu ao Tesouro, quanto recolheu em benefício dos que a controlam. Não tenho dúvida do resultado. Sete por cento da inflação atual no Brasil é computada a gastos do Estado, que aumentou a arrecadação em 30% com o Real, mas aumentou também seu custo em 33%. É terminal a doença? Talvez seja, mas não é incurável.<sup>27</sup>

Para Francis, a criação da estatal tinha razão de ser na década de 1950, com o mundo bipolarizado e a necessidade de o país manter-se livre, ou pelo menos, dar entender, que pretendia a independência em relação aos EUA e à União Soviética, trilhando caminho autônomo na dependência do combustível. As mudanças transcorridas em quatro décadas, no entanto, para ele, deixavam claro “a falência do capitalismo de Estado”, testemunhado com o fim da URSS. A iniciativa de Getúlio Vargas, nos pressupostos do polemista, foi mal

<sup>25</sup> **O Estado de São Paulo**, 29 dez. 1996; p. D12.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Idem, Ibidem.

sucedida, mantendo um monopólio sem anular a necessidade de importação, que em 1996 atingia a ordem de US\$ 3 bilhões ao ano. Como cronista, Francis defendia que, naqueles tempos, com déficit nas estatais insolventes, o Brasil se distanciava do mundo por culpa dos governos, privando a população do capitalismo idealizado por um ex-trotskista. Exatamente por seu passado antagônico, se enchia de razão para proclamar com verve peremptória suas convicções e, ao mesmo tempo e por isso, seus abalos. Era corroborado por pesquisas citadas por ele próprio, com o título *Lobby em risco*:

Parece que 60% dos brasileiros favorecem a privatização da Petrobrás. É um palpite feliz, por que sabemos tanto de privatização quanto sabíamos de moeda estável pré-Real. O vexame da telefonia é diário. Os Banespas estão em toda a estrutura estatal. Milhões de brasileiros vão aos EUA e à Europa, experimentar o que é economia de mercado. Entregam seu real numa bandeja aos gringos.

Sem interlocutores na polêmica, tentou reificar o tema no presidente Fernando Henrique Cardoso, seu amigo, então no auge da popularidade, com imagem inabalada na imprensa, com críticas de poucos, como Elio Gaspari e Carlos Heitor Cony. A frustração, para Francis, era maior, talvez por ter acreditado que o governo tivesse condições e se propusesse às reformas defendidas por ele com mais ímpeto.

Um presidente com 54% dos votos, simpatia geral por sua personalidade, que é de primeiro mundo, deixou tudo de lado para se reeleger. Corporativismo e estatismo estão de mãos dadas. Direita e o que passa por esquerda no Brasil. Qualquer empresa multinacional cria mais empregos que qualquer estatal. Cria democraticamente, isto é, pela oferta e procura de mão-de-obra, ao contrário das estatais, cabides de empregos de apaniguados civis e militares.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> **O Estado de São Paulo**, 26 dez. 1996; p.D7;

As críticas ao presidente eram mais acentuadas exatamente em um momento em que lhe pedia um favor, o de intervir junto aos diretores da Petrobrás, para que retirassem o processo. Não se desfazia da ironia, criticando todo o governo, especialmente os ministros das Comunicações Sérgio Motta, alcunhado nas colunas, sempre, Stálinmotta, ou Mar Motta, e da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles. Nos dois, aparentemente sem nenhuma segunda intenção, centrava ataques. Em 26 de dezembro de 1996, dedicava-se a revelar quem eram. Motta, militante esquerdista nos governos militares, fugira ao exílio “fantasiado de mulher”, o que supunha falta de confiança. Dornelles, parente de Tancredo Neves, aparentemente traçara uma carreira dúbia, aliando-se ao líder democrático e militando entre conservadores, nos governos militares. Em síntese, e colocando-se distante dos capitalistas tradicionais, definia-o como “grande pelego do capital, que precisa de um interlocutor no poder”. Na coluna do dia 26 de dezembro, em que sugeria que esquerda e direita andavam juntas no Brasil, propunha: “O PT é a maior concentração de jumentos políticos do Brasil. Deveria nomear Dornelles cartola honorário, o senhor Três Porquinhos, *capo* da Petrobrás”. Também com FHC partiu para o plano pessoal, dizendo que, na privatização do Banespa, temeria Mario Covas, governador de São Paulo, e descreveu o então presidente: “é encantador como pessoa, boa companhia numa noite vadia, mas não tem convicções. Robert Musil escreveu sobre o tipo”.<sup>29</sup>

Aí surge uma questão importante. A polêmica foi engendrada por Francis. Ao fazer a acusação desprovida de dados sobre as contas na Suíça, Francis parecia não ter a noção da dimensão da resposta, surpreendente para ele. Nesse ponto, sua atuação traduz-se em dois sentidos: no agravamento dos ataques, acentuando a contenda e ao mesmo tempo, uma preocupação com as proporções que a polêmica tomava. Essa parece ser a característica de

---

<sup>29</sup> O escritor austríaco teve como maior sucesso o romance *O homem sem qualidades*, no qual o protagonista Ulrich faz tentativas mal-sucedidas de alcançar o sucesso pessoal e profissional, sem compreender as mudanças que transcorriam no início do século XX. **O Estado de São Paulo**, 26 dez. 1996; p.D7.

todas as polêmicas levantadas pelo jornalista, iniciando bastante insufladas por ele, tomando novos rumos de acordo com as intervenções dos interlocutores, com desfechos dramáticos e impensados pelo seu autor. É como se o *ethos* de polemista impelisse o cronista ao embate, invariavelmente constrangedor para o próprio emissor polêmico mas, simultaneamente impedido, pelo compromisso com a auto-imagem, de mostrar arrependimento. Francis, ao contrário de Mainardi que, como se verá, não se preocupa em infringir, constantemente, os próprios limites, acabava sofrendo com o próprio texto. É significativo que, na coluna de 05 de dezembro de 1996, na qual informava aos leitores sobre o processo movido pela Petrobras, tenha concluído com uma citação do escritor Marcel Arland, de 1928: “Ficar em silêncio é o extremo da audácia. A vida não vale o suicídio”.

A polêmica com os diretores da Petrobras foi considerada como um fator determinante para a morte de Francis, inclusive por seu médico, Jesus Cheda, que o examinou quatro dias antes de sua morte. Uma forte dor no braço esquerdo foi diagnosticada e tratada como bursite. Como nota Piza, apesar de ter bebido e abusado de drogas pesadas durante anos na juventude, aos 67 anos, mesmo sedentário, não tinha maiores problemas cardíacos, de pressão ou colesterol. “A ação da Petrobras, no entanto, tirou o sono e causou estresse agudo em Francis, que chegou a quebrar coisas em casa, durante explosões de raiva. (...) Curiosamente, Francis morreu em uma combinação de características típicas de sua vida: uma mescla de leviandade com coragem, de agressividade com idealismo. Pagando sempre um preço alto por isso” (PIZA; 2004, p. 104).

Ainda assim, Gaspari relativiza seu impacto no infarto fulminante sofrido pelo polemista no dia 4 de fevereiro de 1997.

Dizer que o processo do doutor Rennó o matou seria uma injustiça. O que aconteceu foi outra coisa. O doutor Rennó conseguiu tomar uma carona no último capítulo da biografia de Paulo Francis. E, se algum dia Rennó tiver biografia, terá

Paulo Francis nela. É difícil que consiga fazer coisa melhor, sobretudo à custa do dinheiro da viúva.<sup>30</sup>

Há um fator social inegável na polêmica. Pressionado, Rennó deixaria a presidência em março de 1999. Em 2001, ele e toda a diretoria da empresa, entre 1996 e 1998, foram multados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em R\$ 20.267,51 cada um, acusados de usarem campanhas publicitárias da empresa em promoção ao Plano Real, com conotação política. Em denúncia mais grave, também foi investigado por suposto favorecimento à empresa Marítima Petróleo e Engenharia nas licitações de compra de plataformas. Entre 1996 e 1997, em parceria com a Pride International, a Marítima venceu 80% das licitações da estatal na época da administração de Joel Rennó, em contratos de mais de US\$ 2,5 bilhões, entre os quais o da P-36, que afundaria no mar, por problemas técnicos, em 2001. Na gestão seguinte, a Petrobrás desfez seis contratos com a empresa, no valor de R\$ 525 milhões, por atraso nas entregas e acréscimos nos valores previamente combinados, fato também apontado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Em 2003, O TCU contestou as contratações, mas o processo foi revertido depois de recurso dos acusados. Em 2005, A Justiça Federal condenou o ex-presidente e outros 13 ex-dirigentes da estatal a devolver US\$ 47,2 milhões aos cofres públicos, por dispensa de licitação para a construção da P-40 pela Marítima.<sup>31</sup>

O coro contrário à estrutura estatal ao qual o cronista fez eco, mais ruidosamente, converteu-se em resultados inegáveis. Em 1997 mesmo, foi quebrado o monopólio da companhia na exploração de petróleo. Mesmo sem perder o predomínio, a medida obrigou a gestão da estatal a maior dinamismo. Também teve um salto em seu lucro líquido, passando de

---

<sup>30</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc050232.htm>. Originalmente publicado em **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 fev. 1997.

<sup>31</sup> Informações disponíveis em <http://www.estadao.com.br/ultimas/nacional/noticias/2005/out/11/64.htm>;  
<http://epoca.globo.com/edic/19990524/neg6.htm>;  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u31102.shtml>.

R\$ 664 milhões em 1996 para R\$ 23,7 bilhões em 2005. Em 2006, o país tornou-se auto-suficiente em petróleo, sendo mais de 90% prospectado pela Petrobras. Hoje, o superávit primário próprio da Petrobras representa cerca de 10% do superávit primário do governo central.

Por mais levianas e desprovidas de provas que pudessem parecer, as acusações de Paulo Francis foram decisivas para que a empresa procurasse maior eficiência na gestão, para que os órgãos de fiscalização investigassem as irregularidades e para que a imprensa relatasse essas investigações, culminando com a exoneração de Rennó da presidência. Carente de informações, as acusações não eram descabidas. Mais uma vez, fica evidente o perfil jornalístico de Paulo Francis, como cronista dos tempos, motivado por um intenso idealismo de mudança e anseio pela correção, característicos da função social desempenhada pela imprensa. O episódio evidencia não apenas um embate ideológico em torno do papel do Estado, mas no seu desvirtuamento e o conseqüente agravo à sociedade, demonstrado por um personagem marginal, que preserva o centro. Não deixava de conferir um caráter jornalístico nos últimos ataques

Aurélio Wander Bastos, chefe da Secretaria de Direito Econômico, informa que seis empresas dominam 86% do mercado. Entre abril e dezembro de 1996 os preços de combustíveis subiram 40%, em média, contra 9,2% ao ano. E a partir de 25 de janeiro a Petrobras quer novo aumento de preços. O que pode o cidadão consumidor fazer contra isso? A Petrobras tenta calar os raros jornalistas que atacam seu Ali Babá. Em geral, reina um silêncio conivente e tumular na mídia sobre esse assalto ao bolso popular.<sup>32</sup>

A despeito de qualquer apreciação ou desprezo pela atuação de Paulo Francis na imprensa, é necessário perceber que, no episódio da Petrobras, atuou na acepção da palavra polemista. Desfez-se da relação pessoal com Fernando Henrique Cardoso, atacando-o com

---

<sup>32</sup> Zero Hora. Proto Alegre, 9 jan. de 1997, p.4.

ironia cáustica como no caso da referência a Robert Musil, reveladora da sua rejeição ao governo do amigo, decepcionante na sua concepção idealizada sobre o fim da falta de limites do Estado brasileiro. Criticou-o em um momento em que dependia e esperava, no mínimo, a consideração do governante na retirada da ação judicial. Tal posição levou o ex-presidente a declarar, logo após a sua morte: “Nem sempre estivemos juntos nas análises e nas opiniões. Mas sempre Paulo Francis, para mim, significou a coragem, a imaginação e a integridade de um grande jornalista. Foi imensa a perda”.<sup>33</sup> Anarquicamente, postou-se acima de qualquer partidarismo, atacando situação e oposição, sem adesão alguma, com seu meta-ponto-de-vista, solitário, insólito e excêntrico. Fez a denúncia irresponsavelmente, premido por sua suposta função social e, arrependido, não arrefeceu nas críticas, postando-se no sentido oposto do próprio auto-controle, convicto da sua missão messiânica de paladino da verdade, antagônico à injustiça e à mediocridade, cuja grande estratégia é o próprio *ethos* e a popularidade que o envolve. Teve ainda o mérito, segundo o termo do jornalista Matinas Suzuki, de desprovincianizar a imprensa brasileira, trazendo assuntos da vanguarda nova-iorquina para o Brasil antes da internet, buscando ampliar os horizontes culturais, como se isso também fizesse parte do processo de “modernização do Brasil”. Nos seus defeitos não é possível deixar de vê-lo como polemista emérito. Difamador, injusto, preconceituoso e até racista. O fato é que não deixou de ser um *carmundgeon*, na definição de Sérgio Augusto<sup>34</sup>, retomada por Bissón, designadora de um intelectual ranzinza como os jornalistas H.L.Mencken e Karl Kraus. Ao final de 1996, repetia no *Manhatan Connection* que estava “tecnicamente morto”.

Ainda em 1996, foi tema do livro *Vida e obra do plagiário Paulo Francis*, de Fernando Jorge. A obra busca, em 475 páginas, demonstrar a desimportância dos comentários do polemista. Disseca seus pequenos erros gramaticais, supostos plágios, citações em

---

<sup>33</sup> Disponível em <http://hps.infolink.com.br/paulofrancis/pf4b04.htm>, originalmente publicado em Folha de São Paulo 05/02/1997.

<sup>34</sup> Disponível em <http://hps.infolink.com.br/paulofrancis/pf4b07.htm>

referência e erros nos campos da história, literatura, pintura e nas suas difamações. O livro, como o ombudsman, dá voz aos contrários ao polemista, pouco satisfeitos em seus espaços. Na introdução, o autor já definia: “Amigo leitor: Paulo Francis é a ignorância mais bem paga do Brasil. Ignorância feliz, bem nutrida, deseducada, vaidosa, maldosa, vitoriosa, arrotadora, peidorenta” (JORGE, 1996, p.22). Acusava-o de ser defensor dos leilões de todas “as nossas riquezas, da Petrobrás, da Companhia Vale do Rio Doce”. Sobre os ataques pessoais conclui: “sob tal aspecto, os textos de Paulo Francis não são atuais. São fecais” (1996; p.23).

O livro, como a coluna do ombudsman, amplificava a percepção dos descontentes com Francis. Pesquisa realizada em 1995, pelo instituto Data Kirsten para a revista *Radar*, entre jornalistas de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, apontava que Paulo Francis era o jornalista mais odiado, e Elio Gaspari, o mais admirado<sup>35</sup>. Também era o mais bem pago da imprensa escrita, com salário de US\$ 50 mil mensais, segundo matéria da revista *Veja* de 12 de fevereiro de 1997, da qual foi capa, com o título *Ele vai fazer falta* e matéria de sete páginas, intitulada *Terminou a polêmica*. A reportagem também trazia um texto – *Acabou o antídoto contra o abjeto* – do então crítico literário e amigo de Francis, Diogo Mainardi. A morte de Francis confirmou a previsão da *Imprensa* de março de 1990: “até que outro suba ao trono, o nome da polêmica, no Brasil, é um só: Paulo Francis”<sup>36</sup>.

Embora lamentasse os desdobramentos, com perda de relações com diversas pessoas, bofetadas, estremecimentos com amigos, Francis via no outro, sobretudo, a possibilidade da emissão de um enunciado polêmico, evidenciando que seu *ego* de jornalista de opinião só se satisfazia com um *alter*

Dizem que ofendo as pessoas. É um erro. Trato as pessoas como adultas.  
Crítico-as. É tão incomum isso na nossa imprensa que as pessoas acham que é

<sup>35</sup> Disponível em <http://igutenberg.org/notas3.html>.

<sup>36</sup> **Imprensa**, março de 1990, p. 35.

ofensa. Crítica não é raiva. É crítica. Às vezes é estúpida. O leitor que julgue. Acho que quem ofende os outros e os leitores é jornalismo em cima do muro, que não quer contestar coisa alguma. Meu tom às vezes é sarcástico. Pode ser desagradável. Mas, insisto, é uma forma de respeito (...) (FRANCIS, 1996; p.106)

Por vezes, era a contestação não à pessoa em si, mas ao que aludia, na mente do polemista, em termos de atraso, no âmbito cultural ou político-econômico. Ainda que comparasse o público a focas amestradas, como na estréia em a *Última Hora*, reconhecia que o espírito de saltimbanco, ditado pelos leitores, o fazia sobreviver.

Sou o jornalista que mais se preocupa em informar o público no Brasil. (...) O leitor é o meu mentor. (...) Não é que o leitor me diga alguma coisa, mas procuro entregar ao leitor tudo o que tenho de observação pessoal e independência (...) Se isso é narcisismo ou esnobismo, então, dane-se!<sup>37</sup>

Paulo Francis emergiu de uma revolução técnica na imprensa brasileira, cerceadora da intromissão do *eu* autoral nas matérias jornalísticas, estimuladora da inserção do público, aprofundando-se como um meio quente, na definição de Marshall McLuhan. As transformações foram notadas pelo próprio polemista. “Quando entrei na imprensa, esta velha senhora despedia-se do artesanato e convertia-se em empresa. Os jornalistas quase não mais atrás de notícias. Estas vinham a ele através de agências de publicidade. (...) O repórter cedia lugar ao colunista” (FRANCIS, 1966, p.1).

Limitada a opinião nos demais textos, expandiu-se a evidência do polemista. Sua trajetória foi trilhada a partir desse vácuo intelectual, formado na transformação do jornal em produto. “A glória da imprensa foi feita por gente com opiniões fortes ou inconformistas” (FRANCIS, 1996; p.145). “Meu talento, numa terra de capachos, se manifesta contestando. Aparece Fácil. Não há praticamente competição” (1996; p. 106). Nessas sentenças, deixava

---

<sup>37</sup> Disponível em <http://hps.infolink.com.br/paulofrancis/pf4b08.htm>; Originalmente publicado em O Estado de São Paulo, 5 de fevereiro de 1997.

clara sua opinião em relação ao papel do jornalismo: debate, crítico, em nível culturalmente elevado, mesmo que na prática, como se viu aqui, descambasse para a agressão pessoal. Revoltava-se com a indiferença e a objetividade naquela que, segundo ele, é a “segunda profissão mais antiga” (1996; p. 144) ou “uma profissão onde há mais desclassificados do que canalhas; eu preferiria a ordem inversa”<sup>38</sup>

Os embates pessoais em que se envolveu, por mais chocantes e dramáticos, são desdobramentos inevitáveis da atuação que, para além de sua função social de informar, formar, construir conhecimento e discutir, subverte a técnica humanizando-a. “O que há mais extraordinário em Bernard Shaw, ou até no Dr. Samuel Johnson, quando os relemos, ainda que sobre assuntos mortos, é a extraordinária personalidade que dão a tudo o que escrevem” (FRANCIS, 1996; p. 146).

Ao humanizar seu conhecimento enciclopédico e o “raciocínio em bloco” – ainda que falho em citações de Shakspeare, como pontuou o ombudsman – em uma página de jornal, tornou-se um “pugilista de idéias”, na definição de Roberto Campos ou como propôs o crítico literário Wilson Martins: “um reagente espiritual, assim como em química falamos dos reagentes de laboratório. Sua função instintiva era a dos espíritos críticos por excelência: obrigar os leitores a pensar e sentir nas suas páginas as pulsações obscuras da realidade exterior”<sup>39</sup>.

A contestação constante de reagente rendeu-lhe a desconfiança de jornalistas tradicionais, como Caio Túlio Costa, e Mário Vítor Santos, ombudsman da *Folha de São Paulo* na época de sua morte.

Talvez seja questionável – como assinalou Caio Túlio Costa neste espaço, para grande irritação do personagem – considerar que Francis tenha tido as

<sup>38</sup> FRANCIS Apud BISSÓN, p. 205. Originalmente publicado em *Folha de São Paulo*, ilustrada, 05/04/1980.

<sup>39</sup> <http://hps.infolink.com.br/paulofrancis/pf4b11.htm> (segundo caderno de *O globo*, 5/02/1997)

características do jornalista e assim fosse avaliado. (...) A rigor, sua influência para a cultura jornalística foi nefasta, pelo que trouxe de permanência do idiossincrático, preconceituoso e persecutório. Que o digam suas vítimas”.<sup>40</sup>

Reconhecia que “Francis é insubstituível, só haverá um Francis. Mesmo porque, ele mesmo reconheceu, seu tempo passou. A imprensa e a sociedade são bem diversas em relação ao Brasil de quando ele começou”<sup>41</sup>. Enganou-se. Segundo a sua viúva, a jornalista Sônia Nolasco, existem hoje mais de 750 páginas na internet dedicadas ao polemista.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup>Disponível em [http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19970209.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19970209.htm)

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Disponível em [www.paulofrancis.com](http://www.paulofrancis.com)

## 4 Diogo Mainardi: o polemista do vínculo

A morte de Paulo Francis deixou vago o cargo de maior polemista do país. Imediatamente, dois nomes foram lembrados. O primeiro deles talvez não se encaixe no rótulo. Arnaldo Jabor já contava com uma coluna semanal em *O Globo*, reproduzida em diversos jornais brasileiros. Pouco depois, assumiu um comentário no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Globo*. Em seguida, ocupou a vaga deixada por Paulo Francis no programa *Manhattan Connection*. O ex-cineasta, inclusive, havia travado uma polêmica com o correspondente nova-iorquino, em 1991. Depois, reconciliaram-se como amigos. Com opiniões incisivas, delineadas e impregnadas do civismo idealista e de crença no avanço do país, Jabor usa a ironia quase que teatral na expressão das opiniões, próximo a um polemista. Mas carece da investida pela ruptura, mais sarcástica e ácida, capaz de não só gerar um abalo discursivo, mas também uma matriz para seu *ethos* de polemista. Ao assumir uma coluna semanal, na revista *Veja*, a partir de fevereiro de 1999, Diogo Mainardi, segundo definição própria e já polêmica, tornou-se uma “versão piorada de Paulo Francis”, herdando parte de seus detratores e também, expandindo a popularidade alcançada por seu exemplo paradigmático. A partir de outubro de 2003, substituiu Jabor no *Manhattan Connection*, com quem também polemizou, definindo-o como “um revoltado a favor. Revoltado a favor do governo Fernando Henrique, revoltado a favor do governo Lula”. Certamente, teria a aprovação por parte de Francis, de quem foi amigo e recebia tratamento de pupilo.

Diogo Briso Mainardi nasceu em São Paulo, no dia 22 de setembro de 1962. Iconoclasta como Paulo Francis, tornou-se autodidata, não na biblioteca do pai, mas na do jornalista Ivan Lessa, a quem também considera como exemplo inspirador de sua trajetória. É também a quem atribui o estímulo por ter adotado um estilo de escrita “a tapas e pontapés”,

que viria a se tornar o nome do livro da coletânea de colunas publicadas nos seus primeiros cinco anos na revista *Veja*.

Na década de 1980, morando em Londres, conheceu o correspondente internacional, que lhe emprestava livros, fato decisivo para que abandonasse, após dois anos, o curso de ciências políticas na *London School of Economics and Political Science*. Antes, havia cursado um ano de Economia na PUC de São Paulo. Lançou-se no jornalismo como crítico literário. Escreveu roteiros de cinema para os filmes *Dezesseis-Zero-Sessenta* (1995) e *Mater Dei* (2000), ambos dirigidos pelo irmão Vinícius Mainardi e “sem contar com recursos públicos”.

Na literatura, Mainardi teve mais êxito que seu predecessor. Ganhou um prêmio Jabuti em 1990, um ano após seu primeiro livro, *Malthus*, reflexão sobre a inconstância do brasileiro ante à vida e à impossibilidade de organização institucional, evidenciando que as pretensas soluções se apresentam, definitivamente, como a melhor forma para o fracasso. Já nesse livro encontram-se os elementos centrais dos motivos de toda sua obra, inclusive das colunas. Nas narrativas longas também está presente a ironia das crônicas semanais, com maior vigor estético. É o que bem nota Ivan Lessa na introdução:

“Num país maximalista, tudo que não for excessivo é minimalista. Num país modernista, tudo que não for *Memorial da América Latina na Barra Funda* é pós-moderno. Diogo Mainardi é, pois, um pós moderno. Num país onde se constrói na Amazônia, tudo que não for árvore derrubada será desconstrucionismo. Diogo Mainardi é, pois, um desconstrucionista” (1990; p.11).

*Arquipélago*, lançado em 1992, conta a história de um município, Pirandonópolis, em busca da reconstrução após ser atingido por uma enchente. Em *Polígono das Secas* (1995), o narrador assume o protagonismo do enredo, usando a ficção como suporte ao argumento desafiador ao culto da literatura regionalista brasileira, que considera exageradamente romântica na exaltação das qualidades do povo nordestino, onde transcorre a história. Ao

longo da obra, o autor deixa por diversas vezes evidente seu propósito de desmascarar o lado mítico glorioso do regional literário, encobridor de uma realidade empobrecida e exasperadora. Como se a divinização da miséria acarretasse mais miséria, sendo a sua denúncia a forma derradeira de reversão da situação. Com expedientes como a necrofilia, prostituição, mutilações, estupros, incesto, epidemias, subnutrição, debilidade mental, o autor busca o choque como efeito para a transformação social, de maneira mais uma vez idealista. Mais do que isso e com o *ethos* bastante saliente, em alguns trechos, proclama: “A esta altura, o autor do romance alarga desmesuradamente a metáfora. A sua missão já não é destruir a literatura regionalista, mas toda a literatura deste século”. Para concluir: “A verdadeira literatura degrada o homem. Quando não é assim, não serve” (1995; p.62) .

No momento em que disseca de maneira ensaísta a bibliografia regionalista (“uns seis ou sete títulos”), considerando que os demais são repetitivos e “que pretende queimar” (1995; p. 88), Mainardi chega a conclusões definitivas sobre a ignorância reificada na literatura. “A esta altura, o autor sente-se como um fanático que deblatera do alto de uma pedra. É tomado pelo tom colérico do discurso, chegando a conclusões mais peremptórias do que inicialmente pretendia. Começa a perder o controle” (1995; p. 90).

O *Polígono das Secas* talvez seja seu romance que mais evidencie o propósito de sua atuação na imprensa. Ali, inverteu o real valor dado ao público: “O leitor não conta. É subalterno em relação ao autor e não tem qualquer direito de interferir. Para que o leitor não possa adulterar o presente romance com interpretações próprias, o autor irá esclarecer seu verdadeiro significado” (1995; p.116). Se o autor não tivesse nenhuma veleidade em relação ao receptor, não haveria por que explicar o propósito da obra. Mais uma vez, não se rompe o laço entre emissor e receptor. Exacerba-se a partir das afirmações categóricas do autor. A interferência constante do *ethos* é reconhecida e foi abrandada na nova edição, lançada em 2006. “Dei uma bela capinada no romance. Eu tinha o autor do romance se intrometendo no

próprio romance, explicando quais eram as intenções do romancista. (...) Foi uma tentativa que não deu certo”<sup>43</sup>.

No epílogo, então, revela pretender, com a crítica contumaz à literatura regionalista – conhecedora de seu ápice no modernismo – abalar a construção mítica da realidade. “Quando a humanidade acredita nas próprias idéias, logo tenta infligi-las sobre os outros. (...) Não há convicção que não deva ser destruída. O homem se torna intolerante quando acredita em si” (2005; p. 117). Eis a síntese da tarefa do autor-polemista: desafiar ícones e crenças, exercendo fervorosamente o papel de marginal, que com seu meta-ponto de vista, aponta para o centro justo, negando o que em geral se toma definitivamente como verdadeiro. Não há como negar que tal movimento só é possível pelo *ethos*, excêntrico para fazer convergir, mesmo que ruidosamente, imbuído de seu fervor moral para aplicar amoralmente uma solução indelével às mazelas humanas. Na sua presunção, o emissor porta e veicula a palavra que serve como o verdadeiro antídoto contra o abjeto. Por fim, o autor se compara, nos seus motivos, ao untor, personagem anônimo e central da trama, que espalha uma solução amarelada e colérica, levando à morte hordas de miseráveis nordestinos. Com uma intenção clara:

A esta altura o autor assume o tom profético de Antônio Conselheiro. A ambição é conceber uma verdade irrefutável, universal, eterna, de sabor bíblico, resumindo o dogma literário a uma única sentença, simples e linear: quando a literatura não mata a humanidade, é a humanidade a matar a literatura. (1995; p. 118)

Em *Contra o Brasil* (1998) a motivação (anti) patriótica se apresenta uma vez mais, onde a crítica se envolve como terapêutica pessimista para apontar os males do país e, assim, tentar mudanças. O personagem principal, Pimenta Bueno, paulista intelectualizado, embrenha-se na selva mato-grossense, fugindo do crime de ter ateadado fogo em mendigos, para

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida a Álvaro Costa e Silva, Caderno da Gazeta Mercantil p.3 sexta-feira 28 e fim de semana 29 e 30 de julho de 2006.

retomar a linha telegráfica implantada pelo Marechal Rondon na primeira década do século XX. A intenção é refazer o contato com os verdadeiros índios nambiquara, que o antropólogo Claude Lévy-Strauss definiu como apenas homens, sem nem mesmo constituir uma sociedade elementar. O livro é uma antologia de citações de intelectuais estrangeiros sobre a inviabilidade do Brasil como nação, seja por suas culturas supostamente primitivas que aqui já habitavam, seja pela forma como foi colonizado. A maior ironia é que o personagem principal, Pimenta Bueno, autor das citações depreciativas, acaba tendo um fim não muito diferente da cultura que ataca, como se provasse a inexorabilidade de qualquer remota chance de solução para os problemas do país.

A incursão literária de Diogo Mainardi, com certeza, teve sucesso se pensarmos que, como afirma Barthes “o escritor é um homem que absorve radicalmente o porquê do mundo num como escrever” (1970; p.33).

#### **4.1 O fim da cultura**

Na revista *Veja*, Diogo Mianardi começou, como já mencionado, fazendo crônicas sobre aspectos do jornalismo cultural. Não há dúvida que, mesmo no princípio, quando era apenas um colunista de cultura, e se refiria seus próprios textos como artigos, a produção de Mainardi pode ser classificada como crônica, ainda que bem longe da noção edificada por jornalistas como Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos. Como nota Luis Paim Gomes, o texto de Diogo Mainardi encontra-se entre a crônica e o ensaio. Discorre livremente sobre variados temas, com o intuito de apreender, interpretar e interferir na realidade, em tom ensaístico, sem abandonar o tempo presente e seus episódios cruciais. Na confluência de três estilos – artigo, ensaio e crônica – e oscilando com seu *ethos* entre eles,

reside a fórmula básica para a articulação textual do polemista. Luiz Beltrão (1980) caracteriza o surgimento da crônica como uma reação à impessoalidade coletiva reinante na imprensa à época da revolução industrial. Naquele contexto, o leitor passou a dar preferência às opiniões individuais. Ao mesmo tempo, havia nos jornais uma lacuna a ser preenchida pelo desprezioso, pelo lúdico, em manifestações contrárias às intenções pragmático-industriais dominantes.

José Marques de Melo segue o mesmo caminho, esclarecendo o fascínio exercido pelo cronista

O cronista vai ao povo, digredindo, impressionisticamente, sua observação externa, um jogo entre o que sente e o que vê. É aquela empatia que associa leitor/cronista, ora narrando, sugerindo; ora protestando e comovendo. A crônica é a observação aguçada, sutil amarga ou otimista do nada, do instante, do abstrato. Se esse cômputo de linguagens fosse apenas referencialidade, não teríamos a crônica: seria a notícia impessoal. (1985; p. 35)

Mainardi manteve o ímpeto do ficcionista como cronista, tratando de desfazer unanimidades do meio artístico, como se propôs Paulo Francis em seu início. Uma das crônicas de maior repercussão nesse sentido é de 13 de novembro de 2002, *Chega de Drummond*, um ataque ao poeta maior no ano do centenário de seu nascimento. No texto, reclamava do status de consenso usufruído pelo poeta, sempre incensado. “Até Lula apareceu com seus livros debaixo do braço. Com ar doutoral, disse que ajudavam a prepará-lo ‘espiritualmente para a presidência’”. Criticava o “sentimentalismo ginasiário, lirismo kitsch” em versos como “amor foge a dicionários” ou “amor é estado de graça”, contra o qual usava como antídoto João Cabral de Melo Neto. Se sua poesia já era ruim, “não há o que fazer com sua prosa”. Alfinetava a indefinição política ideológica de Drummond durante o regime militar estocando, finalmente, o estilo: “Drummond é louvado por sua ironia. É uma ironia amável, benévola, cúmplice, que se esforça para confortar e apaziguar, sem jamais correr o

risco de ferir o leitor”. Sintetizava dizendo que o poeta era auto-irônico, evitando atacar o próximo e que “auto-ironia, porém, é sempre um exercício de falsa ironia”.

De fato, as definições usadas por Diogo Mainardi vão ao encontro das propostas por Jeudy e Maingueneau, em que a ironia é o terreno incerto do ambíguo, do agonístico e da provocação ao outro, como visto no primeiro capítulo. Ainda mais irônico é que o próprio Mainardi, na imprensa brasileira atual, é um dos maiores – se não o maior – adepto da auto-ironia, meio alegórico de tratar ao personagem de si mesmo sem comprometê-lo ao ridículo, à crítica e à falta de credibilidade que seria ensejada pela postura oposta, de pretensão à seriedade absoluta. O auto-deboche, no caso do polemista, serve como uma salvaguarda, já que se o objetivo é instaurar a crítica como expediente de reconstrução. Dela não escapa nem o próprio *ethos*, num processo coerente com seu rigorismo estilístico. É interessante notar que a referência despretensiva a si vem acompanhada de auto-elogios que, de tão hiperbólicos (o auto-proclamado “oráculo de Ipanema” ou quando reconhece “sou o rei da autopromoção”, 2004; p. 16), convertem-se em auto-definições não-críveis, outra característica do enunciado irônico, peculiar em colocar dois enunciadores em cena para subverter seu sentido, como sustentam Maingueneau e Orlandi.

Também como Francis, acredita na cultura como uma forma de modernização do Brasil, revelando isso com desdém e ironia. Na coluna *Sem livros e livres*, a primeira do livro *A tapas e pontapés* (2004) relata ter passado o Natal de 1999 na Amazônia, visitando os índios uaiuais. Começa o texto lembrando que Claude Lévi-Strauss, no livro *Tristes Trópicos*, enfatizava que a comunicação escrita só induzia à servidão, sendo os índios analfabetos os mais sensatos do Brasil. Mainardi ressalta que os uaiuais são alfabetizados por catequistas, que lhe indicavam o Novo Testamento para leitura. “Muito melhor seria um romance de José Sarney” (2004; p. 13), sugeriu ironicamente. Depois, concluiu que os índios abandonaram o nomadismo que os caracterizava para se tornarem parasitas dos religiosos e do Estado.

Relatava ao leitor que, depois de deixar a aldeia amazônica, foi ao município de Cachoeira Porteira, uma cidade onde a única livraria não possui livros. Adiante, em Óbidos, havia uma livraria que não vendia livros, apenas material escolar. “Se Lévi Strauss estava certo em dizer que a comunicação escrita apenas reforçava a servidão, somos o povo mais livre do mundo. E o mais sensato. Apesar dos alfabetizados uaiuais” (2004; p. 13). A crônica prima pelo tom indefinível, característica das primeiras colunas de Mainardi em *Veja*. Brinca com a alfabetização dos índios, que em nada lhes acrescentou, pelo contrário, e, concomitantemente, joga com o analfabetismo brasileiro, onde não existem livros e livrarias, o que torna o país mais servil, ao contrário da posição de Claude Lévi-Strauss, tomada por Mainardi, aparentemente, como verdadeira.

Em outra crônica-ensaio, destacava que “A leitura é um fetiche nacional. Atribuímos grande importância à leitura. Desde que sejam os outros a lerem” (2004; p. 11). Em seguida, formula e defende uma hipótese sociológica para o desprezo em relação aos livros no país. “O hábito da leitura constitui o maior obstáculo para a ascensão social e o poder pessoal no Brasil” (2004; p.12), justificando que os escritores encontravam-se na escala social mais baixa<sup>44</sup>, muito atrás de “políticos, estrelas, sindicalistas, professores, religiosos ou jornalistas”. A conclusão, expressão de um lamento, era polemicamente definitiva: “Duvido que o Brasil venha a se tornar uma nação letrada. Se por acaso isso acontecer, os brasileiros lerão os livros errados. Se calharem de ler os livros certos, não conseguirão entender uma palavra do que leram” (2004; p. 12).

O tom provocativo quanto à tendência ágrafa da sociedade brasileira não seria abandonado

---

<sup>44</sup> A questão financeira é um dos motivos alegados por Mainardi por ter deixado a literatura, sem deixar claro se trata-se de uma afirmação verdadeira ou irônica, na entrevista à *Gazeta Mercantil*, já citada (ver nota 43).

Eu costumava achar que o dinheiro que o Estado torra em cinema deveria ser usado para construir escolas. Mudei de idéia depois de ler os planos do seqüestrador da filha de Sílvio Santos. Numa única página, havia 23 erros gramaticais, embora o seqüestrador tivesse o segundo grau completo. Ou seja, ficou onze anos na escola e nem sequer conseguiu aprender singular e plural. O Estado perdeu tempo e dinheiro na tentativa de alfabetizá-lo. Teria sido melhor ensinar-lhe algo útil, como a recauchutagem de pneus, e inseri-lo no mercado de trabalho aos 10 anos de idade. Idêntico discurso vale para nossa industria cinematográfica. (2004; p.16).

É interessante notar algumas expressões que dão ênfase ao enunciado que busca a polêmica, enfatizando essa tendência. “O Estado torra”, “nem sequer”, para chocar com a sugestão do trabalho infantil, amoralmente. Mais uma, vez, utilizando a ironia, leva a crítica ao sistema educacional brasileiro e ao estímulo estatal à produção cinematográfica e, mais amplamente, ao próprio Estado, um alvo constante de qualquer misantropo.

A denúncia ao ambiente de compadrio “conchavo, na troca de favores, na adulação e na falta de caráter” (2004; p. 15) e a dependência estatal entre escritores e cineastas, como dito, foi a tônica dos primeiros anos de Mainardi como colunista de *Veja*. Dela foram alvo escritores como Carlos Heitor Cony, Nélida Piñon, os ministros da Cultura Francisco Weffort e Gilberto Gil. Mas também como Paulo Francis, talvez tenha sentido a necessidade de um palco maior, buscando maior efervescência na interlocução com o público. A mudança foi explicada na coluna *A cultura me deprime*, em que relatava seu vínculo ao meio há mais de 20 anos

Me deprime constatar que se trata do ambiente mais pobre que existe. O mais irrelevante. O mais oco. O mais fútil. O ambiente cultural se acostumou à idéia de que não tem nada de relevante para acrescentar à realidade. Esse papel passou a ser cumprido sobretudo pelos economistas, que cultivam o gosto pela polêmica e pelo paradoxo, gerando as melhores discussões na sociedade. Quanto à cultura, tornou-se um blefe. (**Veja**. *A cultura me deprime*, 14 de agosto de 2002, p. 115)

Enfadado com a cultura, dedicou-se a destruir os ícones mais notórios e previsíveis, num esforço deliberado pela polêmica a qualquer custo. Em *O hino só atrapalha*, da edição de

12 de junho de 2002, durante a Copa do Mundo do Japão e da Coréia, Mainardi se propôs a desvalorizar um símbolo nacional de um país, que tem dificuldades em se afirmar como nação, e na sua ótica, prescindir de um hino. O mote foram as dificuldades dos jogadores da seleção brasileira em cantarem o hino, sugerindo, metaforicamente, uma alegoria da inutilidade de sua letra para as resoluções práticas das questões nacionais.

O hino brasileiro é (...) longo demais, rebuscado demais, palavroso demais, com seus vinte e tantos adjetivos. Perde-se em redundâncias, em construções em ordem inversa, em ridículas prosopopéias. (...) O hino ficou 91 anos sem ter uma letra. Proponho um retorno a esses velhos tempos. Vamos abolir a letra do nosso hino. Outra saída é trocar de hino. (...) Esqueça o hino, Cafu. Tire a mão do peito, Ronaldinho Gaúcho. A partir de agora, pensem apenas em cobrir a zaga e em chutar direto para o gol (p. 141).

Na semana seguinte, o polemista atingiu seu recorde em termos de correspondências de leitores. Foi o assunto mais comentado, com 396 cartas e e-mails, o maior número de comentários sobre um colunista já enviados à revista. Das quatro publicadas, todas eram de desaprovação. “É uma vergonha esse tipo de crítica a um símbolo de uma nação”, reclamava o leitor Diógenes Cavalcanti de Albuquerque Jr.. Cleonilson Nascimento reagia com ironia: “Pelo menos que eu saiba, futebol é jogado com os pés”. “Usar a letra rebuscada e adjetivada do Hino Nacional como entrave para justificar a falta de habilidade futebolística dos jogadores de nossa seleção é de extremo mau gosto”<sup>45</sup>, foi a reação mais severa, da leitora Rosângela de Queiroz. A coluna daquela semana, talvez feita antes que o polemista tomasse conhecimento das manifestações, tratava amavelmente da Copa do Mundo. Em 19 de junho, o colunista não mostrava indiferença em relação às “cartinhas”, na designação depreciativa do próprio autor, abordando novamente a copa do mundo. Em *A nossa bandeira*, de 26 de junho de 2002 (p. 127), escrita como resposta e percebida pelos leitores como um pedido de

---

<sup>45</sup> Veja, 19 de junho de 2002, p. 27

desculpas, embora não fosse, refere-se à bandeira como “a mais pitoresca do mundo, junto com a do Nepal e, talvez, a de Antígua e de Barbuda.”

## **4.2 Um alvo consagrado**

Mesmo com a expressão do pessimismo em relação ao assunto, Diogo Mainardi não abandonou por completo temas culturais, outros ícones e símbolos consagrados, ou potenciais alvos, mas passou a dar ênfase a assuntos relacionados à economia, e à política, incluindo textos factuais e investigativos. Entre esses, elegeu Lula e o Partido dos Trabalhadores, que até então apareciam esparsamente, como tópico predileto. Não há dúvida de que se até ali já se alçara como sucessor de Paulo Francis, combatendo obsessivamente Lula, Mainardi cristalizou seu *ethos* de polemista.

No mesmo período, a revista *Veja*, como nota Juremir Machado da Silva (2006), na cobertura do governo do presidente, dedicou-se a descobri-lo. De início, como ressalta o autor, apesar de considerar Lula um símbolo do “esquerdismo ultrapassado”, a revista assumiu a expectativa favorável em relação ao mito formado em torno do ex-metalúrgico que chegava à presidência. A partir do segundo ano de governo, tornou-se mais incisiva e em fevereiro de 2004, publicou uma capa com José Otávio Brizola denunciando a vinculação entre o financiamento das campanhas do PT e o jogo do bicho, primeiro sintoma da inflexão nas relações entre veículo e governo.

Mesmo na época de estreitamento entre *Veja* e Lula, Mainardi não abria mão da crítica ao presidente. Nessa época, dedicava-se a desafiar assessores de Lula, como na crônica sobre Marco Aurélio Garcia, ex-secretário da Cultura da Prefeitura de São Paulo, que se tornaria assessor especial da presidência. “Marco Aurélio Garcia é do PT *light*. Essa história

de PT *light* sempre me deixou desconfiado. Cigarro *light* mata menos, mas também mata”, declarava na coluna *O Guru de Lula. Ai de nós*, de 24 de outubro de 2001. Também informava que, como secretário da Cultura, Garcia havia se notabilizado pela limpeza do monumento a Borba Gato e por implantar bibliotecas em canteiros de obras. O tema renderia outra crônica, na qual reportaria a resposta do assessor. “Como ele próprio diz, não passo de uma versão farsesca de Paulo Francis”. Em seguida, mais uma vez, subverte o próprio *ethos* para constranger o interlocutor: “Marco Aurélio Garcia diz que essas bibliotecas permitem conhecer ‘eternas promessas da nossa literatura’, referindo-se ironicamente a mim. Bobagem. Se as pessoas não me lerem, não estarão perdendo nada”<sup>46</sup>. Não existindo nada incólume à crítica, para os antagonistas e leitores detratores, não há antídoto contra a abjeção provocada por Mainardi. Daí, talvez, a impossibilidade para quem dele discorda vir a concordar, restando como última instância a intervenção através da correspondência que, como espera e provoca o próprio polemista, ao invés de abortar o processo, realimenta-o, eternizando o conflito e o laço emissor-receptor.

Segundo Machado da Silva, a “cobertura descobridora” de *Veja* fez com que Mainardi saísse a campo como repórter, na busca de subsídios que alimentassem sua polêmica “provou que mesmo um colunista sabe que o fato precede a opinião” (2006; p. 12). Cita uma de suas colunas, inclusive, uma reportagem da revista sobre o controle acionário da Brasil Telecom. “O leitor nem vê como uma minirreportagem, mas é. Estão entre as minhas preferidas”<sup>47</sup>, revela o cronista.

Lula tornou-se constante nas colunas. Começou como tema periférico, ainda nas crônicas sobre cultura, para se configurar no motivo principal da sua existência como

---

<sup>46</sup> *Veja. O marquês guru*, 07 de novembro de 2001, p. 141.

<sup>47</sup> *Revista Press*. 2004, nº 30, p. 12

polemista. O tópico avolumou-se a partir do período eleitoral de 2002. Na verdade, Lula tornou-se um pretexto para a polêmica.

A única coisa que com certeza eu faria, se o Serra tivesse ganho as eleições, era pegar no pé dele, e não no do PT. Estaria pegando no pé de quem estivesse no poder efetivo. Acho que esta é a função do jornalismo (...) peguei muito no pé do Lula, pessoalmente, muito no do PT, porque achei que a imprensa, os colunistas, os opinionistas da imprensa não estavam cumprindo esse papel. Como eu sou um colunista, um opinionista, acho que tenho uma espécie de função<sup>48</sup>.

Não há dúvida que encontrou no presidente um personagem completo para o abalo. Lula construiu em torno de si a figura do mito. Retirante nordestino na infância, líder sindical metalúrgico nos anos 70, presente na redemocratização em 1984, perdeu três eleições presidenciais, constituindo-se como o grande líder das esquerdas. Quando se elegeu, em 2002, usou a seu favor essa imagem calcada, sobretudo, no seu carisma e na capacidade de empatia. No governo, Lula tornou-se contraditório ante seu discurso pretérito, constituindo-se num alvo perfeito para a contestação, embora o polemista independa de contradições reais para enunciá-las. No plano econômico, abandonou o discurso que construíra em mais de 20 anos, dando continuidade ao projeto de seu antecessor, ao qual era oposição. Aliado a isso, como nota Juremir Machado da Silva, as denúncias de envolvimento do governo com um processo de corrupção política endêmica dissolveram outra crença, elaborada ao longo de décadas, a chamada “imagem de marca” do partido ético. Mesmo antes do abalo na imagem, ressaltado por *Veja*, Mainardi já se dedicava a polemizar com o PT e com Lula, agindo no inesperado, e recrudescendo quando os escândalos surgiram.

Segundo o polemista, a inspiração veio em um show de Gilberto Gil, já indicado para o Ministério da Cultura, na Rocinha. “Ele (*Gil*) começou a cantar com duas horas de atraso, e

---

<sup>48</sup>Idem.

deixou as pessoas debaixo da chuva por duas horas enquanto eu, com minha pulserinha VIP, estava numa tenda de circo, coberta (...). Toda essa demagogia politicamente correta e as pessoas duas horas na chuva, tendo que esperar”.

O caráter apartidário do texto é inegável. Dedicou-se também a polemizar com os políticos e partidos de oposição. Como polemista, o compromisso é estremecer, não aderir, e qualquer manifestação nesse sentido o desqualificaria no seu propósito de desempenhar uma função. Isso fica expresso em crônicas como *Atear fogo no PSDB?*, na qual explica que dos dois possíveis candidatos à presidência pelo partido, José Serra e Geraldo Alckmin, o que tinha menos chances de derrotar Lula, o segundo, de acordo com as pesquisas de opinião da época, havia sido o escolhido. “Para quem está empenhado apenas em se livrar de Lula como eu, e não dá a mínima para disputa interna dos tucanos, o resultado não poderia ser pior. Pensei em atear fogo à sede do PSDB”<sup>49</sup>. Curiosamente, a capa da edição da semana trazia o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apontado pelo colunista como um dos autores do suposto equívoco, com o título *FHC explica FHC e o Brasil*, sobre o livro em que relata sua experiência como presidente.

Na edição seguinte, de 29 de março de 2006, na seção de leitores, o tópico Diogo Mainardi era o terceiro tema mais comentado, com 53 correspondências, atrás apenas do assunto de Capa e da coluna da escritora Lya Luft. A sugestão do ato extremado, por mais ilusória e figurativa que fosse, incensou os leitores. “Não posso concordar com o artigo *Atear fogo no PSDB!!!!* Sou paulistano e admirador do político Geraldo Alckmin”, manifestava o leitor Alan Ferreira. “Eu também tenho vontade de botar fogo na coluna dele. Só não o faço pois queimaria a revista toda, o que seria uma pena”, dizia Paulo Ribeiro, no coro oposto. Ainda que expressasse uma opinião contrária à do colunista, o leitor iria adotar a mesma atitude incendiária sugerida pelo polemista, o que evidencia o processo identitário entre os

---

<sup>49</sup>Veja, 22 de março de 2006, p. 127.

contrários que se atraem. João Paulo dos Reis unia-se ao colunista: “Seja magnânimo, não bote fogo no PSDB sozinho. Eu também quero ajudar a fazer a fogueira para incendiar essa corja”, estimulava, com ironia<sup>50</sup>.

A predominância do tema rendeu-lhe maior repercussão como comunicador, por ser o mais obsessivo e irônico na crítica, estando onde outros jornalistas de opinião não estavam, mas parecia saturar-se. Em 16 de março de 2005, na crônica *Adeus, Lula* dava a entender que do presidente não se ocuparia mais, embora fosse perceptível tratar-se de mais uma ironia. Com os episódios do escândalo do mensalão, em boa parte descobertos e aprofundados pela revista *Veja*, Luiz Inácio da Silva voltou a ser personagem de suas colunas.

No período entre 15 de junho e 3 de agosto de 2005, auge das denúncias empreendidas pelo deputado Roberto Jefferson, o assunto novamente voltou à pauta. Não há dúvida que, desde o anúncio do abandono do tema Lula, em março, Mainardi andava à deriva. Como polêmica, levantou apenas uma, na edição de 18 de maio, com os habitantes de Cuiabá, cidade pela qual “aceitaria pagar R\$ 15 mil para não ter de ir até lá”. O foco da crônica era outro, sobre o mercado de palestras para colunistas da grande imprensa, na qual os recados mais explícitos eram para os colegas Miriam Leitão, que palestrara no Seminário Internacional de Suinocultura, em Angra dos Reis (“Eu também pagaria R\$ 15 mil para não jantar com os organizadores do Seminário Internacional de Suinocultura”); e Arnaldo Jabor, a quem é dedicado quase metade do texto. No entanto, foi Cuiabá que tornou-se ressaltada pelo público. Na edição seguinte, de 25 de maio, a média de cartas sobre o assunto Diogo Mainardi, que estava em cerca de 30, saltou para 274, sendo o tema mais comentado pelos leitores. A única carta publicada era de uma leitora ufanista da capital mato-grossense, criticando o colunista e lhe oferecendo o dobro R\$ 30 mil, para que não fosse a sua cidade. De assunto secundário da coluna do dia 18, Cuiabá virou tema principal na edição do dia 25, sob o título de *Podia ser*

---

<sup>50</sup> *Veja*. 29 de março de 2006, p. 40.

*Marabá. Ou Quixadá* – não há dúvida que devido à repercussão causada, talvez inesperada para o jornalista, mas admitida por ele: “A reação dos cuiabanos foi um tanto exagerada. Não era minha intenção ofender a cidade”. O sucesso com as cartas se repetiu e a seção da edição do dia 1º informava que haviam sido 221. Todas as publicadas comentavam o assunto Cuiabá, já que, na sua réplica, o autor havia comparado a capital mato-grossense com locais ainda mais longínquos.

Mas, a partir do dia 15 de junho, após duas colunas sem grandes repercussões – uma sobre o financiamento a filmes nacionais, e outra sobre o mercado editorial brasileiro –, o polemista voltava ao assunto Lula, agora sob a ótica do mensalão. Com o título *Sou o oráculo de Ipanema*, cuja primeira frase era “Eu disse que Lula não ia dar certo”, Mainardi reprisa as previsões que se confirmaram, e vai além, apontando outras. As correspondências, na semana seguinte, foram 44. O título da coluna daquela edição era *Eu sabia, todo mundo sabia*, novamente sobre o mensalão, mas com repercussão mais modesta, já que edição do dia 29 de junho de 2005, informava que haviam sido 36 as correspondências, sendo apenas o quarto assunto mais comentado. Coincidentemente, naquela semana, Mainardi comenta um tema da sua agenda individual, o nascimento do segundo filho. Na semana seguinte, de 6 de julho de 2005, com apenas 13 correspondências comentando o texto, o jornalista é repreendido pelo leitor Marden Santos, que pedia a retomada do tema “Brasil”, já que acreditava ser o país “onde seus filhos crescerão”. Não houve dúvida, na coluna daquela própria edição, o título “Um país detestável” atendia o pedido do leitor, ainda que de forma controversa.

Em 13 de julho, já no auge do escândalo, mas enquanto ainda se defendia que o presidente fizera o papel de inocente útil no mensalão, Mainardi bradava, *Sai Lula, sai*. Pedia a destituição do Congresso e do presidente, mas nesse caso, a pauta era dada pela cobertura jornalística e pela dimensão e relevâncias sociais do assunto do que pela popularidade na seção de carta de leitores. Na semana seguinte, foram 51 cartas, sendo 4 publicadas e a ênfase

no tema, com a coluna *Lula desconhece o que é certo e errado*, comentando a denúncia do envolvimento da empresa do filho do presidente com uma concessionária pública, a Telemar.

Em 27 de julho, a obsessão se repetiria, com *O Ibope mostra: Lula morreu*. Fez uma leitura polêmica da pesquisa do Ibope, que mostrava a aprovação do presidente inabalada.

Abaixo, a tabela apresenta as datas em que o assunto foi Lula e o número de correspondências comentando a coluna:

**Tabela 1**

	18/5	25/5	1/6	8/6	15/6	22/6	29/6	6/7	13/7	20/7	27/7
Lula					X	X			X	X	X
Outros	X	X	X	X			X	X			
Cartas	274	221	-	41	44	36	13	42	51	21	44

Metodologicamente, o quadro é bastante simples. Mas, é importante observar que, mesmo em um recorte parcial, de um curto espaço de tempo, e analisando apenas alguns temas, é possível identificar o agendamento entre o jornalista (emissor) e seu público (receptor), num fluxo bidirecional. Fica nítido que na primeira crônica, de 18/5, um assunto de segunda importância dentro do texto é valorizado pelos leitores de forma estrondosa, manifestada pelo número de cartas, e passa a ser o tema principal da coluna seguinte. Só esse exemplo já insinua, de forma exemplar, a dinâmica mídia/público ou público/mídia, nesse caso ainda mais intensa pelo fato de a relação não ser apenas entre o veículo de comunicação e os leitores, mas contar com uma figura que excepcionalmente escreve sempre na primeira pessoa do singular, e, no caso analisado, buscando a controvérsia.

Nas edições de 1º de junho e em 29 de junho é possível dizer que há um ruído entre a agenda do colunista e a de seu público – no primeiro caso, o número de cartas nem é citado entre os principais temas comentados naquela semana, no segundo, a soma (13) é muito inferior à média. Coincidentemente, nenhum dos dois assuntos foi retomado.

Até pela dimensão que o assunto Lula/ Mensalão assumiu – no período analisado, o presidente foi capa três vezes da revista *Veja*, e outras tantas das demais publicações semanais –, Mainardi não poderia ficar indiferente. O fato é que, ao assumir o tema, o colunista obteve boas médias de cartas, à exceção do dia 20/7, quando o número de correspondências caiu (pelo apresentado não é possível justificar essa queda. Entre as possíveis causas, pode-se mencionar uma certa exaustão do público em relação ao tópico, que perdeu saliência temporariamente, mas seria retomado na semana seguinte).

De qualquer forma, a tabela e a análise, mais uma vez, reafirmam a característica fundamental da atuação do polemista. Ressalta-se, sobretudo, o vínculo entre o emissor e o receptor.

### **4.3 Polemista x colunistas**

No ensejo da trajetória como anti-Lula, Diogo Mainardi assumiu o papel de ombudsman, fato que gerou as colunas que estão entre as mais polêmicas. Se quando o assunto era cultura, os jornalistas da área eram um alvo constante, com a política, não foi diferente. Ao assumir o papel de crítico da crítica, o êxito junto aos leitores aumentou, e pelo que se pode notar pelas correspondências publicadas, a corrente de leitores favorável ao polemista engrossou ou, ao menos, se fez mais ouvida.

O texto *Observatório da imprensa*, de 7 de dezembro de 2005 (p.181), levou ao extremo as adversidades com outros jornalistas. “Eu acompanho todo o noticiário político. Minha maior diversão é tentar adivinhar a que corrente do lulismo pertence cada jornalista”. Tornava públicos os nomes:

O *Globo* tem Tereza Cruvinel. É lulista do PCB. (...) Kennedy Alencar foi assessor de imprensa do PT (...) Franklin Martins é José Dirceu até a morte. (...) Eliane Catanhêde é da turma de Aloizio Mercadante. (...) Alberto Dines é seguidor de Dirceu e só se cerca de seguidores de Dirceu. (...) Paulo Henrique Amorim é lulista da linha bolivariana. Nem mesmo *Veja* escapa do tribunal macartista mainardiano. Os lulistas costumam definir a revista como tucana, mas eu desconfio que ela esteja cheia de lulistas. Não posso revelar seus nomes por puro corporativismo. E por que não quero perder aqueles quatro ou cinco amigos na profissão.

Na semana seguinte, seria o assunto mais comentado, com 49 correspondências. Das 11 publicadas, também um número bastante expressivo, quando normalmente não passam de quatro, todas parabenizavam o jornalista pela atitude. Duas corrigiam o colunista, incluindo na lista os nomes de Luis Fernando Veríssimo, Emir Sader e Mauro Santayana. Os leitores se mostraram, sobretudo, entusiasmados pela atitude descobridora do polemista. Ao assumir o posto de ombudsman, o colunista surpreendeu pela crítica pública pouco usual, com texto que evidencia o descompromisso, dando voz, a partir do mesmo meio utilizado a quem criticava, ao público receptor, que respondeu, de forma atípica, em uníssono laudatório ao colunista. “Até que enfim alguém resolveu desnudar a realidade das redações brasileiras”, escreveu Quintino Carvalho. Cláudio Rosco sintetizava o motivo do sucesso do texto e da própria atuação do colunista: “Parabéns, Mainardi. Você melhorou a imprensa ao tirá-la do previsível”. “Quando li a coluna de Diogo Mainardi, pensei que ele estivesse fazendo suposições ou lançando suspeitas sobre as ligações entre certos jornalistas e o lulismo. Logo depois, vi manifestações indignadas das pessoas apontadas, que simplesmente não negaram tais ligações. Chamaram Mainardi e *Veja* de representantes nativos do macartismo, dedos

duros; disseram que os haviam “denunciado”. Foi então que eu percebi: é tudo verdade” (p32), disse José Luís Neves.

De parte dos colegas-alvo, Alberto Dines – até pelo título do texto ser uma referência a um programa capitaneado por ele – foi o que emitiu a resposta mais saliente, embora o desconcerto geral, como afirmava o leitor. Respondeu aos moldes do ombudsman da Folha de São Paulo, dando ênfase à continuidade da polêmica, desqualificando o tipo de contestação proposto por Mainardi, adepto de um tipo de crítica “onde o número de vagas é ilimitado. Não se exige diploma nem treinamento especial. Como ferramenta, basta um tacape; como atributos, ressentimento e vontade de aparecer”. Como Caio Túlio Costa fez com Paulo Francis (“ficcionalista da imprensa”), Dines definiu uma nova classe profissional para enquadrá-lo: “Diogo Mainardi é, na feliz expressão de Luís Nassif, um parajornalista. Um dos muitos revelados nestes seis meses de crise.”

De certa forma dava razão ao leitor José Neves, já que Mainardi estaria praticando “estes tipos de ‘dedo-durismo’ e delação”. Ou seja, não eram inverdades, apenas a indicação da possível existência de relações promíscuas entre imprensa e poder, a partir de uma denúncia, supostamente anti-ética, feita por um colega. Por fim, Dines reconhecia, com certa ironia, a autonomia do colunista: “Mas é um bravo: conseguiu tirar este *Observatório* e este observador da abjeta lista negra que vige na redação de *Veja* há algumas décadas. Mais algumas façanhas como esta e poderá regenerar-se”.<sup>51</sup>

Na semana seguinte, em 14 de dezembro de 2005 (p. 205), o êxito entre os leitores e a réplica de Alberto Dines renderam uma nova coluna *Observatório da Imprensa* (2), na qual Mainardi voltava a dialogar com o jornalista.

---

<sup>51</sup> Trechos de texto disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=357JDB006>

Dines se atribui o papel de autoridade em matéria de jornalismo, mas usa um critério rasteiro para me julgar: o número de cartinhas que recebo semanalmente dos leitores (...) Quando recebo muitas cartinhas, ele me acusa de sensacionalismo. Quando recebo poucas cartinhas, ele comemora, garantindo que minha carreira está acabada. O principal argumento de Dines é que se eu continuar a falar mal de Lula, cairei no esquecimento. É um jeito malandro de me aconselhar a mudar de assunto.

Na mesma coluna, aumentava a lista de jornalistas alinhados ao poder, provocando Fernando Morais, Gilberto Dimenstein, Marcelo Beraba, Juca Kfourri, Nelson Sá e Mario Rosa, além dos jornalistas diretamente vinculados à presidência da república: André Singer, Ricardo Kotscho e Eugênio Bucci. Novamente, o assunto mais comentado da semana, com 101 missivas, sete delas publicadas na edição de 21 de dezembro, sendo seis de apoio ao polemista. Uma era de correção, do jornalista Fernando Morais, alcunhado de stalinista quercista, mas que se dizendo “ex-quercista”. Importante observar que Mainardi desprezava o sucesso junto ao público, chamando a correspondência de “cartinhas”. Mesmo agradando, evita dar valor publicamente ao sucesso e à participação do leitor, como já deixava explícito em *O Polígono das Secas*. Campeão disparado das correspondências entre os colunistas da revista, chama-as de “cartinhas”. Tal atitude, de suposto desprezo ao grande interlocutor, contraditoriamente, é fator fundamental para o êxito do próprio *ethos* de emissor polêmico e irônico, numa relação em que a tônica é desprezar, inclusive a si mesmo, para ser prezado.

Excetuando-se Alberto Dines, que alimentou a polêmica, respondendo a Mainardi e, em razão disso, teve seu nome retomado na semana seguinte, nenhum dos citados se manifestou publicamente. Apenas Franklin Martins também se manifestou, para dizer que não se manifestaria. “Não polemizo com jornalistas”, disse, até que o polemista se dedicasse mais a ele. O embate com o comentarista político, em abril de 2006, foi também proveitoso em termos de índice de leitura e correspondências de aprovação. Com *Jornalistas são brasileiros* (Veja, 19 de abril de 2006; p.119) Mainardi propõe-se dissecar as relações entre profissionais da imprensa em postos-chave e os políticos. A coluna começa por Franklin Martins, cujo

irmão, Victor Martins, fora indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), e a mulher, Ivani Teitelroit, agraciada com um cargo no gabinete do senador Aloizio Mercadante. Também apontava situações semelhantes com Helena Chagas, chefe da Sucursal de *O Globo* em Brasília, com familiares vinculados à Câmara dos Deputados e ao Ministério da Justiça, e Eliane Catanhêde, colunista da Folha de São Paulo, cujo marido havia trabalhado nas campanhas publicitárias de Alckmin e Serra. Arrematava com um silogismo incontestável: “os brasileiros são moralmente frouxos. Os jornalistas são brasileiros.” Na edição seguinte, Diogo Mainardi era o terceiro tema mais comentado, com 42 correspondências. Os leitores agradeciam pelo descombrimento de Mainardi. “Ouvi do referido senhor (Martins) que o primeiro depoimento do famigerado Marcos Valério havia sido seguro e bem embasado (?!) (...) O artigo de Mainardi explica aquela análise aparentemente burra”<sup>52</sup>, agradecia Daniel Johnston. Ayrton Gonçalves relatava situação parecida, em que os comentários de Franklin Martins aparentemente não faziam sentido ante a evidência de alguns fatos. Apenas o leitor Fabrício Fontana discordava, alegando que “Victor Martins tem notório conhecimento sobre o mercado e a indústria do petróleo”. Note-se que o tema da coluna era a promiscuidade entre a imprensa e o poder, sendo Martins apenas um exemplo da relação.

Pela repercussão da coluna, retribuiu a contribuição dos leitores. Em *Franklin, o conceituado*, Mainardi dissecava a denúncia da semana anterior, revelando que além do irmão, a irmã do jornalista, Maria Paula, havia sido cedida da Casa Civil do Palácio do Planalto a Aspe, agência reguladora do setor de gás natural no Espírito Santo. Agravando a polêmica, também implicava Martins na quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa<sup>53</sup>, cujos depoimentos foram decisivos na queda do ex-ministro da Fazenda Antonio

---

<sup>52</sup> **Veja**, 26 de abril de 2006; p. 29.

<sup>53</sup> Mainardi também relacionou no ato o assessor de imprensa do ministro Antonio Palocci, Marcelo Netto, dizendo ter sido ele a fonte do extrato bancário do caseiro à imprensa. Até a coluna Marcelo Netto, Marcelo

Palocci. Comentava que Martins se justificava dizendo que a nomeação do irmão devia-se ao fato de ele ser “um profissional conceituado na área do petróleo”.

Jornalistas não estão acostumados a prestar contas a ninguém. Franklin Martins reagiu de modo claramente desequilibrado ao meu artigo. Chamou-me de “difamador”, “leviano”, “anão de jardim”, “doidivasas”, “bufão”, “caluniador”, “tolo enfatuado” e “bobo da corte”. De todos os insultos, só aceito o último. Quem pertence à corte é ele, que teve o irmão nomeado pelo presidente da República. (*Veja*, 26 de abril de 2006; p. 126)

Por fim, proclamava: “Pode me chamar de golpista, Franklin Martins. Pode me chamar do que quiser. Eu não sou um profissional conceituado da área do jornalismo.” A expressão auto-depreciativa exige uma interpretação exatamente inversa: se profissionais conceituados são aqueles como o irmão de Martins, presumivelmente indicado graças a uma intervenção junto ao presidente, o polemista não se inclui entre eles. No entanto, por explorar o ambíguo do irônico, não deixa de ser uma enunciação satírica em relação a si mesmo.

Uma das estratégias de Diogo Mainardi para desvalorizar os opositores é o auto-deboche, reconhecido por ele próprio, e manifestado em definições para si próprio como “fanfarrão”, “oráculo de Ipanema”, entre outras. Retomando a noção proposta por Benveniste, não existe um *eu* se não houver na alocação um *tu*. Quando o *tu* anula a si mesmo, deprecia-se como interlocutor e deliberadamente, negando-se importância, determina a desorientação do *eu* do *outro* a que se opõe. Como o processo é comum, a ambos, ao supostamente se desvalorizar enfraquece o outro-*eu*. No entanto, na coluna citada, ao mesmo tempo em que ironicamente se deprecia, Mainardi se coloca em posição diferenciada em relação aos antagonistas. Assume-se bobo de uma corte imoral, declara não ser um “profissional conceituado” numa situação em que o são pessoas que supostamente se favorecem de uma

---

Netto, de 29 de março de 2006, o nome do assessor foi pela primeira vez mencionado nos episódios. Poucos dias depois, Netto e Palocci perderam os cargos.

relação promíscua, e coloca-se moralmente em um outro patamar. Essa realidade dual vivida pela auto-imagem de Mainardi, depreciada-diferenciada, é recorrente nas colunas. Tornou-se uma constante, marca própria do colunista. Serve, sem dúvida, como exemplo para a complexa definição de *ethos* e, de certa forma, confirma como complementares visões opostas na interpretação de sua formação, discursiva ou socialmente construída. O *ethos* de Diogo Mainardi só tem sentido na sua coluna, que por sua vez, só é lida pela relevância social assumida, seja por servir como um estandarte para o civismo, escasso na vida pública, seja para confirmar-se como fator de vínculo no campo da socialidade. Mais uma vez, fica claro que tema e argumentos adotados exercem um papel secundário diante de uma “atitude argumentativa” (WAINBERG et alii, 2002; p.56), em uma cenografia que se coloca em comunicação o *ethos* de um enunciador polêmico e seus interlocutores. As atitudes precedem qualquer argumentação, sendo ainda mais influenciáveis pela relação eu-tu. Indo além, é possível perceber que o auto-deboche é apenas o resultado previsível de uma atitude em permanente processo de desconstrução, através da ironia e da polêmica, como se diante de um meio político corrupto, uma imprensa conivente e um país moralmente tíbio, o remédio mais eficaz seja a contestação debochada, muito mais irritante – e por isso mais bem-sucedida – que a crítica estruturada e racionalizada.

A contenda com Franklin Martins gerou, como resposta, um artigo (*Desafio a um difamador*) e um processo contra o polemista. Propunha que, se tivesse sido favorecido por algum senador, colocaria o cargo à disposição. Caso contrário, Mainardi seria obrigado a fazê-lo.

Os ataques que sofremos Eliane, Helena e eu talvez sejam os mais graves, mas não são os primeiros que o sr. Mainardi lançou recentemente contra jornalistas. Nos últimos meses, semana sim, semana não, pelo menos duas dúzias deles foram vítimas de investidas absolutamente desrespeitosas, carregadas de insinuações capciosas contra suas atividades e carreiras. Mas como ninguém deu pelota para os arreganhos do rapaz – nem os jornalistas, que simplesmente não o levam a sério, nem

os leitores da *Veja*, que já se cansaram de ver um anão de jardim querendo passar-se por um gigante da crônica política –, o sr. Mainardi decidiu aumentar o calibre de seus ataques. E partiu para a difamação pura e simples. (...) Ou seja, o sr. Mainardi pode falar o que quiser, mas não pode querer impedir que os outros falem. (...) O macartismo não me intimida. O sr. Mainardi, muito menos.<sup>54</sup>

Antes de ser provado qualquer indício, a polêmica havia atingido tal proporção que a Rede Globo de Televisão decidiu demitir Martins. A expressão “anão de jardim” dá a dimensão da polêmica. Um grupo de jornalistas, professores e cineastas (outro alvo constante de Mainardi) lançaram um manifesto questionando o colunista de *Veja* e pedindo explicações sobre a demissão de Martins da Rede Globo. A revista *Imprensa*, do mês de maio de 2006, novamente, trouxe a polêmica como capa, com o título *O Duelo*. Apesar de todo o alarde e dos desdobramentos, sendo o principal assunto comentado pelos leitores naquela edição de *Veja*, com 99 correspondências, em 3 de maio o assunto já havia sido abandonado por outro não menos polêmico e quixotesco, o pedido de impeachment de Lula encaminhado pelo colunista ao Congresso Nacional. “Os petistas sempre se referem a mim como neoliberal, golpista e udenista. Como eu não gosto de decepcionar ninguém, sobretudo os membros da classe trabalhadora, decidi cumprir meu papel e, na última sexta-feira, encaminhei ao Congresso Nacional um pedido de impeachment”<sup>55</sup>. Mais uma vez, as metas são os vínculos e o conflito eternos

#### **4.4 Entre “cartinhas” e fiadores**

O texto de Mainardi parece sempre apontar em direção a um outro sentido que não apenas o denotado explicitamente, já que a ironia “é a forma que o autor dá a seu próprio

<sup>54</sup> [www.franklinmartins.com.br/naestante\\_artigo.php?titulo=desafio-a-um-difamador](http://www.franklinmartins.com.br/naestante_artigo.php?titulo=desafio-a-um-difamador)

<sup>55</sup> Pedi o impeachment de Lula. *Veja*, 3 de maio de 2006, p. 133.

distanciamento” (BARTHES, 1970; p.23). Além de dar voz ao leitor, com certeza coloca sempre e dialoga internamente entre ele próprio e o personagem de si mesmo, numa textura sobreposta e concomitante, polifônica, que mais uma vez explica seu êxito na emissão de opiniões. A estratégia, adotada por Paulo Francis, foi levada ao extremo pelo colunista de *Veja*. Cumpre e preenche, na imprensa semanal, uma lacuna brasileira lamentada por um personagem seu, Pimenta Bueno, de *Contra o Brasil*: “É a principal característica dos brasileiros: nossos discursos não contêm significados implícitos, entrelinhas, inferências. Inútil tentar tirar o menor proveito do que fizemos” (1998; p. 100). E, de fato, Mainardi tenta, através da polêmica, de forma bastante pretensiosa e quase quixotesca, dar novo sentido ao país. “Todos os meus quatro livros são sobre o Brasil. Eu só escrevo sobre o Brasil. Todas as minhas colunas são sobre o Brasil. Eu tenho um real interesse por este país”<sup>56</sup>

A ironia permite que o autor faça da realidade pré-determinada um títere, colocando-a em cheque. “Acho que o escracho é um termo que pode ser aplicado a mim”<sup>57</sup> Encampa a ironia como método para abalar as certezas, como se a única verdade residisse na derrisão. Ri, sobretudo, do indivíduo que se ilude com as utopias de esquerda ou com o Partido dos Trabalhadores, sem deixar de denunciar a sua oposição, como quando critica tucanos, como Fernando Henrique Cardoso ou Geraldo Alckmin. O método é invariável: abalar as verdades estabelecidas, propondo a dúvida constante, num processo dialógico que se instaura em substituição à certeza. A pré-intenção é clara, rumo a um efeito estilístico que provoque o choque, abalo da razão auto-explicativa, e das metanarrativas, diagnosticadas em crise por Jean François Lyotard já na década de 1970.

Pode-se dizer que, pela maneira como engendra e pré-determina a forma como suas colunas se tornarão polêmicas, Diogo Mainardi leva ao extremo a percepção de um tu

---

<sup>56</sup> Revista **Press**, Op. Cit., p. 9-10.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 15.

imaginário, que se faz presente antes mesmo da elaboração do texto, prevendo uma atitude responsiva saliente por parte do receptor. A relação percebida entre as cartas e a manutenção ou o abandono de um tema ou de uma tendência ao polêmico só comprovam isso. Tal esquema reforça que, grande parte do fascínio do polemista situa-se na sua configuração enquanto forma de comunicação levada ao extremo, em que o vínculo *eu-tu* se faz tão ou mais perene que aquele que busca a identificação linear, sem contrastes ou paradoxos, rupturas discursivas que desagregam para agregar. Como afirma Roland Barthes “escrever implica calar-se, escrever é, de certo modo, fazer-se silencioso como um morto, tornar-se o homem a quem se recusa à última réplica, escrever é oferecer, desde o primeiro momento, essa última réplica ao outro” (1970; p. 15). Sem as “cartinhas”, Diogo Mainardi seria uma impossibilidade. O leitores são, mais do que nunca, seus fiadores, como na concepção de Maingueneau (2005) na cena em que as polêmicas criadas por seu *ethos* se desenrolam.

Na era da retórica da taticidade, da ética da estética, tal sucesso o fez migrar para uma nova mídia, o *podcast*<sup>58</sup>, no ar desde setembro de 2006. O mais expressivo é o fato de que o conteúdo das gravações, entrevistas e conversas de Mainardi com políticos e personalidades, fica disponível a qualquer internauta, mas o recurso de inserir comentários e ler os postados pelos demais receptores/emissores é restrita aos assinantes da revista. O mais importante é a interação, a *relição* (Maffesoli), sempre polifônica em que cada enunciador coloca outros tantos em cena. Como aponta Juremir Machado da Silva, “nas tecnologias do imaginário, o sujeito tem sempre um papel a desempenhar, nunca sendo mero objeto de uma intervenção exterior definida na produção” (2006; p. 13).

---

<sup>58</sup> Segundo o site da revista, a “palavra podcasting é uma junção de iPod (aparelho que toca arquivos digitais em MP3) e broadcasting (transmissão de rádio ou tevê). Podcast, portanto, são arquivos de áudio que podem ser acessados pela internet”. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/podcasts/mainardi/>.

Entre as cartas de leitores, aparecem manifestações favoráveis, contrárias e, inclusive, algumas poucas indiferentes, em que o leitor busca apenas corrigir o colunista, acrescentando alguma informação. Entre os antagonistas, na maioria, são repúdios às negações peremptórias de Mainardi a seus alvos afirmativos. No grupo de admiradores, são comuns não apenas o elogio, mas a própria *mimeses* das técnicas do polemista seja na ironia – quando o leitor pede para ser convidado a atear fogo na sede do PSDB – seja na ardileza descobridora, quando contestam os comentários aparentemente sem nexos de Franklin Martins.

O comportamento dos leitores só evidencia que nos tempos em que prevalece o vínculo e o contágio afetual não basta a emissão de enunciados polêmicos. É necessária a atitude de se preconceber polemista, capaz de definir um *ethos* prévio esperado pelo público.

Não há dúvida que Diogo Mainardi cumpre o papel deixado por Paulo Francis na imprensa brasileira. A sucessão é dissecada na coluna *Versão piorada de Francis* em que o cronista disseca a relação.

Paulo Francis morreu oito anos atrás. A opinião geral é que sou a versão piorada dele. (...) Claro que é verdade. Digo apenas que não é culpa minha. (...) O único fato que alego em minha defesa é que não sou um príncipezinho. Não herdei o trono de Paulo Francis na imprensa brasileira. Fui posto em seu lugar por falta de alternativas. (...) É bem mais fácil me ver como aquilo que realmente sou: um simples reflexo da irremediável deterioração intelectual e artística do país. (...) *Trinta anos esta noite* escancara o lado mais repulsivo do caráter nacional: adesista, fisiológico, acovardado, desonesto, reacionário, primitivo, roceiro. (*Veja*, 5 de janeiro de 2005; p. 111)

A maior similaridade entre Francis e Mainardi é eleger o Brasil como alvo das polêmicas. O civilismo de que ambos se revestem tem impacto social importante, como se viu nas colunas de Francis sobre a Petrobras e, nas de Diogo Mainardi, por exemplo, como naquela em que denuncia o assessor de imprensa do ex-ministro da Fazenda.

O colunista de *Veja* deixa temas eruditos de lado, para atingir um público mais amplo, com ênfase na relação entre emissor e seu público, sem abandonar o papel de intelectual propositor de uma metaponto de vista, como indica Morin. É essa a equação que funda o polemista, céptico quanto à realidade estruturada e às possibilidades de mudança, romântico e crédulo na própria verve niilista como instrumento para a transformação.

A maior diferença entre ambos também é a época em que vivem, como propõe Mainardi. Premido pela modernidade e seu ritmo, Paulo Francis polemizava, também, em função de utopias – primeiro a das esquerdas, substituídas pela de direita, embora, sempre, sem a adesão irrestrita. No fim das metanarrativas legitimadoras, Mainardi alimenta a ironia como crença final, se não para descobrir a verdade, ao menos para sugeri-la – não é à toa que anuncia como sua principal referência intelectual Voltaire. A provocação desencadeada por enunciados irônicos, em si sugestivos, além do abalo, instiga o gregarismo orgânico, como se vê pelas cartas de leitores.

A cronista Martha Medeiros, no texto *Os Polemistas*, defende que “um polemista cutuca com vara curta, mete o dedo na ferida, às vezes força a barra, mas não passa atestado de ignorância só para testar a reação dos leitores”<sup>59</sup>. Pode-se dizer que não no presente. Não no presente em que prevalece o presenteísmo, como diagnostica Maffesoli. “Um polemista não é um bobo, é um adulto. Aliás, o verdadeiro polemista nem sabe que é polemista, recusa qualquer espécie de rótulo”<sup>60</sup>. Mais uma vez, em divergência com a análise aqui proposta já que, como dito, a derrisão é o recurso último em busca de alguma verdade. Como nota Perelman “a ironia não pode ser utilizada nos casos em que pairam dúvidas sobre as opiniões do orador. Isto dá a ironia um caráter paradoxal: se a empregam, é porque há utilidade em argumentar” (2005; p. 236).

---

<sup>59</sup> Zero Hora. Porto Alegre: 30 mar. de 2005; p. 3.

<sup>60</sup> Idem.

## Considerações finais

Pierre Lévy (2003) indica que, se a técnica impõe, o homem dispõe. Pode-se acrescentar que o polemista subverte. Inserido no jornalismo, a subversão se amplifica. Numa época de índices de leitura de meios impressos em queda, o polemista nada contra a corrente, atraindo leitores e co-habitando em outras mídias, como é o caso do *podcast*, estimulando o leitor à reflexão. Se Paulo Francis surgiu em uma época de ruptura de paradigmas na prática do jornalismo – hoje dando sinais de algum esgotamento – Diogo Mainardi escreve numa contemporaneidade onde as distâncias entre emissor e receptor se reduzem.

Neste trabalho, atuou-se em dois eixos. No âmbito da lingüística, procurou-se desvendar a estrutura do enunciado polêmico. Tratou-se de um esforço para a aproximação de campos de conhecimento próximos, fundamental para a compreensão de um fenômeno complexo como é o caso do polemista na Comunicação Social. Com a colaboração desses autores, buscou-se aferir em que instância se dá a ruptura discursiva do cronista como articulador de polêmicas. Pelo exposto, salientou-se o *ethos*, flanco mais evidente de uma atuação quase que teatral, expressão de uma atitude argumentativa peculiar, em detrimento à adução, embora também não a dispense. Na base do discurso, a adoção irrestrita às contradições e à ironia, como se na perturbação provocada por tais sentenças e nos efeitos daí advindos residisse sua função social, pois possui “a rara habilidade de propor a ambigüidade onde antes reinava a certeza”. (WAINBERG et al.; 2002; p.59). Enfatizam, sobretudo, a

formulação de enunciados que não se acabam quando lidos, instigadores de reflexão e, com o auxílio da técnica, da interação por parte do receptor, sempre incluído. Corroborando seus comportamentos, ostentam um grande arcabouço erudito, salvaguarda para que se tornem irrefutáveis suas posições, como se argumentassem com a máxima autoridade.

Desse embasamento lingüístico incipiente, também fundamental para a compreensão da ironia como elemento indelével na articulação da polêmica – em concordância com proposições de alguns filósofos sobre o tema –, partiu-se para seus desdobramentos no campo sociológico, em autores já reconhecidos como, também, teóricos da comunicação. Na ênfase dada nos dois primeiros capítulos, foram buscadas correntes acadêmicas diversas, como forma de incrementar a análise sobre um tópico que se caracteriza, sobretudo, pela repercussão social e, paradoxalmente, por seu ineditismo, à exceção do artigo citado de Wainberg, Campos e Behs (2002). Procurou-se evidenciar a relação com o outro como alicerce para a formação da própria identidade, tônica da contemporaneidade, época do declínio da era da razão arquitetada. Como meio para contato, aprofundou-se a noção de retórica, a partir da obra que deu origem ao primeiro esquema da teoria da comunicação. Mais do que isso e, ainda que brevemente, buscou-se analisar o momento de ruptura pelo qual atravessa o campo do conhecimento, decorrente do fim das metanarrativas norteadoras e das rupturas normativas a partir de autores como Morin e Lyotard. Em ambos os casos, foram associados a esses aspectos a figura do polemista, personagem que, com as transformações em curso, ganha notoriedade e popularidade entre os leitores, servindo de objeto autêntico para análise do fenômeno complexo da comunicação como meio de vínculo e *socialidade*, na definição de Michel Maffesoli.

Os aspectos práticos e epistemológicos do jornalismo foram aprofundados nos trechos em que se enfocou a atuação e as trajetórias dos dois polemistas. Não há dúvida de que se inserem dentro do campo jornalístico. Como visto, o polemista tem o dom de provocar

a estrutura inclusive de seu próprio suporte, a imprensa, para, de certa forma, redefini-lo ou enquadrá-lo segundo as próprias noções do que considera como bom jornalismo.

Note-se que, no caso dos dois polemistas analisados, ambos tiveram contendas com representantes do jornalismo *mainstream*. Mais do que isso, com pessoas com experiências pessoais e profissionais que lhes garantiram cargos avalizados para fazerem a crítica da crítica. Na polêmica de Francis, com o ombudsman Caio Túlio Costa. Em Mainardi, com o editor do *Observatório da Imprensa*. Contrapondo-se ao jornalismo tradicional ou ao que melhor o representa, redefinem a si mesmos e aos outros num campo de atuação de imenso impacto no cotidiano social e sempre carente de referenciais epistemológicos. Excluir o polemista do âmbito do jornalismo é esforço explicável apenas como forma de confortar a rejeição e o mal estar que provocam – inclusive, e principalmente, entre os demais jornalistas.

Clóvis de Barros Filho e Felipe Lopes (2003) ponderam que o jornalista é o re-ordenador da realidade. E, como tal, não reproduz um espelho fidedigno, mas com filtros subjetivos que de uma certa maneira distorcem a imagem, ainda que exista a preocupação com a descrição objetiva da realidade, que é impossível. Sob esse aspecto, o colunista de opinião é o re-ordenador do que já foi anteriormente ordenado “objetivamente” pelo noticiário, formando um duplo fluxo de comunicação. Pode-se, também, depreender que, justamente por impregnar de subjetividade temas que, na maior parte dos espaços midiáticos noticiosos são abordados de maneira mais fria, é que a agenda negociada entre o polemista e seu público seja ainda mais estreita e correlacionada do que a da mídia em geral com o receptor. Seguindo a metáfora proposta por Pierre Bourdieu, o jornalismo atual está banalizado por assuntos-ônibus e pela informação-ônibus “sem aspereza, homogeneizada” (1997; p.62), o polemista dirige sua pauta para a individualidade do pedestre. O cronista polêmico insere-se entre os jornalistas de opinião, mas é tomado como uma exceção excêntrica, ausente na literatura sobre o tema. Mas a figura contumaz consagrou-se. A

objeção de Mainardi sobre Francis é válida nesse sentido: “Oito anos depois de morrer, Paulo Francis continua sendo o mais influente pensador brasileiro. Não é novidade que o melhor da mentalidade nacional se encontra na imprensa. Isso acontece desde Euclides da Cunha”.<sup>61</sup>

À primeira vista, a sociedade brasileira pode parecer refratária à emergência do personagem polemista. No entanto, pelas suas características subversivas, ele se transforma, em nosso contexto, numa figura talvez ainda mais excêntrica, aprofundando a teatralidade de que é acometido. Se o caráter afável e indisposto à discussão mais profunda e permanente da sociedade brasileira não é tão propício ao surgimento de mais cronistas polêmicos, como em outros países, ao mesmo tempo ele consolida os polemistas existentes, que alcançam alguma projeção ao se perpetuarem, também, como figuras folclóricas. A partir daí, reforça-se a instância mais característica do polemista e que, como visto, representa seu principal diferencial como cronista: *o ethos*. Mesmo sendo a ironia “um vício secreto na pátria amada”, como defende o personagem de Francis, Hugo Mann, à página 18 de *Cabeça de Papel*, o cronista polêmico difundiu-se no país. Gregório de Matos Guerra, Padre Antônio Vieira, José de Alencar, Qorpo Santo, Machado de Assis, Sílvio Romero, João do Rio, Rui Barbosa, Monteiro Lobato, Assis Chateaubriand, Nelson Rodrigues, Samuel Wainer, Hélio Fernandes, Carlos Lacerda, Roberto Campos, Glauber Rocha, José Guilherme Merquior, Juremir Machado da Silva, Olavo de Carvalho. Com certeza, não galgaram o status de intelectuais de renome universal, como Jonathan Swift, Molière, Oscar Wilde, Bernard Shaw, H.L. Mencken, Christopher Hitchens, Michael Moore, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Oriana Fallaci, Susan Sontag, entre inúmeros outros.

Buscou-se, acima de tudo, compreender o fenômeno do cronista polêmico mais do que julgá-lo, embora essa análise não fosse totalmente despida de algum fascínio – e todo trabalho acadêmico sempre é assim motivado. A relevância do personagem e do tema

---

<sup>61</sup> *Versão Piorada de Francis*, **Veja**, 5 de janeiro de 2005.

sobrepõe-se a qualquer julgamento. Trata-se de um desafio tentar buscar uma explicação teórica a um personagem que fundamenta sua atuação pela contestação de qualquer ícone, sendo da sua essência a impossibilidade de enquadramentos. Se o jornalismo, como provoca José Marques de Melo carece de “precisão conceitual” e “o progresso da pesquisa mantém-se descompassado em relação às mutações vertiginosas do próprio campo” (1985, p.7), o polemista constitui-se num elemento a mais a decretar essa instabilidade, sempre à margem dos parâmetros comuns.

Neste texto procurou-se desenvolver uma reflexão inicial sobre um tema relevante não apenas para a comunicação. Abrem-se inúmeras possibilidades a serem exploradas. Dentre as mais evidentes, é instigante procurar as motivações psicológicas de tais personagens, o que demanda especial conhecimento no campo da Psicologia Social. No plano eminentemente lingüístico dos enunciados, a polêmica ainda permanece inexplorada estruturalmente. Ainda há espaço para uma mensuração mais aprofundada entre a agenda do colunista e de seu público, tendo como base a aplicação de questionários em grupos de leitores.

Em outro momento e ainda dentro do espectro do conhecimento do jornalismo, poderá se investigar as correlações entre cronistas polêmicos, os momentos históricos em que viveram, e a influência dos suportes tecnológicos que lhes impunham e de que dispunham. Se na atualidade a técnica se impõe em um momento de predomínio do gregarismo, o polemista se outorga o papel de agente que desagrega para agregar. Na débâcle das metanarrativas, fortalecem-se os metapontos de vista.

## Referências

- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1981.
- AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 7ª edição, 1995.
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BARROS FILHO, Clóvis de; LOPES, Felipe. O eu e seus afetos: um ensaio sobre o emissor e a ilusão identitária. In **Revista Famecos**, nº 22, dezembro de 2003, p. 90-106.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- BISSÓN, Carlos Augusto. **Jornalismo e Política em Karl Kraus e Paulo Francis**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. **Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850-1950**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.
- DUCROT, Oswald. **Polifonia y argumentación**. Cali: Universidad del valle, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FRANCIS, Paulo. **O afeto que se encerra: memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **Waaal: o dicionário da corte de Paulo Francis**. Organização de Daniel Piza. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cabeça de Papel**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. **Cabeça de negro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

\_\_\_\_\_. **Filhas do segundo sexo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise de discurso**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

FRYE, Northrop. **Anatomy of Criticism: Four Essays**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico**. Explicitação das Normas da ABNT. 13ª. ed. Porto Alegre: s.n., 2005.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. IN BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som : um manual prático**. 2 ed. Petrópolis: Vozes 2002.

GOMES, Luis Antônio Paim. **A pós-modernidade na crônica jornalística de Diogo Mainardi**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social.

HASAN, Ruqaiya. **The texture of a text**. In Haliday, M.A.K.; HASAN, R. Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

JEUDY, Henri-Pierre. **A ironia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

JORGE, Fernando. **Vida e obra do plagiário Paulo Francis: o mergulho da ignorância no poço da estupidez**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1996,

KIRK, G.S.; RAVEN, J.E.; SCHOFIELD, M. **Os Filósofos Pré-Socráticos**. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KIERKEGAARD, Soren. **The concept of irony – with continual reference to Socrates**. New Jersey: Princeton University Press, 1992.

LEIGHTON, Stephen. Aristotle and the emotions. In RORTY, Amelie O.. **Essays on Aristotle's rhetoric**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1996.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- McLUHAM, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005 - a.
- \_\_\_\_\_. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre: Sulina, 2005 - b.
- \_\_\_\_\_. A comunicação sem fim. IN MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. **A Genealogia do Virtual**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
- MAINARDI, Diogo. **Malthus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Polígono das Secas**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Contra o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A tapas e pontapés**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Ethos*, cenografia e incorporação. IN AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MATSUMURA, Sandra. **O resumo à luz da teoria polifônica da enunciação**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de letras.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michelle. **Rethinking media theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MORIN, Edgar. **O método II: a vida da vida**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O método 4. As idéias – Habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MUECKE, D. C. **Ironia e o irônico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- O melhor do Pasquim**. Sérgio Augusto e Jaguar (orgs.). Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.
- ORLANDI, Eni P.. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** 2ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIZA, Daniel. **Paulo Francis: Brasil na Cabeça.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Prefeitura, 2004.

SILVA, Juremir Machado da. O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno do descobrimento (a cobertura da revista Veja). **Revista Famecos.** Porto Alegre, nº 29, p. 7-15, abril de 2006.

SPINELLI, Miguel. **Filósofos Pré-Socráticos – Primeiros mestres da filosofia e da ciência grega.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SPOHR, Marlene Isabela Bruxel. **Um olhar sobre o funcionamento argumentativo da ironia.** Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras.

VOGT, Carlos. De magis a mas: uma hipótese semântica. IN Vogt, Carlos. **Linguagem gramática e ideologia.** São Paulo: Hucitec, 1989.

WAINBERG, J. A.; CAMPOS, Jorge ; BEHS, E. . Polemista, o personagem esquecido do jornalismo. **INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação,** São Paulo, v. XXV, n. 1, p. 47-68, 2002.